



Universidade Federal do Pampa

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS

ALISON FERNANDO JERONYMO EDUARDO

**POLÍTICA PÚBLICA DE ATER PARA ASSENTAMENTOS RURAIS: Constituição
de uma proposta a partir do diagnóstico do Assentamento Ibicuí em Santana
do Livramento - RS**

São Borja - RS

2024

ALISON FERNANDO JERONYMO EDUARDO

**POLÍTICA PÚBLICA DE ATER PARA ASSENTAMENTOS RURAIS: Constituição
de uma proposta a partir do diagnóstico do assentamento Ibicuí em Santana
do Livramento - RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – Mestrado Profissional da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero
Coorientador: Prof. Dr. Vinicius Piccin Dalbianco

São Borja - RS

2024

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

J414p Jeronymo Eduardo, Alison Fernando
POLÍTICA PÚBLICA DE ATER PARA ASSENTAMENTOS RURAIS:
Constituição de uma proposta a partir do diagnóstico do
assentamento Ibicuí em Santana do Livramento - RS / Alison
Fernando Jeronymo Eduardo.

130 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Pampa,
MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, 2023.

"Orientação: Ronaldo Bernardino Ronaldo Bernardino Colvero".

1. Política Pública de ATER. 2. Desenvolvimento Rural. 3.
Assentamentos Ibicuí. 4. Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.
I. Título.

ALISON FERNANDO JERONYMO EDUARDO

POLÍTICA PÚBLICA DE ATER PARA ASSENTAMENTOS RURAIS: Constituição de uma proposta a partir do diagnóstico do assentamento Ibicuí em Santana do Livramento - RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Políticas Públicas.

Dissertação defendida e aprovada em: 29 de janeiro de 2024.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero
Orientador
(PPGPP - Unipampa)

Prof. Dr. Muriel Pinto
(PPGPP - Unipampa)

Prof. Dr. Pedro Selvino Neumann
(UFSM)



Assinado eletronicamente por **MURIEL PINTO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 27/02/2024, às 08:12, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Pedro Selvino Neumann, Usuário Externo**, em 28/02/2024, às 07:59, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **RONALDO BERNARDINO COLVERO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 04/03/2024, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1359027** e o código CRC **E0DD85C7**.

Dedico este trabalho ao mesmo esforço, dedicação e foco, a Deus e Nossa Senhora Aparecida, minha família e a todos que me acompanharam nesta jornada.

AGRADECIMENTO

Aos Profs. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero e Dr. Vinicius Piccin Dalbianco pela orientação na elaboração do trabalho. Agradeço também por sua grandiosa paciência, perseverança e por acreditar que com muito trabalho conseguiríamos ir longe.

Aos professores Pedro Selvino Neumann e Carmen Regina Abreu Gonçalves, por comporem a banca examinadora deste trabalho.

Por todos os colegas do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – Mestrado Profissional da Universidade Federal do Pampa. E não menos importante, agradeço a Universidade Federal do Pampa, por me proporcionar experiências incríveis ao longo da minha formação.

“O impossível não é um fato, é uma
opinião”.

Mario Sergio Cortella

RESUMO

Esta dissertação é resultado de estudos, vivências e principalmente da curiosidade por analisar e expor as (possíveis) demandas que contribuem para a construção das políticas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com vistas ao desenvolvimento de assentamentos rurais. Propor alternativas para o desenvolvimento rural brasileiro é o “combustível” para a realização desta pesquisa. Ao longo do estudo, foram elaboradas sínteses históricas com o objetivo de retratar a realidade do assentamento Ibicuí e as possíveis demandas tanto do Estado como da população, visando enfrentar o desafio de promover o desenvolvimento na respectiva localidade. O objetivo geral deste trabalho foi o de analisar e sugerir a constituição de uma proposta de ATER que colabore para o desenvolvimento dos assentamentos rurais, especificamente o Ibicuí, localizado no município de Santana do Livramento, no estado do Rio Grande do Sul. Os objetivos específicos estão contemplados da seguinte forma: Descrever as políticas públicas no Brasil e exemplificar o ciclo destas segundo o conceito de Leonardo Secchi; Analisar as transformações da Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil, com base principalmente na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e na Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES); Analisar a criação, organização e ações da ATES no Rio Grande do Sul; Analisar o retrato do assentamento Ibicuí, utilizando como referência o banco de dados do Sistema Integrado de Gestão Rural (SIGRA); Estruturar uma proposta de ATER com vistas ao desenvolvimento do assentamento Ibicuí. A metodologia deste trabalho se utiliza da revisão bibliográfica e documental, pesquisa descritiva e explicativa e também pesquisa de campo. O trabalho resultou na elaboração de um retrato do assentamento Ibicuí, com base no SIGRA e posteriormente foi organizado um relatório de diagnóstico para as demandas levantadas pela respectiva população. Conclui-se que desde 1988 o Estado brasileiro vem evoluindo com relação a melhoria das estruturas burocráticas e organizacionais, para não se furtar com a grande missão do Estado que é a promoção de mecanismos de proteção e assistência social a toda população brasileira. Nesse sentido, o trabalho evidenciou o caso do assentamento Ibicuí como exemplo para futuras propostas de políticas públicas de ATER.

Palavras-Chave: Políticas Públicas; ATER; Participação Social; Assentamentos Rurais.

ABSTRACT

This dissertation is the result of studies, experiences and mainly the curiosity to analyze and expose the (possible) demands that contribute to the construction of public policies for Technical Assistance and Rural Extension (ATER) with a view to the development of rural settlements. Proposing alternatives for Brazilian rural development is “fuel” for carrying out this research. Throughout the research, a summary of the history that was developed to portray the reality of the Ibicuí settlement and the possible demands of both the State and the population in the challenge of promoting development in the respective location will be detailed. The general objective of this work was to analyze and propose the constitution of an ATER proposal that contributes to the development of rural settlements, specifically Ibicuí, located in the municipality of Santana do Livramento, in the state of Rio Grande do Sul. The specific objectives are covered as follows: Describe public policies in Brazil and exemplify the public policy cycle according to Leonardo Secchi's concept; Analyze the transformations of Technical Assistance and Rural Extension in Brazil, based mainly on the National Policy for Technical Assistance and Rural Extension (PNATER) and the Technical, Social and Environmental Advisory (ATES); Analyze the creation, organization and actions of ATES in Rio Grande do Sul; Analyze the portrait of the Ibicuí settlement, using as a reference the database of the Integrated Rural Management System - SIGRA (2022); Structure an ATER proposal with a view to developing the Ibicuí settlement. The methodology used in this work is the following bibliographic and documentary review research, descriptive and explanatory research and also field research. The work resulted in the creation of a portrait of the Ibicuí settlement, based on SIGRA and subsequently a diagnostic report was organized for the demands raised by the respective population. We conclude that the Brazilian State since 1988 has been evolving in relation to the improvement of bureaucratic and organizational structures, so as not to shy away from the great mission of the State, which is the promotion of protection and social assistance mechanisms for the entire Brazilian population, in this sense the work highlighted the case of the Ibicuí settlement as an example for future ATER public policy proposals.

Keywords: public policy; ATER; social participation; rural settlements.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ações propostas	22
Figura 2 - Os tipos de pesquisas	25
Figura 3 - Ciclo de Políticas Públicas	32
Figura 4 - Campos de atuação da ATES	45
Figura 5 - Período de Operacionalização da ATES no Rio Grande do Sul	50
Figura 6 - Estrutura Organizativa Programa de ATES no Rio Grande do Sul	53
Figura 7 - Eixos norteadores das ações de ATES no RS	55
Figura 8 - Estrutura de participação social da ATES	57
Figura 9 - Mapa dos Núcleo Operacionais NO do estado do Rio Grande do Sul	58
Figura 10 - Rio Grande do Sul - Santana do Livramento	63
Figura 11 - Mapa de Sant'ana do Livramento	63
Figura 12 - Mapa de localização dos assentamentos do NO de Santana do Livramento	64
Figura 13 - Características do Assentamento	66
Figura 14 - Retrato formado a partir do banco de dados e informações	67
Figura 15 - Composição da Política de ATES	87
Figura 16 - Os tipos de demandas de ATER	88
Figura 17 - Diagnóstico das demandas dos assentamento Ibicuí	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Divisão de Núcleos Operacionais (NO) estado do Rio Grande Sul	59
Tabela 2 - População	68
Tabela 3 - Escolaridade dos moradores do assentamento Ibicuí	69
Tabela 4 - Ocupação principal dos moradores do Ibicuí	70
Tabela 5 - Participação sociocultural	71
Tabela 6 - Moradias	71
Tabela 7 - Moradias e estruturas	72
Tabela 8 - Eletrificação	73
Tabela 9 - Comunicação	73
Tabela 10 - Água	74
Tabela 11 - Destino dos resíduos	74
Tabela 12 - Condições das vias de acesso	76
Tabela 13 - Quadro de área do assentamento Ibicuí	76
Tabela 14 - Recursos Hídricos	77
Tabela 15 - Benfeitorias	78
Tabela 16 - Máquinas e Equipamentos	79
Tabela 17 - Produção de bovinocultura*	80
Tabela 18 - Destino da produção e quantidade comercializada de leite	80
Tabela 19 - Rebanho total, quantidade para autoconsumo e comercialização	81
Tabela 20 - Sistemas de produção suína	81
Tabela 21 - Produção de carne e ovos de aves	82
Tabela 22 - Representatividade do consumo pelas famílias no assentamento Ibicuí	82
Tabela 23 - Produção bovina	83
Tabela 24 - Representatividade da apicultura entre as famílias no assentamento Ibicuí	83
Tabela 25 - Processamento de Alimentos e Agroindústria	84
Tabela 26 - Caracterização dos cultivos do assentamento Ibicuí	84
Tabela 27 - Estimativa do valor econômico produzido pelo assentamento Ibicuí	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Passos Metodológicos - Pesquisa Bibliográfica	25
Quadro 2 - Passos metodológicos - Pesquisa Documental	26
Quadro 3 - Passos metodológicos - Pesquisa de Descritiva	26
Quadro 4 - Passos metodológicos - Pesquisa de campo	27
Quadro 5 - Passos metodológicos - Pesquisa Explicativa	28
Quadro 6 - Atribuições da ATES - Assessoria Técnica	45
Quadro 7 - Atribuições da ATES - Assessoria Social	46
Quadro 8 - Atribuições da ATES - Assessoria Ambiental	47
Quadro 9 - Famílias e lotes de Núcleos Operacionais - (NO) Estado do Rio Grande Sul	60

LISTA DE SIGLAS

- ABCAR** - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
- ACAR** - Associação de Crédito Rural
- APP** - Áreas de Preservação Permanente
- ATER** - Assistência Técnica e Extensão Rural
- ATES** - Assessoria Técnica, Social e Ambiental
- ATPs** - Assessores Técnicos Pedagógicos
- CONDRAF** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CTI** - Centro de Terapia Intensiva
- DAP** - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- DEAR** - Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural
- EMATER** - Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMBRATER** - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- ER** - Extensão Rural
- FHC** - Fernando Henrique Cardoso
- GENDER** - Grupo Interdisciplinar de Estudos em Desenvolvimento Rural
- GT** - Grupo de Trabalho
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBRA** - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
- IDH** - Índice de Desenvolvimento Humano
- INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- LIO** - Licença de Instalação e Operação
- MDA** - Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MG** - Minas Gerais
- MO** - Manual Operacional
- MST** - Movimento dos Trabalhadores sem Terra
- NEP TERRA** - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Territorialidades, Extensão Rural e Reforma Agrária
- NO** - Núcleo Operacional
- ONU** - Organização das Nações Unidas
- PAA** - Programa de Aquisição de Alimentos

PA - Painel de Assentamento

PM - Polícia Militar

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Técnica

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PPGGPP - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

RB - Relação de Beneficiário

RL - Reserva Legal

RS - Rio Grande do Sul

SIBRATER - Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural

SIGRA - Sistema de Integrado de Gestão Rural

SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

STJ - Superior Tribunal de Justiça

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

SUS - Sistema Único de Saúde

UFPA - Unidades Familiares de Produção Agrária

UFMS - Universidade Federal de Santa Maria

UTI - Unidade de Terapia Intensiva

VP - Valor da Produção

LISTA DE ABREVIATURAS

art. – artigo

há – hectares

n – número

kg – quilogramas

l – litros

m² – metros quadrados

R\$ – real

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	20
1.1 OBJETIVOS	21
1.1.1 Objetivos Geral	21
1.1.2 Objetivos Específicos	21
1.2 METODOLOGIA	21
1.2.1 Descrição do contexto estudado	21
1.2.2 Tipo de pesquisa	23
1.3 PERCURSOS METODOLÓGICOS	24
CAPÍTULO 2 – AS TRANSFORMAÇÕES DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO BRASIL E A CRIAÇÃO DA PNATER E ATES	29
2.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL E OS SEUS (POSSÍVEIS) CICLOS	29
2.2 DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO BRASIL À CRIAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - PNATER	34
2.3 ASSESSORIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL (ATES) - HISTÓRICO E ORGANIZAÇÃO OPERACIONAL	41
CAPÍTULO 3 – ASSESSORIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL (ATES) E OS ASSENTAMENTOS RURAIS NO RIO GRANDE DO SUL	48
3.1 HISTÓRICO DA ATES NO RIO GRANDE DO SUL	48
3.2 A ESTRUTURA ORGANIZATIVA DA ATES – RS	52
3.3 AÇÕES DA ASSESSORIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL – ATES	54
3.4 A CHAMADA PÚBLICA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - ATER: PROPOSTA PELO INCRA/RS	55
3.5 DIAGNÓSTICO DAS DEMANDAS DE ATER	57
3.6 OS ASSENTAMENTOS RURAIS DA REFORMA AGRÁRIA NO RS - SIGRA 2016	58

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE E DISCUSSÃO SOBRE O ASSENTAMENTO IBICUI NO NÚCLEO OPERACIONAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO	61
4.1 MUNICÍPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO	62
4.2 NÚCLEO OPERACIONAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO	63
4.3 RETRATO DO ASSENTAMENTO IBICUÍ DO ANO DE 2022	66
4.3.1 Características das Famílias	67
4.3.1.1 População	68
4.3.1.2 Escolaridade	68
4.3.1.3 Ocupação Principal	69
4.3.1.4 Participação Sociocultural	70
4.3.2 Características da condição de vida	71
4.3.2.1 Moradias	71
4.3.2.2 Moradias e estrutura	72
4.3.2.3 Eletrificação	73
4.3.2.4 Comunicação	73
4.3.2.5 Água	74
4.3.2.6 Saneamento	74
4.3.2.7 Vias de Acesso	75
4.3.3 Características dos Lotes	76
4.3.3.1 Quadro de Áreas	76
4.3.3.2 Recursos Hídricos	77
4.3.3.3 Benfeitorias	78
4.3.3.4 Máquinas e Equipamentos	79
4.3.4 Características Produtivas	79
4.3.4.1 Bovinocultura de Leite	80
4.3.4.2 Bovinocultura de Corte	81
4.3.4.3 Suinocultura	81
4.3.4.4 Avicultura	82

4.3.4.5 Piscicultura	82
5.3.4.6 Ovinocultura e/ou Capricultura	83
4.3.4.7 Apicultura	83
4.3.4.8 Processamento de Alimento e Agroindústria	84
4.3.4.9 Cultivos Agrícolas	84
4.3.4.10 Estimativa do valor econômico produzido pelo assentamento Ibicuí	85
4.4 PROPOSTA PARA CONSTITUIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL POR DEMANDA	86
4.4.1 Os tipos de demandas da ATER	87
4.4.2 Demandas de Estado	88
4.4.3 Demandas Locais/Assentamento(s)	88
4.4.4 Demandas Complementares	89
4.4.5 Diagnóstico das demandas de ATER com base na realidade do assentamento Ibicuí no ano de 2022	89
4.4.5.1 Diagnóstico das demandas - Escolaridade	91
4.4.5.2 Diagnóstico das demandas - Participação Sociocultural	92
4.4.5.3 Diagnóstico das demandas - Moradias	93
4.4.5.4 Diagnóstico das demandas - Vias de acesso	94
4.4.5.5 Diagnóstico das demandas - Quadro de áreas	95
4.4.5.6 Diagnóstico das demandas - Benfeitorias	96
4.4.5.7 Diagnóstico das demandas - Bovinocultura de Leite	97
4.4.5.8 Diagnóstico das demandas - Processamento de alimentos e agroindústria	98
4.4.5.9 Diagnóstico das demandas - Cultivos agrícolas	99
4.4.5.10 Espaço de discussão e participação social	100
CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
6 REFERÊNCIAS	103
ANEXOS	108

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

A dissertação intitulada “Política Pública de ATER para assentamentos rurais: Constituição de uma proposta a partir do diagnóstico do assentamento Ibicuí em Santana do Livramento - RS” é composta por 6 capítulos. O capítulo 1 se apresenta como um momento introdutório, sendo que neste capítulo foram descritos os objetivos e a metodologia utilizada para a elaboração do estudo. Ainda, o capítulo 2 intitulado “As transformações da assistência técnica e extensão rural no Brasil e criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), o capítulo 3 “Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) e os assentamentos rurais do Rio Grande do Sul”, capítulo 4 “Análise e discussão sobre o assentamento Ibicuí no Núcleo Operacional de Santana do Livramento”, capítulo 5 “Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) por demanda: Proposta para a construção de serviços de ATER” e, por fim, o capítulo 6 “considerações finais”.

O capítulo 1 é responsável por introduzir o leitor nas principais seções da pesquisa, uma vez que nele são descritos os objetivos e a metodologia utilizada para a elaboração da respectiva dissertação. No capítulo 2 buscou-se caracterizar como se organizaram as transformações da Assistência Técnica e Extensão Rural. Este capítulo abre as discussões sobre a transformação da Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil, que resultou, no ano de 2003, na criação da PNATER e da ATES.

O capítulo 3 tem dois objetivos principais: o primeiro é caracterizar e fazer um breve resgate histórico do programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) no estado do Rio Grande do Sul, e o segundo é descrever como os assentamentos rurais do estado gaúcho estão organizados.

O capítulo 4 foi organizado em 3 subdivisões que buscaram articular elementos que possibilitem a análise e discussão sobre o assentamento Ibicuí. A característica principal desse capítulo é vincular elementos que retratam o Núcleo Operacional, o município de Santana do Livramento e principalmente os assentamentos rurais e as particularidades e similaridades das famílias residentes no assentamento Ibicuí.

O capítulo 5 é responsável por apresentar uma proposta de ATES por demanda para a construção de serviços de ATER, a partir de um diagnóstico do

assentamento Ibicuí e levando em consideração as atribuições do Estado para implementar uma política. Este capítulo evidencia como as demandas podem ser articuladas e validadas a partir da participação social. Por fim, o capítulo 6 trata das considerações finais em relação à pesquisa.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivos Geral

Analisar e propor a constituição de uma proposta de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o desenvolvimento do assentamento Ibicuí, localizado no município de Santana do Livramento, no estado do Rio Grande do Sul.

1.1.2 Objetivos Específicos

1. Descrever as políticas públicas no Brasil e exemplificar o ciclo das políticas públicas segundo o conceito de Leonardo Secchi;
2. Analisar as transformações da Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil, com base principal na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e na Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES);
3. Analisar a criação, organização e ações da ATES no Rio Grande do Sul;
4. Analisar o retrato do assentamento Ibicuí, utilizando como referência o banco de dados do Sistema Integrado de Gestão Rural - SIGRA (2022);
5. Estruturar uma proposta de ATER com vistas ao desenvolvimento do assentamento Ibicuí.

1.2 METODOLOGIA

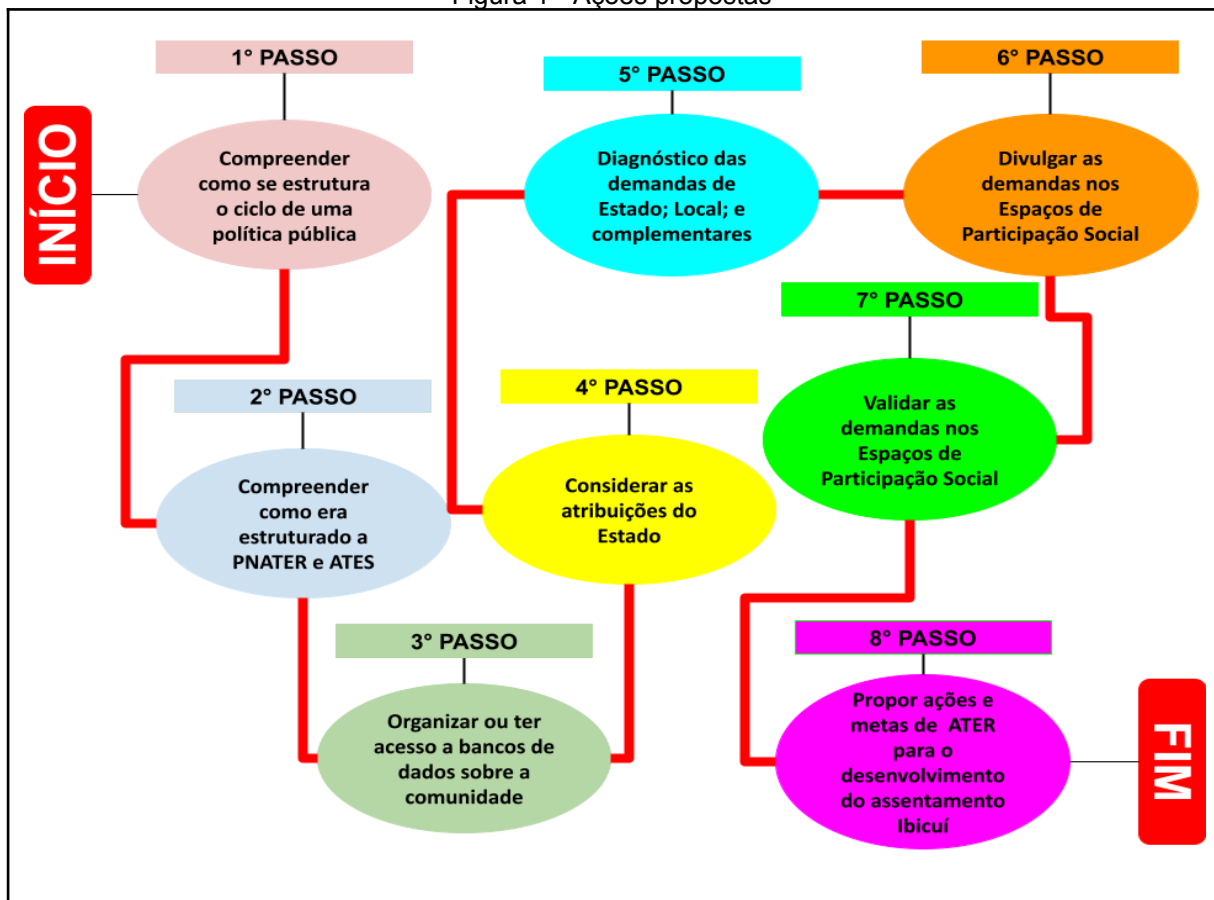
1.2.1 Descrição do contexto estudado

O estudo foi desenvolvido em um contexto de paralisação do programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES)¹. Ao longo do ano de 2022, estudantes e pesquisadores vinculados a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) efetuaram a atualização de informações cadastrais de famílias dos assentamentos São Joaquim, Recanto e Ibicuí no município de Santana do Livramento, utilizando, para isso, o banco de dados do Sistema Integral de Gestão Rural (SIGRA).

Após o mapeamento dos três assentamentos citados, foi escolhido o assentamento Ibicuí para efetuar a análise e o diagnóstico sobre qual era a realidade deste com a paralisação do programa de ATES e os impactos da descontinuação no cotidiano da população. A partir do diagnóstico do assentamento, foram propostas ações de Assistência Técnica e Extensão Rural que pudessem colaborar para o desenvolvimento do assentamento.

¹ O programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) tinha por finalidade a prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) às famílias vinculadas a assentamentos rurais da reforma agrária (MDA, 2004).

Figura 1 - Ações propostas



Fonte: Autor (2024)

Dito isto, a seguir serão apresentados diversos elementos que demonstram a importância da ATER para o desenvolvimento dos assentamentos rurais, especificamente no assentamento Ibicuí. O referido assentamento é formado por 62 lotes, sendo que destes 60 possuem moradias construídas e 02 não têm moradias em seus interiores. A população é composta por 118 moradores que estão localizados no interior do município de Santana do Livramento, na Fronteira Oeste do estado do Rio Grande do Sul. Este estudo não se preocupa com a comparação de um período anterior e/ou posterior a 2022, e sim com a construção de proposta que busque articular Estado e sociedade na construção de ações de ATER que esteja alinhada com as (possíveis) demandas existentes.

1.2.2 Tipo de pesquisa

Para a realização deste trabalho foram utilizadas as pesquisas de campo, bibliográfica, documental, descritiva e explicativa.

A pesquisa de campo é uma estratégia do pesquisador para investigar, observar e explorar informações que são “coletadas diretamente no local (campo) em que se deram ou surgiram os fenômenos. O trabalho de campo se caracteriza por contato direto com o fenômeno de estudo” (Cararin; Cararin, 2007).

Por isso, a coleta de dados nesse tipo de situação procura obedecer a uma lógica cartesiana. Tende a seguir um modelo baseado em fundamentos estatísticos de seleção de população e amostragem populacional. Utiliza instrumentos padronizados, como questionários e entrevistas estruturadas. As coletas de dados podem ser também de carácter empírico ou experimental (Cararin; Cararin, 2007).

As pesquisas bibliográficas e documentais são metodologias utilizadas para verificar o que foi produzido a respeito do assunto em estudos anteriores. A partir dessa metodologia o pesquisador se embasa teoricamente para “resolver um problema ou adquirir conhecimentos a partir do emprego predominantemente de informações advindas de material gráfico, sonoro e informatizado” (Barros; Lehfel, 2007) . Segundo Casarin; Casarin (2012) as pesquisas documentais e bibliográficas são realizadas por meio de documentação escrita ou algum tipo de registro, como filmes, fotografias etc.

A pesquisa descritiva procura caracterizar e identificar opiniões, atitudes ou crenças de um determinado grupo ou população. Segundo Gil (1996) é “comum a utilização de instrumentos padronizados de coleta de dados, como questionários, observação sistemática e entrevistas estruturadas” ou até um sistema de banco de dados.

A pesquisa explicativa busca identificar e explicar as causas do objeto de estudo e a utilização desse tipo de pesquisa tem por objetivo mostrar a realidade do objeto. A pesquisa explicativa procura identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos (GIL, 1996). Geralmente, este tipo de pesquisa se enquadra nas modalidades descritivas e/ou exploratórias.

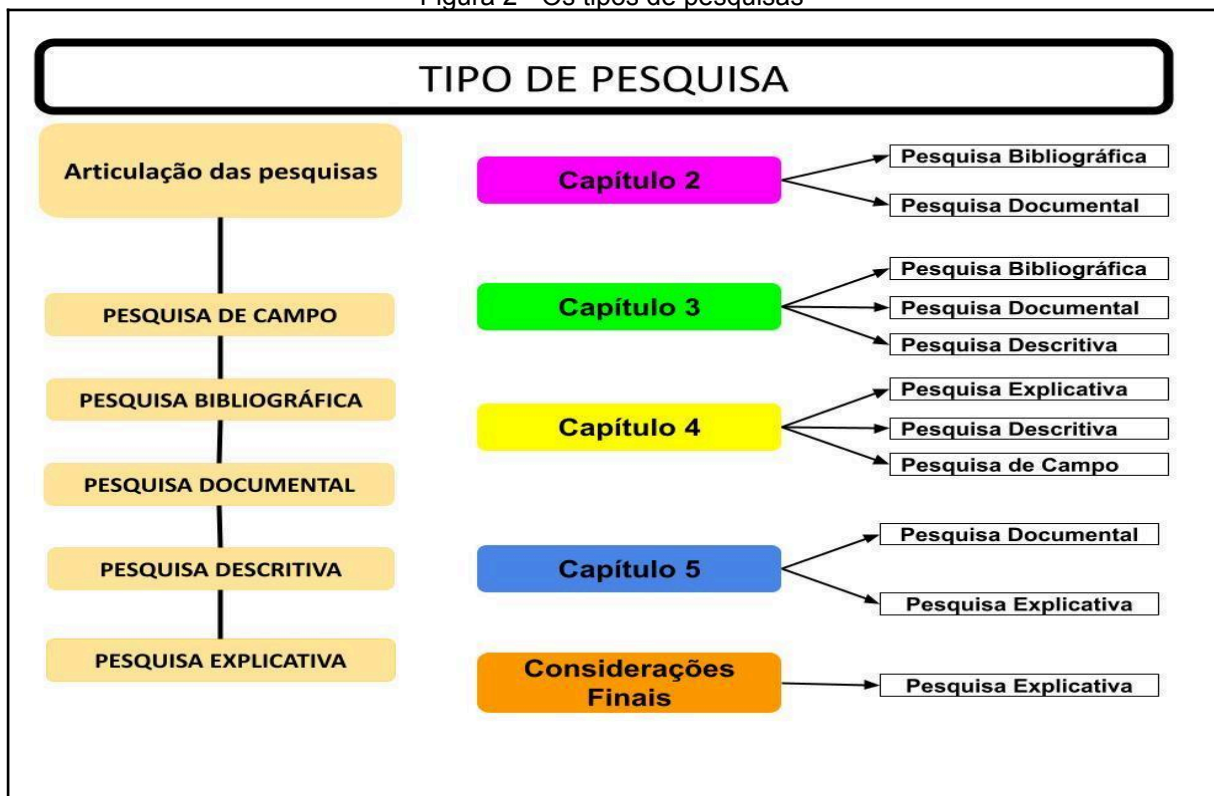
A escolha pela articulação dessas metodologias teve como propósito organizar um material em que fosse possível compreender o papel do Estado na implementação de políticas públicas que colaborassem para o desenvolvimento de uma comunidade.

1.3 PERCURSOS METODOLÓGICOS

Com base nos passos metodológicos deste trabalho, torna-se possível compreender como cada tipo de pesquisa foi articulado para abordar a problemática de um trabalho que buscou ser, ao mesmo tempo, um material de uso acadêmico e um relatório técnico² que inspirasse e auxiliasse os gestores e/ou analistas de políticas públicas na construção de alternativas que colaborassem para o desenvolvimento da comunidade.

No desenvolvimento do trabalho houve a preocupação com a articulação das pesquisas de campo, bibliográfica, documental, descritiva e explicativa. O estudo utilizou o banco de dados do SIGRA, que possibilitou a organização do trabalho. No capítulo 4 é possível verificar o retrato das famílias do assentamento Ibicuí em Santana do Livramento, onde se apresenta o detalhamento de informações que estão disponíveis no referido banco de dados.

Figura 2 - Os tipos de pesquisas



Fonte: (Autor, 2024)

² O relatório técnico desse trabalho, se caracteriza por ser um relatório de diagnóstico que utiliza o banco de dados do Sistema Integral de Gestão Rural (SIGRA) que contempla as seguintes informações: Características das famílias; das condições de vida; dos lotes e dos aspectos produtivos. O sistema é composto por um banco de dados multiuso que permite que os técnicos de ATES, prestadoras, INCRA, famílias assentadas e suas organizações tenham a possibilidade de geração de informações em tempo real. Este instrumento de gestão rural foi desenvolvido no âmbito do Termo de Execução Descentralizada entre o INCRA e a UFSM.

No Quadro 1 é possível observar os capítulos em que foi utilizada a pesquisa bibliográfica.

Quadro 1 - Passos Metodológicos - Pesquisa Bibliográfica

Pesquisa bibliográfica	
Capítulo 2	Interpretação de referenciais teóricos (artigos científicos, dissertação, tese e livros).
Capítulo 3	Interpretação de referenciais teóricos (artigos científicos, dissertação, tese e livros).

Fonte: Autor (2023)

O Quadro 1 demonstra que tanto no capítulo 2 quanto no capítulo 3 foi realizada pesquisa bibliográfica.

Nesse estágio do trabalho houve a interpretação de referenciais teóricos (artigos científicos, dissertação, tese e livros) que tratavam sobre o histórico dos modelos de *Welfare state* e políticas públicas no Brasil; Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil; criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e o histórico e organização operacional da Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) a nível nacional.

No Quadro 2 é possível observar que os capítulos 2 e 3 contam com a contribuição da pesquisa documental.

Quadro 2 - Passos metodológicos - Pesquisa Documental

Pesquisa documental	
Capítulo 2	Análise e síntese do documento norteador da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER;
	Análise e síntese do documento norteador do programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES a nível nacional;
Capítulo 3	Análise e síntese do documento norteador do programa Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES no Rio Grande do Sul;
	Análise e síntese do documento norteador das ações da Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES no Rio Grande do Sul.
Capítulo 5	Análise e síntese do documento da Chamada Pública nº 001/2022 - Chamada Pública proposta pela ANATER
	Análise e síntese do documento da Chamada Pública para execução dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER - Chamada Pública proposta pelo INCRA/RS

Fonte: Autor (2023)

O Quadro 2 demonstra que no capítulo 2 houve análise documental para nortear qual era o papel da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) para o programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) a nível nacional. O capítulo 3 é composto por análises e síntese de documentos que norteariam o ATES no Rio Grande do Sul e as ações que deveriam ser desempenhadas pelos técnicos do referido programa. O capítulo 5 foi estruturado a partir de análises e síntese de documentos que orientavam a Chamada Pública para execução dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, proposta pelo INCRA/RS e a Chamada Pública nº 001/2022, proposta pela ANATER.

No Quadro 3, é possível observar os passos metodológicos da pesquisa descritiva, que foi utilizada nos capítulos 3 e 4.

Quadro 3 - Passos metodológicos - Pesquisa de Descritiva

Pesquisa de descritiva	
Capítulo 3	Síntese das informações do banco de dados do SIGRA com relação aos assentamentos do Rio Grande do Sul.
Capítulo 4	Descrição do retrato dos assentamentos rurais de reforma agrária no Rio Grande do Sul.
	Descrição do retrato do assentamento do Ibicuí.

Fonte: Autor (2023)

No capítulo 3, a pesquisa descritiva foi utilizada para sintetizar as informações referentes ao banco de dados do SIGRA e posteriormente para a construção do retrato dos assentamentos do Rio Grande do Sul. O capítulo 4 utilizou esta pesquisa para dois momentos: descrição dos assentamentos do Rio Grande do Sul (dados de 2016) e do assentamento Ibicuí (o assentamento Ibicuí, teve uma descrição detalhada e atualizada com dados de 2022).

O Quadro 4 apresenta a pesquisa de campo que foi realizada para construir a abordagem do capítulo 4.

Quadro 4 - Passos metodológicos - Pesquisa de campo

Pesquisa de campo

Capítulo 4	Coleta dos dados da população do assentamento Ibicuí no ano de 2022.
	Atualização dos dados da população do assentamento Ibicuí no ano de 2022.

Fonte: Autor (2023)

As informações que foram utilizadas no capítulo 4, são resultantes da atualização e coleta dos dados realizadas em parceria com o Grupo Interdisciplinar de Estudos em Desenvolvimento Rural (GIEDER) no ano de 2022, no assentamento Ibicuí. A realização do trabalho foi custeada pelo projeto “Implantação do SIGRA no programa de ATER para assentamentos da reforma agrária” que era um “Termo de Execução Descentralizada” entre o INCRA e a Universidade Federal de Santa Maria. A partir de uma parceria entre a Universidade Federal do Pampa e a Universidade Federal de Santa Maria, foi possível a realização do trabalho de campo, atualizando os dados de todas as famílias residentes no assentamento do Ibicuí no ano de 2022.

O Quadro 4 demonstra que a partir dos dados coletados a campo, foi possível a atualização das informações das famílias do assentamento no ano de 2022.

O Quadro 5 apresenta os elementos utilizados na pesquisa explicativa. Essa modalidade de pesquisa esteve presente na construção dos capítulos 4, 5 e na conclusão do estudo.

Quadro 5 - Passos metodológicos - Pesquisa Explicativa

Pesquisa Explicativa	
Capítulo 4	Sistematização do retrato do assentamento do Ibicuí;
Capítulo 5	Análise do retrato do assentamento Ibicuí.
	Proposta para construção de serviços de ATER, utilizando como base as demandas do assentamento Ibicuí.
Considerações Finais	Síntese dos dados que compõem o relatório técnico norteador das possíveis demandas de Política Pública de Assistência Técnica e Extensão Rural utilizando como base o do retrato do assentamento rural do Ibicuí e os eixos de ATES do Rio Grande do Sul;
	Análise de dados que compõem o relatório técnico norteador das possíveis demandas de Política Pública de Assistência Técnica e Extensão Rural utilizando como base o do retrato do assentamento rural do Ibicuí e os eixos de ATES do Rio Grande do Sul.

Fonte: Autor (2023)

O capítulo 5 é destinado a analisar o retrato do assentamento Ibicuí, sendo a análise posteriormente utilizada como base para organizar uma proposta de

construção de ATER que leva em consideração as atribuições do Estado que não são negociadas e que estão alinhadas com os preceitos da Constituição Federal de 1988 e as demandas de Estado; demandas locais/assentamento(s); e demandas complementares para a formulação de uma política pública que esteja alinhada e comprometida com o desenvolvimento do espaço rural brasileiro. O capítulo de considerações finais foi dedicado à reflexão e discussão sobre a realização do trabalho, com o objetivo de propor uma política pública de extrema complexidade.

CAPÍTULO 2 – AS TRANSFORMAÇÕES DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO BRASIL E A CRIAÇÃO DA PNATER E ATES

Este capítulo tem como objetivo caracterizar a organização das transformações da Assistência Técnica e Extensão Rural. Nesta Dissertação, ele abre as discussões sobre a transformação da Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil, que resultou, no ano de 2003, na criação da PNATER e da ATES.

O capítulo foi organizado em 3 seções: a primeira seção é composta por um texto que aborda discussões sobre “As políticas públicas no Brasil e os seus (possíveis) ciclos”; a segunda seção é formada pelo histórico da “Assistência Técnica e Extensão Rural à criação da PNATER”; o capítulo finaliza com a terceira seção composta pelo histórico e organização operacional da ATES.

No decorrer da primeira seção deste capítulo foi utilizada a metodologia proposta por Leonardo Secchi, chamada de “Ciclo de Políticas Públicas”, para demonstrar a aplicação da PNATER para o desenvolvimento rural brasileiro.

2.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL E OS SEUS (POSSÍVEIS) CICLOS

O grande desafio sobre o tema das políticas está em compreender como as “políticas públicas” podem ser utilizadas como estratégias para o desenvolvimento local e, no caso deste trabalho, especificamente com o meio rural. Tradicionalmente no Brasil o tema das políticas públicas está presente em diversas discussões entre pesquisadores e atores políticos. Entretanto, a dificuldade apresentada por grande parte da população brasileira no entendimento de temas que são abordados pelo campo de trabalho e/ou estudo das políticas públicas, são expostos ao longo desse estudo.

No decorrer das abordagens será possível compreender como se articulam aspectos como: implementação, formulação e avaliação das políticas públicas. Autores que discutem o estado da arte das políticas públicas, como Secchi (2013), enfatizam que elas têm por finalidade o enfrentamento, diminuição e até mesmo a resolução do problema público, para os diversos fins de um grupo ou de outro. Por ser considerado um tema complexo é natural que as políticas públicas gerem inúmeros debates com relação às suas atribuições e objetivos entre os atores sociais e as instituições, neste sentido, utilizaremos o Ciclo de Políticas Públicas como exemplo.

O processo de formulação de agendas progressistas pode, por vezes, afetar a construção e/ou execução de políticas, e potencializando este momento de interlocução entre formuladores e usuários das políticas públicas se mostra como algo desafiador para o Estado brasileiro. Para Secchi (2013) “o problema público está para a doença, assim como a política pública está para o tratamento”.

A doença (problema público) precisa ser diagnosticada, para então ser dada uma prescrição médica de tratamento (política pública), que pode ser um remédio, uma dieta, exercícios físicos, cirurgia, tratamento psicológico, entre outros (instrumentos de políticas públicas). Problemas públicos e políticas públicas existem na área de educação, segurança, saúde, gestão pública, meio ambiente, saneamento, habitação, emprego e renda, previdência social, planejamento urbano, justiça e cidadania, assistência social, cultura e esporte, ciência e tecnologia e inovação, infraestrutura e transporte entre muitas áreas (Secchi, 2013).

Cabe, neste sentido, abordar o processo de elaboração das políticas públicas que pode ser estruturado como o Ciclo de Políticas Públicas (Secchi, 2013). O fluxograma proposto pelo autor demonstra como acontece o processo de elaboração de políticas públicas, que consiste em 7 atividades (principais) essenciais: identificação do problema; formulação da agenda; formulação de alternativas; tomada de decisão; implementação; avaliação e extinção (Secchi, 2013).

A dinâmica da realidade faz com que surjam diversas peculiaridades regionais e locais no Brasil, onde estes meios são levados em consideração para a criação, implementação, formulação e avaliação das políticas públicas, sempre observando que estes componentes deixam qualquer problema público complexo de se resolver, sendo necessário antes de qualquer ação definir qual modelo de políticas públicas

utilizar: o modelo *top-down*³ (de cima para baixo) ou o *bottom-up*⁴ (de baixo para cima).

As etapas do Ciclo de Políticas Públicas proposto por Secchi (2013) podem ser definidas como um processo de elaboração de política que pode ser estruturado utilizando o método do ciclo.

O fluxograma proposto demonstra que os momentos não são estáticos, porém a tendência é que o ciclo siga um fluxo e uma ordem de acontecimentos. Nesse sentido, o mais importante não é demonstrar o fluxo do ciclo e sim a relevância de cada etapa deste. Os momentos são descritos a seguir.

A **identificação do problema**⁵ é o momento em que se identifica discrepâncias entre o *status quo* e uma situação ideal possível. A **formulação da agenda**⁶ é o momento conhecido também como a elaboração da lista de prioridades ou temas entendidos como relevantes, uma vez que para que um problema entre na agenda política são necessárias três condições: atenção, resolubilidade e competência.

Existe também o momento da **formulação de alternativas**⁷, no qual são elaborados métodos, programas, estratégias ou ações destinados a alcançar os objetivos estabelecidos por essas estratégias.

³A perspectiva de top-down da implementação começa com a análise das decisões do governo e avalia quanto dessas decisões os administradores de fato executam as razões que levam a efetividade da implementação (Howlett; Ramesh; Perl, 2013). Nessa abordagem, existe o entendimento de que a ação governamental é um jogo de uma só rodada, em que a implementação ocorre de cima para baixo, podendo ser compreendida como um processo racional e planejado do desenho dos programas. Pressupõem assim uma visão idealizada do funcionamento da administração pública, com um mecanismo perfeito de racionalidade político-administrativa, capaz de assegurar que a implementação seja fiel ao que havia sido proposto (Silva; Mello, 2000).

⁴Contrariando a abordagem top-down, a abordagem bottom-up começa a análise na outra extremidade da implementação e exige que se avaliem os implementadores da linha de frente, demonstrando que o sucesso e o insucesso dos programas dependem muito das habilidades dos atores envolvidos na implementação (Howlett; Ramesh; Perl, 2013).

Estende-se portanto que a implementação é um processo dinâmico e interativo de coprodução entre profissionais e clientes e de retroalimentação contínua entre o que é decidido e o que é implementado.

⁵Identificação do problema é como um problema público que também pode ser entendido como aquilo que aquele grupo (comunidade) gostaria que fosse a respectiva realidade pública. É quando algo ou alguma coisa causa algum tipo de impacto na vida das pessoas (Secchi, 2013).

⁶A formulação da agenda contempla dois tipos de agenda. A agenda pública (conjunto de problemas ou temas que a comunidade política percebe como merecedor de intervenção pública) e a agenda institucional, que é aquela que elenca os problemas ou temas que o poder público decidiu enfrentar (Secchi, 2013).

⁷Formulação de alternativas são estratégias para solucionar e/ou desenvolver problemas públicos por meio de escrutínios formais ou informais sobre as consequências do problema, e dos potenciais custos e benefícios de cada uma alternativa (Secchi, 2010).

O momento da **tomada de decisão**⁸ é visto como a etapa que sucede a formulação de alternativas de solução. A **fase de implementação**⁹ das políticas públicas sucede a tomada de decisão e antecede os primeiros esforços avaliativos de políticas públicas. A **avaliação**¹⁰ das políticas públicas é o processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública. O momento da **extinção**¹¹ das políticas públicas é a ocasião do fim do ciclo da "política pública".

Para Secchi (2013), a formulação dos objetivos da ação governamental e seus indicadores permitem avaliar se um programa, projeto, política pública produz ou não os resultados esperados. Em outra lente de observação, a autora diz que a avaliação pode identificar como os gestores coordenam a implementação de um projeto, assim interesse proposto nesse tipo de avaliação é verificar em que medida os objetivos propostos estão sendo atingidos ou se carecem de uma reavaliação de implementação. Outro tipo de análise permite identificar como uma política pública funciona e quais os mecanismos específicos que levam a atingir, ou não, os seus resultados.

⁸A tomada de decisão é o momento que representa em que período que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitadas (Secchi, 2013).

⁹A fase de implementação das políticas públicas é o momento em que regras, rotinas e processos sociais são convertidos de intenções para ações, é quando todo o planejamento de identificação do problema, formulação da agenda, formulação de agenda e tomada de decisão é colocado em prática no mundo real (Secchi, 2013).

¹⁰A avaliação das políticas públicas, tem como propósito verificar se o processo de identificação do problema, formulação da agenda, formulação de agenda e tomada de decisão, implementação estão surtindo algum efeito e observa se a política pública está tendo sucesso ou a falha no projeto que foi colocado em prática. Em resumo, avalia a eficácia e eficiência da política pública (Secchi, 2013).

¹¹A extinção da política pública deve ser proposta em sua formulação. Existem duas possibilidades para a extinção de políticas públicas. A primeira ocorre quando o problema público foi resolvido, seja por efeitos da política pública ou não, fazendo com que a sua continuidade e aplicabilidade sejam reconsideradas. A segunda ocorre quando o problema se agrava ou cria efeitos colaterais tão nocivos que tornam a política pública insustentável (Secchi, 2013).

Figura 3 - Ciclo de Políticas Públicas



Fonte: Secchi (2013)

A política pública deve ter a expressão do Estado na resolução de problemas e possui vários estágios e também formas de como ser feita. Saravia (2006) afirma que a política pública está relacionada às formas de enfrentamento de um problema público. Trata-se de um fluxo de decisões públicas que procura manter o equilíbrio social ou introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988¹² foi inspirada nos princípios fundamentais da Organização das Nações Unidas (ONU) que trazia em sua Carta os seguintes dizeres no art. 1º:

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade (ONU, 2023).

¹²**Constituição de 1988 (Constituição Cidadã)** - Em 5 de outubro de 1988, a Constituição inaugurou um novo arcabouço jurídico-institucional no país, com ampliação das liberdades civis e dos direitos e garantias individuais. A nova Carta consagrou cláusulas transformadoras com o objetivo de alterar relações econômicas, políticas e sociais (Agência Senado, 2023).

Entre a criação da Constituição Federal de 1988¹³ e os dias atuais, passou-se pouco tempo. Isso explica por que o modelo *Welfare State* brasileiro tem uma trajetória breve e que está dividida em três períodos (ondas)¹⁴, onde é possível compreender que estes momentos nunca foram lineares e resultaram no que entendemos hoje como o modelo de *Welfare* social democrático e conservador democrático, e por isso Brasil se diferencia dos outros *Welfares* do mundo. Entre os diversos desafios de governança do Estado brasileiro, o aspecto do federalismo¹⁵ se destaca, uma problemática desafiadora para a organização administrativa de um país que ocupa um território com dimensões continentais, e isso deixa ainda mais complexa a implementação, formulação e avaliação das políticas públicas.

Para enfrentar as complexidades do Estado brasileiro é recomendado como estratégia a utilização de atores sociais na formulação e implementação de processos que compreendam a estrutura do Estado e que possam resultar em políticas públicas que tenham como foco principal a proteção social e o desenvolvimento local e nacional da população brasileira. No Brasil, existem diversas dívidas de equiparação histórica e políticas de equiparação que têm como missão diminuir ou resolver estes problemas públicos, pois as políticas públicas são ferramentas que têm a função de promover elementos de proteção social do Estado de bem-estar social. É função do Estado a criação de mecanismos que colaborem para que ocorra a proteção e o bem-estar de seus cidadãos.

¹³A Carta da ONU articula - se com o art. 3º da Constituição brasileira de 1988, que trata como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil quatro itens norteadores: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Brasil, 1988). O art. 5 da constituição também deve ser destacado aqui, onde é possível compreender que perante a Constituição Brasileira de 1988 “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.”

¹⁴O primeiro período *Welfare* do Brasil foi o corporativo e que ocorreu no Brasil antes dos anos de 1964, em que prevalecia o fato de que para o indivíduo ter direito à por exemplo saúde ele deveria estar trabalhando e contribuindo para arcar com este gasto do público. No segundo período (Onda) o *welfare* passou a contemplar o universal básico, no período entre 1964 e 1988, onde os cuidados básicos eram propostos pelo Estado. No terceiro período após a Constituição Brasileira de 1988, se consolida o que chamamos de universal estendido, onde o estado cria por exemplo o que conhecemos hoje pelo Sistema Único de Saúde.

¹⁵Estado Federal expressa um modo de ser do Estado (daí se dizer que é uma forma de Estado) em que se divisa uma organização descentralizada, tanto administrativa quanto politicamente, erigida sobre uma repartição de competências entre o governo central e os locais, consagrada na Constituição Federal, em que os Estados Federados participam das deliberações da União, sem dispor do direito de secessão. No Estado Federal, de regra, há uma Suprema Corte com jurisdição nacional e é previsto um mecanismo de intervenção federal, como procedimento assecratório da unidade física e da identidade jurídica da Federação (Mendes; Coelho; Branco, 2008)

Mesmo sendo um país com grandes desafios no aspecto da diminuição da desigualdade social, o Brasil ainda é marcado pela desigualdade. Por isso, a atuação do Estado em alguns momentos se mostra mais do que necessária para que seja possível o desenvolvimento sustentável do país. Tem-se, em seu território, como um bom exemplo algumas políticas de seguridade social e que tiveram dimensão de um Estado de bem-estar e que também sofreram com as diversas crises que o país vem enfrentando. Isso também demarca como se consolida o modelo de *Welfare* brasileiro.

2.2 DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO BRASIL À CRIAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - PNATER

A história da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil, durante as décadas de 1940 e 1950, foi marcada pelo nascer do modelo que tinha a ótica da “sociologia da vida rural” que foi popularizada e criada nos Estados Unidos e que com o passar do tempo foi transferida e incorporada no Brasil, em uma época na qual o debate sobre a problemática do desenvolvimento rural estava centrado na procura de elementos que fossem capazes de explicar o atraso do país com relação aos centros desenvolvidos na agricultura, de modo a permitir que fossem estabelecidos mecanismos que colaborassem para superar o subdesenvolvimento do país. Além disso, é nesse período em que se iniciam as ações de extensão rural no Brasil, com o objetivo de assumir a tarefa de educar o homem do campo para tirá-lo do “atraso”, assim, levando informações e técnicas para o uso das novas tecnologias.

Nesse período, a proposta da ATER estava ligada à difusão de informações e tecnologias que tinham como objetivo educar o homem do campo e superar o atraso dos agricultores com relação a tecnologias. A industrialização da agricultura brasileira foi caracterizada pela produção de bens de capital e consumo, como exemplo a produção de máquinas, equipamentos e insumos para a agricultura.

O paradigma modernizador da agricultura nessa época utilizava diversos instrumentos políticos, econômicos, sociais e culturais que promoviam um ambiente favorável à implementação de um novo conceito de desenvolvimento para o campo brasileiro (Dalbianco, 2010). Por isso, a ATER no Brasil está diretamente relacionada

com a inserção do país nos processos de modernização da indústria e da agricultura.

Sob a influência de uma burguesia industrial emergente, o Estado brasileiro passou a adotar um conjunto de medidas que objetivavam tornar a agricultura mais “moderna” e produtiva. Na essência, a intenção foi a promoção e implementação de um modelo produtivista que objetivou superar o que se denominava de um rural atrasado e pouco modernizado, caracterizado pela baixa produção e produtividade (Prado Jr, 1979).

A ATER como política pública, foi impulsionada no ano de 1948, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR)¹⁶ de Minas Gerais (MG), seguida pela criação de associações nos demais estados da Federação. As ACARs foram entidades da sociedade civil, sem fins lucrativos, que atuavam sob a coordenação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR)¹⁷, criada em 1956, e que prestavam serviços de ATER e elaboravam diversos projetos que visavam o acesso a crédito junto a instituições financeiras (Zarnott, 2016).

A estruturação da política de ATER nos anos 1960 e 1970¹⁸, foi responsável por criar organizações que eram encarregadas de difundir o modelo de uma agricultura moderna e conservadora. O mesmo período é marcado pela expansão dos cursos superiores em ciências agrárias, nos quais os profissionais recém-formados eram instrumentalizados com as técnicas necessárias para difundir o uso massivo do pacote tecnológico da Revolução Verde.

Nos anos de 1960 as ações desempenhadas pela ATER apostaram na ideia de que as mudanças sociais só seriam possíveis a partir da introdução de novas

¹⁶Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) foi criada em dezembro de 1948 pelo Governo de Minas Gerais assinando um convênio com a American International Association, criando assim Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR, que iniciou suas atividades a partir de janeiro de 1949. A criação da ACAR foi fruto dos esforços feitos pela “American International Association,” que estava na época empenhada em difundir o modelo do Serviço de Extensão norte-americano, como meio de ajudar o desenvolvimento econômico e social de alguns países em fase de desenvolvimento.

¹⁷A Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) foi criada no ano de 1956 e foi decisiva para a consolidação da Extensão Rural no Brasil. Após a criação dos Serviços de Extensão nos estados do sul do país aconteceu uma guinada no ritmo de expansão dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, e vários outros estados começaram tomar iniciativa, para criar seus próprios Serviços de ATER.

¹⁸A Assistência Técnica e Extensão Rural no ano de 1960 e 1970 é o período se consolida no Brasil a ideia de ATER embasada na unilateralidade de informações agrícolas, normas e recomendações técnicas de órgãos envolvidos com a agricultura e ligados ao governo, através de boletins, folhetos, periódicos, publicações diversas e da radiodifusão. Esta forma de relação técnica com o rural teve uma representação básica que, sinteticamente, pode ser caracterizada por três componentes essenciais: fonte ou emissor, mensageiro ou transmissor e destinatário ou receptor (Dalbianco, 2010).

técnicas. Este modelo sugeria que o trabalho com os pequenos agricultores não havia dado os resultados esperados em décadas anteriores. Nesse sentido, os anos 60 constituem um período em que os médios e grandes agricultores foram eleitos como o público-alvo apto a adotar as tecnologias modernas e os trabalhos da ATER. De certa forma, essa proposta impossibilitou drasticamente o desenvolvimento da agricultura familiar, dificultando a vida dos produtores rurais que representavam essas unidades produtivas (Dalbianco, 2010).

A partir dos anos de 1970, o Brasil viu emergir um intenso processo de repressão social, no campo e na cidade, resultado de um grande processo de êxodo rural¹⁹ e de aumento da pobreza no campo. Com o processo de êxodo rural, o país buscou, através da sua nova formação, abandonar o seu passado agrário baseado na exportação de bens primários que predominou até as primeiras décadas do século. Os anos de 1970 foram marcados pelas taxas negativas relacionadas ao crédito rural, onde se entendia que o trabalho realizado por parte dos extensionistas estava muito restrito a procedimentos burocráticos, bem como, à assistência técnica para o empreendimento financiado no Brasil. Para impulsionar o processo de modernização conservadora na agricultura brasileira, em 1970 foi criado o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER)²⁰, no ano de 1973 foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)²¹ e no ano de 1975 foi fundada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER)²². Por meio dessa institucionalização, o serviço de Extensão Rural

¹⁹O êxodo rural brasileiro aconteceu entre os anos de 1960 e 1980 e alcançou um total de 27 milhões de pessoas. Poucos países conheceram movimentos migratórios tão intensos, considerando a proporção ou a quantidade absoluta da população rural atingida (Camarano; Abramovay, 1999).

²⁰Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) é o nome do Sistema, que incorporou o termo 'Assistência Técnica', foi empregado pela primeira vez somente no art. 7º dos Estatutos da Embrater, fixados pelo Decreto no 75.373/75, nele próprio tendo sido usado, no art. 6º, ainda a denominação anterior. O Sibrater passou a agregar também organizações não estatais de ATER. A Embrater foi efetivamente criada pelo Decreto nº 75.373, de 14 de fevereiro de 1975, que regulamentou a Lei nº 6.126/74. Tendo as estruturas das Ater sido ano a ano absorvidas pelos estados e criadas empresas ou outras estruturas governamentais de assistência técnica e extensão rural (EMATER), o Sistema Abcar (ou Siber) transformou-se no Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER).

²¹A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), foi criada em 26 de abril de 1973 com a missão de viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira. A EMBRAPA é uma instituição pública de pesquisa, desenvolvimento e inovação na área agrícola, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

²²A Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) foi criada em 1975 e conseqüente houve a implantação das EMATER, que criou a nova conformação jurídica e institucional para o sistema, que passou a ser totalmente estatal, na forma de empresas públicas.

Estatual se consolidou com a função de transmitir e difundir aos agricultores os pacotes tecnológicos preconizados pela Revolução Verde²³.

A década de 1980 foi marcada por grandes acontecimentos, não apenas na reorganização populacional e territorial, mas também na questão política com o advento da Constituição de 1988, que sofre grande influência de uma onda do Estado do bem-estar social. Houve nessa época o declínio do regime militar e a transição política para um regime mais democrático.

A pressão social pela abertura política rumo à democracia foi um dos elementos que proporcionaram o fim do regime militar e o início de uma nova fase na história do Brasil. Para Delgado (2004), o fim do governo militar, na década de 1980, possibilitou uma “oxigenação” das organizações sociais colocadas em clandestinidade durante as décadas de 1960 e 1970. A partir desse período se construiu um cenário político que possibilitou a elaboração do I Plano Nacional da Reforma Agrária em 1985 e a inauguração da Nova República com a eleição do Presidente Tancredo Neves e o Governo José Sarney com a implementação da “nova” Constituição Nacional brasileira no ano 1988, que se respaldou também no Estatuto da Terra de 1964.

Entre os anos de 1990 e 1999, as ATERs²⁴ no Brasil foram caracterizadas por uma abordagem que tinha como pressupostos compreender a realidade e a redescoberta de caminhos para a "nova" proposta de ATER.

Em meio a uma crise econômica no país, onde houve a adoção e constituição dos preceitos neoliberais²⁵ na gestão pública brasileira, o então

²³A Revolução Verde acometeu nos anos de 60 e 70 nos espaços rurais brasileiro. O movimento foi marcado pelo modo de que inserção da produção industrial no espaço rural e adquiriu a forma de pacotes tecnológicos - a prioridade de subsídio de créditos agrícolas que estimulava a grande produção agrícola, esferas agroindustriais, as empresas de maquinários e de insumos industriais para uso agrícola – como tratores, herbicidas e fertilizantes químicos, a agricultura de exportação, a produção de processados para a exportação e a diferenciação do consumo – como de queijos e iogurtes (Moreira, 1999).

²⁴Nos anos de 90 era possível verificar a “[...] consequência no processo de afastamento do Estado e diminuição da oferta de serviços públicos de ATER ao meio rural e à agricultura aparece, hoje, evidenciada pela comprovada insuficiência destes serviços em atender à demanda da agricultura familiar e dos demais povos que vivem e exercem atividades produtivas no meio rural, principalmente nas áreas de maior necessidade, como as regiões Norte e Nordeste” (MDA, 2004, p. 5).

²⁵Preceitos neoliberais: Para David Harvey (2011) define que o neoliberalismo deve ser compreendido apenas como um fenômeno econômico. O neoliberalismo deve ser entendido também como fenômeno sociológico, político, jurídico, afinal, o neoliberalismo transcende a questão econômica para atingir toda a sociedade. Os preceitos neoliberais fazem parte do sistema neoliberal que foi instaurado por forças e poderes em níveis nacionais e em escala global por oligarquias burocráticas e políticas, multinacionais, atores financeiros e grandes organismos econômicos

presidente da república, Fernando Collor de Mello, decidiu extinguir a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER)²⁶.

A partir do decreto que extinguiu a EMBRATER, a ATER foi preterida a nível nacional e sua responsabilidade foi repassada para estados e municípios, onde os serviços ficaram dependentes das condições de cada estado ou município e/ou dos interesses daquela região, com a extinção do aparato público de extensão a partir da EMBRATER. As políticas para promoção do desenvolvimento rural continuaram a enfatizar a dimensão produtiva abandonando os planos que contemplavam as iniciativas social e ambiental.

A rediscussão da política de ATER nas décadas de 1980 e 1990 abordou o tema do desenvolvimento rural e, se por um lado, a (re)criação da política de ATER tinha uma proposta no bojo da retomada do papel do Estado no desenvolvimento rural, por outro, é também fruto das manifestações dos movimentos sociais e sindicatos no campo, que na década de 1990 consolidaram o reconhecimento da agricultura familiar e obtiveram políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)²⁷. Esses movimentos também reivindicavam um serviço de ATER pública para agricultura familiar. Alguns movimentos foram importantes para esta luta, por exemplo, a realização do "Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: uma nova extensão

internacionais que formam uma coalizão de poderes concretos que exercem certa função política em escala mundial (Dardot; Laval, 2016).

²⁶A Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) foi extinta por meio do Decreto 99.916, de 17 de outubro de 1990, transferindo o acervo técnico-patrimonial e as atribuições para outros órgãos.

²⁷O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado em 1995 e possui um conjunto de ações destinadas a aumentar a capacidade produtiva, geração de emprego e elevação da renda dos agricultores familiares, com o intuito de promover o desenvolvimento no meio rural. O acesso ao crédito rural era uma das ações direcionadas aos agricultores do segmento agropecuário conhecido como agricultura familiar, que administram, gerenciam e trabalham no desenvolvimento das suas atividades, conforme classificação definida na Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. O crédito rural no país apresenta diversos programas, e um deles é denominado de PRONAF, representando a ação de disponibilizar linhas de crédito adequadas às necessidades dos agricultores familiares e suas formas de organização.

O Pronaf está presente em quase todos os municípios do Brasil. A execução do programa é realizada por Bancos Públicos e Privados, o BNDES e Cooperativas de Crédito Rural. Esta forma de atuação permite amplo acesso ao crédito rural para diversos grupos da agricultura familiar como: assentados da reforma agrária, beneficiários do crédito fundiário, agricultores familiares de baixa renda (Grupo B), agricultores familiares dinâmicos (Grupo V) e, inclusive, povos e comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos e outros. Além de financiar o custeio da produção, o PRONAF é de grande importância para a modernização dos empreendimentos familiares, com consequências sobre o aumento da produção e produtividade. O Pronaf permite o financiamento de máquinas, tratores, veículos de carga, equipamentos e tecnologias de mercado para a modernização e competitividade dos empreendimentos da agricultura familiar e de suas cooperativas (Brasil, 2023).

rural para agricultura familiar” em agosto de 1997 (Neumann; Dalbianco; Zarnott, 2015).

Os anos 2000, especificamente o ano de 2003, foi marcado pela mudança governamental. Houve uma transição de uma “ATER convencional” para uma ATER com princípios e missão emancipatória. Nesse período ocorreu um aumento significativo com relação ao orçamento federal para os serviços de ATER no país.

Os agricultores familiares e assentados da reforma agrária passaram a contar com uma nova perspectiva em relação às políticas do Estado. Mesmo que o agronegócio não tenha deixado de ser a prioridade no desenvolvimento agrícola do país, esta mudança possibilitou a criação e concretização de políticas públicas voltadas a atender a uma população rural historicamente à margem do desenvolvimento. Neste cenário, destaca-se a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)²⁸ no ano de 2003, onde foi contemplado também um programa específico para o atendimento às famílias assentadas, a Assessoria Técnica Social, Ambiental à Reforma Agrária (ATES). Esta tinha por objetivo disponibilizar assessoria técnica, social e ambiental para os assentados contemplados pela política de reforma agrária.

A partir das atribuições e normativa incorporados e instituída dentro da Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010, ficou definida a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER²⁹

²⁸A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER foi uma política pública que nasceu com o objetivo central de promover a melhoria das condições de vida da população rural, apoiando o processo de modernização da agricultura, inserindo-se nas estratégias voltadas à política de industrialização do país. Contribuindo assim, para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com destaque para o processo de desenvolvimento endógeno, apoiando os agricultores familiares, na potencialização do uso sustentável dos recursos naturais (Dalbianco, 2010)

²⁹A PNATER passou a ser alicerçada em 6 princípios gerais: I - Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente; II - Gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural; III - A Adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública; IV - A adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis; X - Equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; VI - Contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional (MDA, 2010). A PNATER também foi moldada a partir de 12 objetivos, que estava organizado da seguinte maneira: I - Promover o desenvolvimento rural sustentável; II - Apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais; III - Aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais; IV - Promover a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários; V - Assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas; VI - Desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, dos agroecossistemas e da biodiversidade; VII -

e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER e alterou a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.

Nesta “nova” proposta, a PNATER incorporou em sua base um conjunto de elementos discutidos no período do “Repensar da Extensão Rural³⁰”. O programa buscou se estruturar através dos princípios do desenvolvimento sustentável, buscando implementar mudanças na ATER brasileira, visando romper com o difusionismo e com as práticas tecnicistas. Os princípios da ATER se articulavam com as orientações e preceitos da ecologia, na perspectiva do uso racional dos recursos e da preservação ambiental, bem como na ação qualificada de agentes extensionistas (Caporal, 2009). A proposta para uma “nova” ATER resultou de construções históricas da ruralidade brasileira que reconheceram a pluralidade institucional e o fornecimento dos serviços de ATER descentralizados do Estado, como uma nova alternativa no fazer ATER no Brasil.

O processo de implementação da ATER também veio acompanhado do estabelecimento de parcerias com entidades de ATER e aquelas envolvidas em atividades de capacitação de agricultores familiares. Isso, para acesso ao crédito oferecido por esse programa, uma vez que a regulamentação do PRONAF previa a necessidade da elaboração, por parte do requerente, de um projeto técnico sobre a atividade a ser desenvolvida (seja de investimento, seja de custeio) com o crédito, discriminando etapas a serem cumpridas e demonstrando a viabilidade do empreendimento.

Nesse sentido, foi almejado um novo modelo de ATER pautado na ideia desenvolvimentista e sustentável, consolidado na PNATER. Esta última assumiu grande importância para a agricultura familiar e assentamentos da reforma agrária, pois ao longo de sua implementação, esta população passou a ser mais valorizada.

Construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional; VIII - Aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor à sua produção; IX - Apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural; X - Promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração deste ao mercado produtivo nacional; XI - Promover a integração da Ater com a pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico; XII - Contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro (MDA, 2010).

³⁰O “Repensar da Extensão Rural” tinha como foco o desenvolvimento sustentável na agroecologia, na valorização dos saberes e das culturas das comunidades tradicionais e nas metodologias participativas, entre outras (Caporal, 2009).

Os serviços estavam voltados a atender os pequenos produtores rurais e suas famílias, quilombolas, ribeirinhos, os moradores que poderiam viver em torno de barragens e os demais públicos que necessitavam ser assistidos por políticas públicas de extensão rural, culminando num processo emancipatório para a agricultura familiar.

2.3 ASSESSORIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL (ATES) - HISTÓRICO E ORGANIZAÇÃO OPERACIONAL

A Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES)³¹, faz parte de uma política que nasceu de um processo de *botton-up* (de baixo para cima), oriunda das reivindicações e lutas dos movimentos sociais que atuavam desde o Estatuto da Terra em 1964³² até a criação das ATES em 2003. O uso do termo “Assessoria Técnica” ao invés de “ATER”, visava demarcar uma distinção conceitual e metodológica mediante a incorporação da ideia de que o trabalho dos técnicos teria como referência a integralidade, concebida a partir da sua presença constante no interior dos assentamentos, distanciando-se das ações pontuais voltadas meramente aos aspectos técnicos da produção agrícola. Houve a preocupação em incorporar ao termo “Assessoria Técnica”, os adjetivos “social” e “ambiental”, para dar ênfase na contratação de profissionais de diferentes áreas do conhecimento e que buscavam englobar as ciências agrárias, econômicas e sociais.

Neste sentido, o programa de ATES no Brasil, nasceu com lições aprendidas em outros momentos históricos e que colaboraram para uma política pública que fosse mais ampla no sentido do atendimento das famílias assentadas. O programa buscava articular o ambiental, social e produtivo dentro das ações que foram aprendidas e aprimoradas para superar a visão de uma ATER convencional. Por

³¹O programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) foi criado oficialmente pelo INCRA em 30 de março de 2004. A sua criação foi resultado das reivindicações dos movimentos sociais e entidades sindicais do campo em favor da reconstrução dos serviços públicos de ATER no Brasil visando contemplar a especificidade das demandas dos agricultores assentados. A principal base de referência para a formulação do programa de ATES foi o projeto Lumiar, desenvolvido entre os anos de 1997 e 2000 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

³²O Estatuto da Terra foi criado pela Lei 4.505, de 30/11/64, e surgiu no Brasil como uma resposta às lutas camponesas perante o regime militar, instalado no Brasil por meio do golpe militar de 31/03/64, este estatuto funcionou com uma espécie de freio aos movimentos camponeses, que se multiplicavam durante o governo de João Goulart. A criação do Estatuto da Terra e a promessa de uma reforma agrária foi a forma utilizada pelos governantes para acalmar os grupos camponeses e tranquilizar os proprietários de terra (DALBIANCO, 2010).

isso, esta nova proposta buscava atender às exigências da sociedade brasileira e do público de famílias assentadas. Por este motivo, a perspectiva do programa se estruturou em contribuir para a implantação de um modelo de desenvolvimento que contemplasse não apenas o fato sustentável, do ponto de vista ambiental, mas também o ponto de vista social e econômico.

A ATES foi considerada de fundamental importância para o desenvolvimento dos projetos de assentamento, pois colaborou para a transformação da realidade das famílias assentadas, fortalecendo o elo entre os assentados e o meio onde estão inseridos. O programa tinha como princípios, a promoção da igualdade entre trabalhadoras e trabalhadores rurais assentadas(os), a utilização de métodos participativos, a adoção dos conceitos da agroecologia, cooperação e economia popular solidária e a garantia da capacitação continuada dos assentados. Pode-se considerar que era uma nova forma de trabalhar a extensão rural e a assistência técnica de uma forma harmônica e atrelada com a realidade local de cada territorialidade. Por esta razão, o trabalho da ATER teve que assumir os seguintes princípios: a promoção da igualdade entre trabalhadoras e trabalhadores rurais assentadas(os), a utilização de métodos participativos, a adoção dos conceitos da agroecologia, cooperação e economia popular solidária e a garantia da capacitação continuada dos assentados.

O objetivo principal do programa de ATES³³ era promover a viabilidade econômica, a segurança alimentar e nutricional; a sustentabilidade socioambiental e a promoção da igualdade nas relações de gênero, geração, raça e etnia nas áreas de assentamento. A metodologia de trabalho utilizada nas ATES se traduziu na prática, pela animação e facilitação de processos coletivos capazes de resgatar a história, identificar problemas, estabelecer prioridades e planejar ações para alcançar as soluções compatíveis com os interesses, necessidades e possibilidades dos atores envolvidos. Esta metodologia permitiu, também, a avaliação participativa dos resultados e do potencial de replicabilidade das soluções encontradas, para situações semelhantes em diferentes contextos.

³³O programa de ATES foi implementado utilizando como metodologia o referencial teórico que estruturou a PNATER. Esta metodologia buscava contemplar caráter educativo e que buscava promover a geração e apropriação coletiva de conhecimentos, além da construção de processos de desenvolvimento sustentável e a adaptação de tecnologias voltadas para a construção de agriculturas sustentáveis. Por estes motivos as intervenções que foram propostas pelos agentes de ATES buscavam incorporar de forma democrática as metodologias participativas com um enfoque pedagógico construtivista e humanista, tendo sempre como ponto de partida a realidade e o conhecimento local.

Assim, a estrutura e o funcionamento da ATES, descritos no manual desta, buscaram coerência entre a concepção de assessoria técnica, social e ambiental e as políticas voltadas para a reforma agrária, consoante com o objetivo de proporcionar às famílias assentadas, as condições para o seu pleno desenvolvimento (Dalbianco, 2010). Nesse sentido, a execução do programa ATES em um primeiro momento se estruturou através de convênio entre o Incra e as prestadoras de serviço que estavam atuando nos assentamentos naquele contexto.

O manual operacional era uma ferramenta utilizada para a implementação da ATES, sendo que existem duas versões de manual operacional e as orientações teóricas e metodológicas do programa de ATES encontram-se detalhadas nesses dois documentos, sendo que o primeiro Manual Operacional (2004)³⁴ e o segundo Manual Operacional (2008)³⁵ tinham algumas semelhanças e diferenças.

No que diz respeito à concepção dos manuais operacionais, o programa buscou qualificar a ATES como, por exemplo, um serviço descentralizado de apoio às famílias de agricultores assentados, coordenado pelo INCRA e

[...] executado em parceria com instituições públicas, privadas, entidades de representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e organizações não-governamentais ligadas à Reforma Agrária (Brasil, 2004; Brasil, 2008).

Em ambos os manuais é possível observar que os objetivos e a finalidade do programa de ATES são:

[...] prestar assessoria técnica, social e ambiental às famílias dos Projetos de Assentamento, criados ou reconhecidos pelo INCRA,

³⁴O primeiro Manual Operacional foi criado em 2004 e era um documento simples com relação ao segundo manual operacional, pois o segundo documento apresentava um maior detalhamento em relação ao primeiro. No documento de 2004, a estruturação ocorria com base em três procedimentos fundamentais: a) contratação/formação dos Núcleos Operacionais (NO's) e Equipes de Articulação; b) gestão dos recursos; c) indicadores de desempenho. No primeiro procedimento, o documento estabelecia que a ATES seria realizada por meio de convênios ou termos de parceria com entidades privadas sem fins lucrativos, atuantes no âmbito da reforma agrária, agricultura familiar e desenvolvimento sustentável, bem como com estados e municípios, tendo o INCRA como o principal provedor dos recursos e supervisor das atividades. Nos casos em que não fossem identificados parceiros aptos, o INCRA poderia celebrar contratos com empresas habilitadas, observando-se a Lei Nº 8.666/93 (Brasil, 2004, p. 16).

³⁵ O segundo Manual Operacional, destacava-se pela principal fonte de recursos do programa de ATES seria o orçamento do INCRA e a correspondente contrapartida das convenientes, não excluindo a possibilidade de eventuais parcerias com outras instituições públicas e privadas (Brasil, 2004, p.18). Por fim, o documento apontava para a necessidade de construção de indicadores de avaliação e desempenho do programa, envolvendo duas dimensões principais: a) o desempenho das unidades familiares no interior dos assentamentos; b) o trabalho desempenhado pelos técnicos de campo. (Brasil, 2004, p.18).

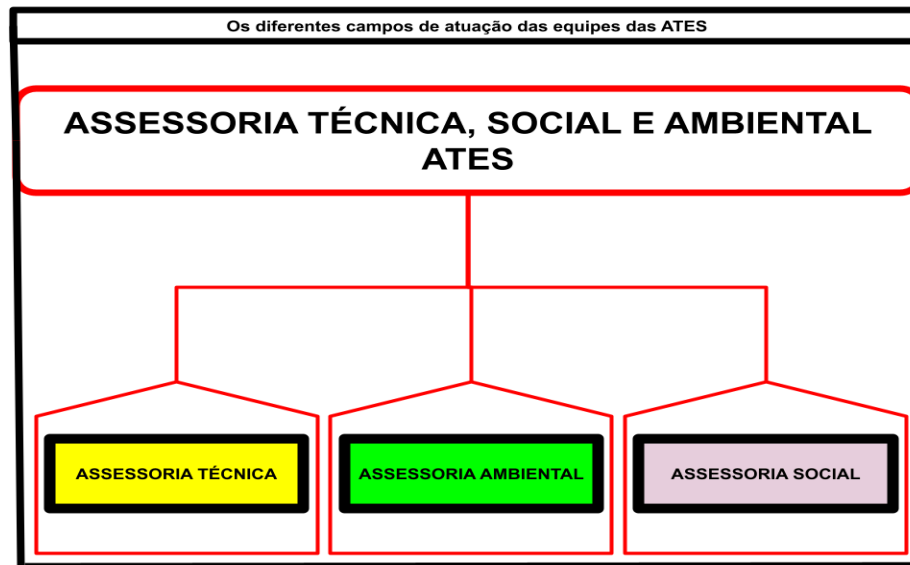
tornando-os unidades de produção estruturadas, com segurança alimentar e nutricional”. A diferença observada nos dois MO’s recai sobre o caráter da inserção dos assentamentos no processo de produção. No primeiro, há um destaque para a “inserção competitiva” dos assentamentos “voltada para os mercados” e dentro de uma dinâmica de desenvolvimento municipal e regional (Brasil, 2004).

O programa de ATES teve por finalidade romper com a tradicional ATER brasileira. Para isso, foi definido que o serviço de Assessoria Técnica pretendida deveria proporcionar uma visão mais ampla da ruralidade brasileira, e que esta “nova proposta” consideraria o aspecto ambiental, social e também econômico.

O programa buscava fornecer para as famílias assentada serviços que fossem verdadeiramente polivalentes ou “multifacetados” por meio de suas equipes. E era função das referidas equipes das entidades prestadoras o desenvolvimento e a mobilização das diferentes competências que este tipo de assessoria exigia. Por isso, as equipes de ATES buscavam trabalhar em diversas dimensões da realidade dos assentados. Outra recomendação que constava no programa de ATES é que deveria não só tratar dos sistemas produtivos, mas também de temas como o acesso aos mercados, a organização dos assentamentos e o acesso aos direitos básicos da cidadania, etc.

As equipes das entidades prestadoras eram estruturadas dentro de três diferentes campos. A articulação dos três campos de atuação era distribuída entre os campos de atuação da equipe: I) Assessoria Técnica; II) Assessoria Ambiental e III) Assessoria Social.

Figura 4 - Campos de atuação da ATES



Fonte: Autor (2023)

O programa de ATES contemplava várias áreas dentro da ruralidade dos assentamentos, assim como o próprio nome diz, a Assessoria é mais do que uma simples Assistência, pois levava em consideração outras condições que iam além da questão produtiva assentados.

Quadro 6 - Atribuições da ATES - Assessoria Técnica

Campo de Atuação da Equipe	Função
ASSESSORIA TÉCNICA	Esfera dos sistemas produtivos
	Beneficiamento da produção
	Acesso aos mercados e redes de economia solidária
	Apoio à pluriatividade das famílias assentadas

Fonte: MDA (2010)

A atuação da Assessoria Técnica buscava articular as questões técnicas para que se tornassem viáveis a melhoria e a eficiência produtiva da família, sempre trabalhando pela perspectiva colaborativa.

Para as atribuições do eixo de Assessoria Social é possível observar que, conforme demonstrado no Quadro 7, a assessoria se embasava na realização das seguintes funções: Possibilidade de acesso aos direitos básicos da cidadania; Possibilidade de condições para o acesso a infraestrutura; Colaboração para o

fortalecimento das organizações dos assentamentos; Proporcionar condições de acesso ao saneamento básico em (interface entre os temas de saúde e meio ambiente); Colaborar para reforço da sociabilidade e do lazer entre aquela população e Zelar pela segurança alimentar e a exclusão social.

Quadro 7 - Atribuições da ATES - Assessoria Social

Campo de Atuação da Equipe	Função
ASSESSORIA SOCIAL	Acesso aos direitos básicos da cidadania
	Acesso à infra- estrutura
	O fortalecimento das organizações dos assentados
	Saneamento Básico (interface entre os temas de saúde e meio ambiente)
	Reforço da sociabilidade e do lazer
	Segurança alimentar e a exclusão social

Fonte: MDA (2010)

As atribuições da Assessoria Social contemplavam o avanço nas condições de socialização e o aprimoramento das condições de vida das famílias, colaborando de forma direta para sua permanência e para a melhoria da sua qualidade de vida. Neste sentido, muito embora a questão da produção seja crucial para a subsistência destas pessoas, é também importante que seja considerada e valorizada sua qualidade de vida.

Por fim, no Quadro 8 são demonstradas as atribuições da Assessoria Ambiental que tinham como funções a fiscalização e observação de áreas de Reserva Legal (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APP), sempre verificando se estavam sendo respeitadas pela comunidade local, além de que também era função da Assessoria Ambiental trabalhar com elementos que favoreciam a transição agroecológica dos sistemas produtivos e a educação ambiental para aqueles indivíduos que estavam naquele meio.

Quadro 8 - Atribuições da ATES - Assessoria Ambiental

Campo de Atuação da Equipe	Função
	Áreas de Reserva Legal (RL), Áreas de Preservação Permanente (APP).

ASSESSORIA AMBIENTAL	Trabalhar para favorecer a transição agroecológica dos sistemas produtivos.
	Educação Ambiental.

Fonte: MDA (2010)

A conscientização e o trabalho contínuo de construção, atrelados ao acúmulo cultural em relação ao uso da terra, vista não somente como um lugar que apenas produz alimento, mas também a partir da ótica do zelo com o ambiente, são parte fundamental da assessoria. Isso porque as questões ambientais sempre aparecem na agenda da construção dos movimentos sociais de trabalhadores rurais, que lutaram no passado e nos dias atuais, não apenas para ter acesso à terra, mas também ter acesso e vigiar a terra no sentido de preservação e cuidado daquele ambiente em harmonia com o homem, respeitando a relação entre ser humano e natureza.

CAPÍTULO 3 – ASSESSORIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL (ATES) E OS ASSENTAMENTOS RURAIS NO RIO GRANDE DO SUL

O presente capítulo tem dois objetivos centrais: o primeiro é caracterizar e fazer um breve resgate histórico do programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) no estado do Rio Grande do Sul e o segundo é descrever como os assentamentos rurais do estado gaúcho estão organizados. Para a apresentação deste “retrato estadual dos assentamentos rurais”, foram utilizados dados do SIGRA do ano de 2016.

O capítulo foi organizado em 4 seções: a primeira é composta por um resgate histórico do programa de ATES no Rio Grande do Sul; a segunda buscou retratar como estava organizada a estrutura do programa de ATES no estado gaúcho; na terceira foram expostas as ações do programa de ATES; por fim, na quarta seção foi descrito como se organizam os assentamentos rurais do estado do Rio Grande do Sul com dados do ano de 2016.

3.1 HISTÓRICO DA ATES NO RIO GRANDE DO SUL

A partir do ano de 1997, os serviços de ATER para os assentamentos da reforma agrária no Rio Grande do Sul vivenciaram a ampliação de novos serviços de Extensão Rural, inspirados na criação do Projeto Lumiar. O referido projeto foi estratégico no estado, porque a partir dele, os assentados passaram a identificar a existência de uma Assistência Técnica colaborativa para a construção da sustentabilidade e autonomia da população assentada. Inspirado no projeto, o INCRA passou a firmar convênios com instituições públicas/privadas sem fins lucrativos. O INCRA realizou, neste sentido, o convênio de parcerias com a EMATER e com a recém-criada Cooperativa de Trabalho em Serviços Técnicos Ltda (COPTec), instituição ligada às cooperativas de produção do MST (Dalbianco, 2018).

O programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) foi criado oficialmente pelo INCRA em 30 de março de 2004. A sua criação resultou das reivindicações dos movimentos sociais e entidades sindicais do campo em favor da reconstrução dos serviços públicos de ATER no Brasil, visando contemplar a especificidade das demandas dos agricultores assentados. A principal base de referência para a formulação do programa de ATES foi o projeto Lumiar,

desenvolvido entre os anos de 1997 e 2000 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. As atribuições do programa de ATES³⁶ estavam alinhadas com o objetivo geral de prestar assessoria técnica, social e ambiental para os assentamentos do Rio Grande do Sul, desenvolvendo-os como unidades produtivas com garantia de segurança alimentar, inseridos no processo de produção sob o viés do desenvolvimento sustentável, integrados à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional (Projeto Básico Dos Assentamentos Rurais, Porto Alegre, 2013).

Durante a gestão do governador Olívio Dutra³⁷, no Rio Grande do Sul, o estado experimentou a concepção e a implementação de uma nova política de

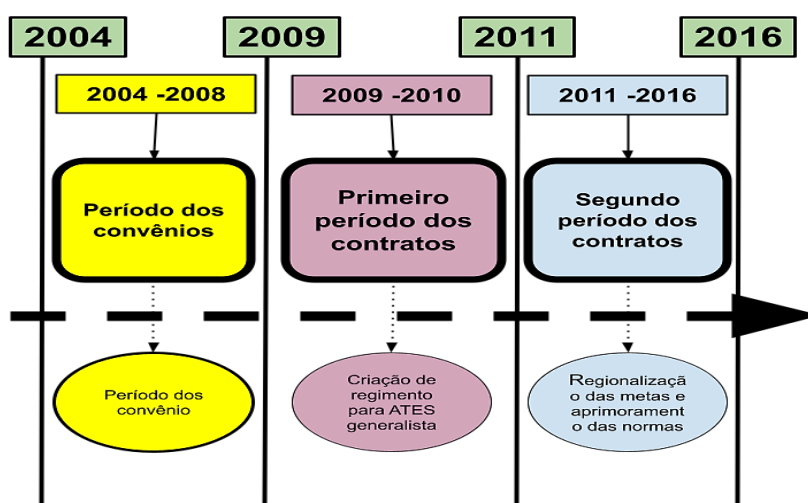
³⁶Os objetivos específicos do programa de ATES estavam divididos em 9 elementos: I - Prestar Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES para os Assentamentos do Rio Grande do Sul, desenvolvendo-o como unidades produtivas com garantia de segurança alimentar, inserido no processo de produção sob o viés do desenvolvimento sustentável, integrado à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional; II -Apontar estratégias para a inserção na dinâmica do desenvolvimento territorial, onde o fortalecimento da noção de pertencimento do assentado ao território é fundamental. Nessa perspectiva, duas vias de interação devem ser estabelecidas: de um lado, a aproximação da comunidade assentada com a dinâmica do município e dos territórios, e de outro, a busca da complementaridade na execução das ações do Programa pela agregação de instituições privadas e públicas, de todas as esferas federativas, que atuam localmente; III - Assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas; IV - Promover, através do uso de metodologias participativas, a compreensão do propósito de um grupo, introduzindo técnicas de planejamento, execução e monitoramento da evolução das propostas de desenvolvimento individual, coletivo e comunitário (produtivas e de crédito); incentivar a melhoria nas comunicações e atividades, tornando-os eficazes nas ações conjuntas pela prática do compartilhamento de conhecimentos e experiências, gerando aprendizado mútuo, valendo-se da manutenção de registros e anotações; V - Promover contato entre grupos para intercâmbio de experiências, potencializando a formação de redes de cooperação entre as famílias assentadas, para inserção em cadeias produtivas; VI - Viabilizar a promoção da igualdade de gênero, o resgate dos saberes locais e do respeito à diversidade étnica e cultural dos assentados que deverão permear todas as ações das prestadoras de ATER e desempenhar ações de estímulo à compreensão dos direitos especiais de crianças, jovens e idosos, com foco de atenção à saúde, à segurança e ao lazer, buscando a consolidação da unidade familiar; VII - Promover a segurança alimentar, com a conscientização da importância de uma boa alimentação para a manutenção da saúde, através do estímulo à instalação e ao consumo de produtos da horta caseira agroecológica, formada por plantas medicinais, condimentares e olerícolas; VIII - Encorajar a proteção à saúde através de mudanças nos hábitos e da compreensão das atitudes diárias como mecanismos de: promoção do saneamento básico a baixo custo, manutenção da segurança dos alimentos consumidos, provimento de água potável segura através do acesso a fontes de água limpa, redução da incidência de doenças e infecções, em especial as zoonoses, através de educação sobre os mecanismos de disseminação de doenças e seu controle; IX- Contribuir para o fortalecimento da noção de Cidadania e suas implicações nos direitos e responsabilidades sociais, incluindo ações de valorização da documentação do indivíduo, da família e da unidade produtiva como instrumentos de inclusão social (Projeto Básico Dos Assentamentos Rurais, Porto Alegre, 2013).

³⁷Olívio Dutra foi governador do Rio Grande do Sul entre os anos de 1999 e 2003. O era Bancário, formado em Letras, Olívio Dutra nasceu na cidade de Bossoroca em 1941. Presidiu o Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Sul e liderou a greve da categoria em 1979. É um dos fundadores do PT (Partido dos Trabalhadores), do qual foi presidente estadual de 1980 a 1986, e nacional em 1987. Deputado federal constituinte em 1986, elegeu-se prefeito de Porto Alegre em 1988. De 2003 até 2005 foi ministro das Cidades do Governo Lula (Rio Grande do Sul, 2023).

reforma agrária. Nesse período foram assentadas 2.252 famílias em 62 assentamentos, representando um aumento de 47,32% nos projetos de assentamento tutelados pelo estado (Governo do Rio Grande do Sul, 2002). Nesse período, foi ampliado o quadro técnico da EMATER/RS que, mediante a orientação de um desenvolvimento sustentável, promoveu a ATER com base nos preceitos da agroecologia. No entanto, com o fim desse governo, em 2003, o financiamento do estado para a ATER específica para os assentamentos da reforma agrária se esgotou, ficando restrito a um atendimento pontual e fragmentado de acordo com as relações regionais estabelecidas entre técnicos e agricultores (Dalbianco, 2018).

A ATER do RS passou por três momentos distintos: I) Período de convênios entre 2004 e 2008; II) 1º Período dos contratos entre 2009 e 2010; e III) 2º Período dos contratos entre 2011 e 2016. Cada período teve uma característica, de todo o modo, ao longo do tempo de execução do programa os ajustes foram propostos e executados com o intuito de qualificar o processo.

Figura 5 - Período de Operacionalização da ATER no Rio Grande do Sul



Fonte: Neumann; Dalbianco; Zarnott (2018)

O primeiro momento foi o “Período dos Convênios”³⁸ (2004 a 2008), que abrange o primeiro período o Programa de ATER no Estado do RS, se iniciou em

³⁸Período dos Convênios - 2004 a 2008: Nesse período existia uma única meta: prestar serviços de extensão rural de acordo com o estabelecido no Manual Operacional publicado pela Norma de Execução n° 39 (Instituto..., 2004). A comprovação dos serviços realizados era feita mediante relatórios periódicos sobre a execução física e, principalmente, financeira. Na modalidade de convênio as ações eram estabelecidas pelas próprias prestadoras, em alguns casos em parceria com as entidades ligadas aos movimentos sociais ou organizações produtivas locais. Esta relação dependia basicamente do alinhamento ideológico da prestadora, do enraizamento local dos técnicos e do estágio de desenvolvimento dos assentamentos. A marca principal dos convênios era a flexibilidade dada às prestadoras para o planejamento e execução de suas atividades, sem depender de aceite ou liberação do órgão gestor (Dalbianco, 2010).

2004 por meio da modalidade convênio. O período foi caracterizado por muita cooperação entre o INCRA e prestadoras de ATES; flexibilidade na definição das ações de Extensão Rural; elaboração do planejamento e execução das ações de ATES sem padrão definido; e a autonomia metodológica das equipes técnicas (Dalbianco, 2010).

A comprovação dos serviços realizados era feita por meio de relatórios trimestrais sobre a execução física e financeira. Basicamente, tais relatórios eram compostos pelos seguintes documentos: Relatório de Execução Físico-Financeira; Demonstrativo da Execução da Receita e da Despesa; Relação de pagamentos; Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos com recursos do convênio e Extrato da conta bancária específica do período.

O segundo momento foi marcado pela criação do regimento para uma ATES generalista, que ficou conhecido também como “Primeiro Período dos Contratos”³⁹ – (2009 a 2010). As características do Primeiro Período dos Contratos (2009 a 2010) contemplavam os seguintes elementos: contratação das prestadoras de ATES via licitação; normalização do trabalho das equipes técnicas; contrato com metas iguais e padronizadas para as equipes contratadas (metas estadualizadas) e definição de cronograma para execução das metas (Neumann, Dalbianco E Zarnott, 2018).

Com o advento da nova dinâmica de contratação dos serviços de ATES, foi organizado o assentamento da seguinte forma: agrupou-se os assentamentos de forma regional, formando assim o que foi denominado como Núcleos Operacionais (NO). A contratação das entidades de ATER ocorreu por intermédio de um processo licitatório para cada NO, no qual foram habilitadas três prestadoras para executar os serviços no Rio Grande do Sul: a COPTEC (com 10 contratos), a EMATER (com 9 contratos) e o CETAP (com 1 contrato), envolvendo um universo de 152 técnicos contratados para atender a 11.403 famílias, distribuídas em 304 assentamentos localizados em 84 municípios do Estado (SIGRA, 2016).

³⁹Primeiro Período dos Contratos -2009 a 2010: Este período é marcado pela mudança da modalidade de convênios para a modalidade contratos, nesse primeiro período a ATES implementou a modalidade de contratos. A mudança da modalidade se justifica pelo problema da comprovação do uso do recurso empenhado na ATES. Após compreender que a modalidade de convênios não teve o resultado esperado, houve um movimento necessário e urgente para adequar a natureza das metas.

Nesse momento foi firmado novas metas que para o programa de ATES/RS que tinha por objetivo estabelecer como horizonte de trabalho uma assessoria contínua, e com vistas ao alcance de produtos/processos, para isso a estratégia utilizada foi a incorporação gradual de metas-produtos, pois esse processo de mudança da natureza das metas exigiu também um outro aparato para o planejamento, verificação e avaliação dos processos/produtos contratados (Dalbianco, 2010).

Por fim, houve o segundo “Período dos Contratos”⁴⁰ (2011 a 2016), conhecido como a regionalização das metas e aprimoramento das normas. Neste terceiro 3º momento de serviços propostos pelas ATES, houve a atualização e melhoria do regimento de uma ATES generalista para uma ATES que tinha como foco as metas e a regionalização. O segundo Período dos Contratos (2011 a 2016) foi caracterizado por ajustes das normas dos contratos; redefinição das equipes técnicas; dimensionamento do tempo de trabalho dos técnicos; dimensionamento do tempo para cada ação técnica; orientação metodológica das equipes técnicas; redefinição das metas estaduais; definição de uma parcela do contrato com metas regionais e definição e redefinição de ações-padrão para composição das metas contratuais (Neumann; Dalbianco; Zarnott, 2018).

Este período foi marcado pela definição de um conjunto de ações norteadoras para a atuação da ATES por demanda, onde foram definidos oito grupos: i) situação de pobreza das famílias assentadas; ii) diferença de idade entre os assentamentos; iii) distância entre as famílias e os escritórios das equipes; iv) orientação específica para a configuração metodológica das equipes; v) regramento para a definição das metas conforme a capacidade técnica das equipes; vi) redefinição do formato e do conteúdo das metas estaduais; vii) planejamento das metas conforme a realidade regional dos assentamentos em cada NO e viii) redefinição das ações não previsíveis (Dalbianco, 2010).

3.2 A ESTRUTURA ORGANIZATIVA DA ATES – RS

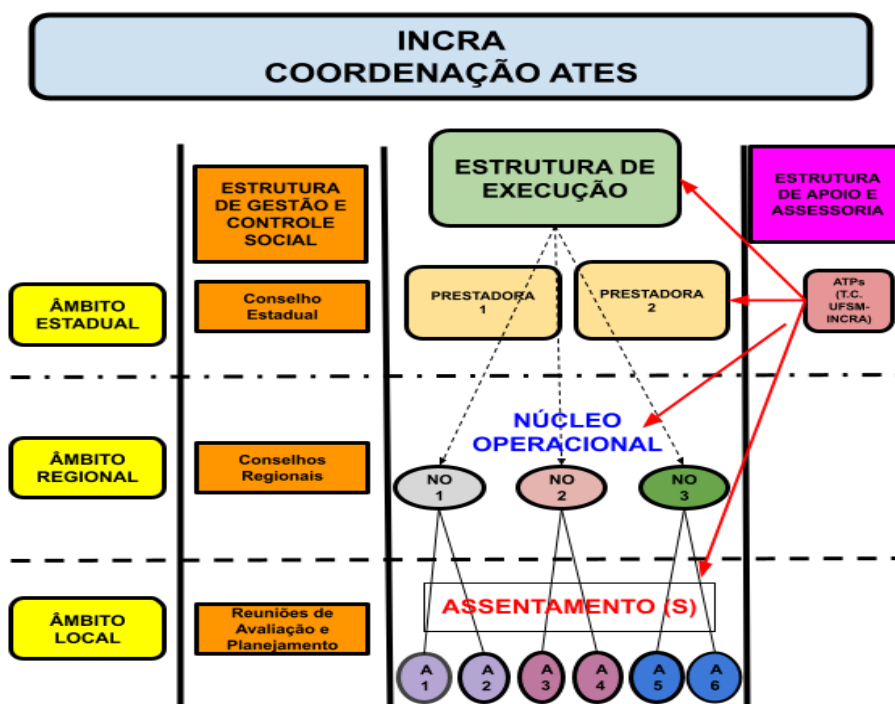
A ATES no Rio Grande do Sul, a partir do ano de 2009, teve como finalidade o fornecimento do suporte técnico e gerencial para acompanhamento, planejamento e articulação das equipes prestadoras de serviços de assessoria técnica, social e ambiental para os assentamentos. A Estrutura Organizacional tinha como coordenação geral o INCRA e contemplava três eixos organizados da seguinte

⁴⁰Período dos Contratos 2011 a 2016: Este período foi compreendido como um marco no programa de ATES, pois passou a vigorar uma nova configuração das normas que regem a composição das equipes de trabalho e a definição das metas contratuais. No que pesem as novas mudanças se baseou em dois eixos centrais: O primeiro eixo buscava tratar sobre a necessidade de se ter um contrato de ATES mais próximo das famílias assentadas, que se daria a partir da regionalização da definição de parte das metas contratuais. O segundo eixo refere-se à garantia de um contrato seguro no sentido jurídico/institucional e socialmente legítimo. Para tal, foi previsto um conjunto de medidas normativas que foram se aperfeiçoando ao longo do tempo, de modo a corrigir e evitar novos desvios operacionais das equipes técnicas (Dalbianco, 2010).

maneira: I) Estrutura gestão e controle social; II) Estrutura de execução e III) Estrutura de apoio e assessoria.

Segundo Neumann; Dalbianco; Zarnott (2018), o INCRA teve o papel de substituir os instrumentos que regravam as relações com prestadoras de serviços de ATEs (de convênios para contratos). Com isso, a instituição ampliou o controle burocrático sobre os trabalhos prestados. Isso fez com que houvesse um novo desenho organizacional e esta função ficasse centralizada na Divisão de Desenvolvimento do INCRA - RS. Abaixo, na Figura 6, se observa o organograma que contemplava o âmbito estadual, âmbitos regional e local com a seguinte estrutura.

Figura 6 - Estrutura Organizativa Programa de ATEs no Rio Grande do Sul



Fonte: Neumann; Dalbianco; Zarnott (2018)

No âmbito estadual existia no mesmo nível a estrutura de gestão e controle social em que havia o conselho estadual. Na estrutura de execução existiam as prestadoras de serviços e na estrutura de apoio e assessoria existia os Assessores Técnicos Pedagógicos (ATPs). No âmbito regional no mesmo nível a estrutura de gestão e controle social em que existiam os conselhos regionais. Na estrutura de execução existiam os núcleos operacionais e na estrutura de apoio e assessoria existiam os ATPs. No âmbito local a estrutura de gestão e controle social em que

existiam as reuniões de avaliação e planejamento. Na estrutura de execução existiam os projetos de assentamentos e na estrutura de apoio e assessoria existiam os ATPs. A execução dos serviços foi realizada por 20 equipes técnicas, sendo que cada equipe ficou responsável por um NO, evitando assim o sobreamento, ou mesmo o conflito de ações em um mesmo território (Neumann; Dalbianco; Zarnott, 2018).

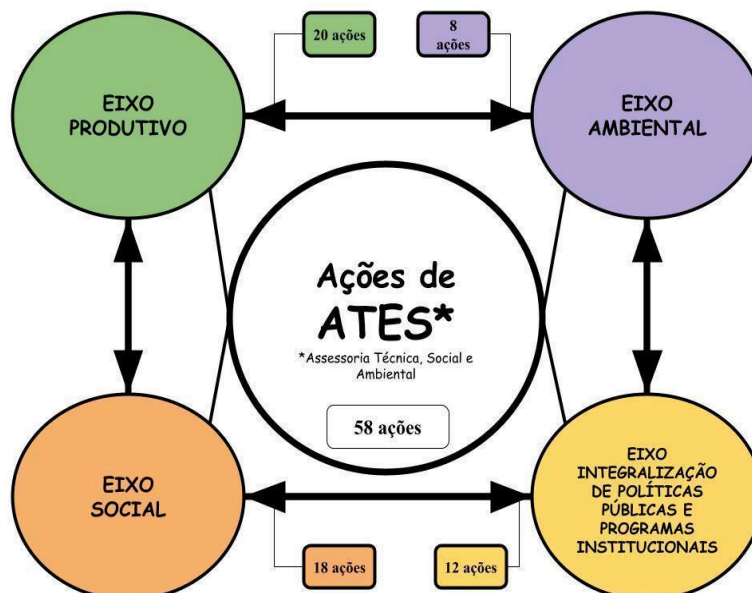
O programa também tinha o suporte dos ATPs que atuavam no apoio das equipes técnicas das diferentes prestadoras, com o objetivo de garantir um padrão de serviço similar em todos os NO. O programa de ATES foi fundamental e estratégico para a promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos, pois era apoiado em referências conceituais da agricultura familiar e da agroecologia. Isso, para que fosse possível atuar para a diminuição da pobreza nos assentamentos e na consolidação de sistemas produtivos existentes, na concretização de matrizes produtivas baseadas na agroecologia, no assessoramento técnico para as organizações produtivas ligadas à reforma agrária, na realização de mediações necessárias para a Integração de políticas públicas, programas institucionais, inserção das famílias aos mercados institucionais e outros programas e políticas de apoio ao desenvolvimento sustentável (Neumann; Dalbianco; Zarnott, 2018). Na perspectiva da execução do programa foram concebidas ações para o atendimento dos objetivos descritos acima.

3.3 AÇÕES DA ASSESSORIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL – ATES

As ações da Ates foram definidas buscando atender a realidade de cada assentamento, com respeito ao grau de desenvolvimento de cada um. Abaixo estão listados os eixos norteadores para as ações da ATES no RS, que são: eixo produtivo, eixo social, eixo ambiental e eixo integração de políticas públicas e programas institucionais.

A Figura 7 demonstra como as ações da ATES se articulavam entre si. Eram executadas diversas ações entre os 4 eixos (eixo produtivo, eixo social, eixo ambiental e eixo de integração de políticas públicas e programas institucionais) do programa. A articulação entre estes tinha o caráter de resolver os problemas de cada comunidade, sendo que, por vezes, eram necessárias ações de dois ou mais eixos.

Figura 7 - Eixos norteadores das ações de ATES no RS



Fonte: Autor (2023)

O trabalho dos técnicos era norteado pelos 4 eixos (eixo produtivo, 20 ações; eixo social, 18 ações; eixo ambiental, 08 ações e o eixo de integração de políticas públicas e programas institucionais, 12 ações) da ATES.

Existiam cerca de 58 ações que eram divididas entre os 4 eixos da atuação da ATES. O eixo produtivo⁴¹ era utilizado para dar conta de elementos que colaborassem para a melhor eficiência dos assentados. O eixo social⁴² era utilizado para dar conta de ações relacionadas a indicadores sociais. Já o eixo ambiental⁴³ era utilizado para que aspectos produtivos e sociais se articulassem com parâmetros ambientais. Por fim, o eixo de integração de políticas públicas e programas institucionais⁴⁴ serviu para articular todos os três eixos anteriores (produtivo, ambiental e social).

⁴¹Eixo Produtivo: Este eixo pode ser executado utilizando várias possibilidades, destaca-se o fato de que o técnico ou extensionista age como um assessor e não como um assistente (MDA, 2009).

⁴²Eixo social: Este eixo é utilizado para dar conta de ações relacionadas a indicadores sociais como: moradia, saúde, escolaridade, lazer entre outros (MDA, 2009).

⁴³Eixo Ambiental: Este eixo é utilizado para que aspectos produtivos e sociais se articulem com parâmetros ambientais (MDA, 2009).

⁴⁴Eixo de integração de políticas públicas: Este eixo colabora para que seja possível que políticas públicas e programas institucionais possam ser acessados pelas famílias assentadas (MDA, 2009).

3.4 A CHAMADA PÚBLICA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - ATER: PROPOSTA PELO INCRA/RS

O Projeto Básico elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Estado do Rio Grande do Sul (INCRA/RS), tinha por finalidade a efetivação de contrato com instituição ou organização pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, devidamente credenciada no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), que visava a execução dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), através do programa de ATER. Para a execução dos serviços, ele demandou que as prestadoras apresentassem para a Chamada Pública uma proposta metodológica de atuação da equipe técnica nos assentamentos de Núcleo Operacionais (O NO funciona com “bolsões territoriais regionalizados”) e que contemplasse os seguintes princípios metodológicos: as ferramentas de atuação, ferramentas/metodologias de planejamento e ferramentas/metodologias de avaliação.

A forma de governança do programa de ATER era composto por 4 partes: No âmbito nacional as discussões e propostas eram realizadas através de fóruns, que acolhiam as demandas do âmbito estadual, que recebia as reivindicações através dos conselhos estaduais. Os conselhos estaduais recebiam as demandas do âmbito regional⁴⁵, através dos conselhos regionais. Outro âmbito utilizado para o mapeamento de demandas era o âmbito local/assentamento(s). Nesse caso, eram organizadas reuniões de avaliação e planejamento com as lideranças daquela localidade, buscando entender quais os desafios e potencialidades que existiam nela. Estas demandas eram levadas para as reuniões e posteriormente discutidas nas instâncias superiores.

⁴⁵Em alguns estados brasileiros, foi criado Núcleo Operacional, para dividir as regiões dentro do estado, no caso do Rio Grande do Sul existia cerca de XX Núcleo Operacional que compõe o âmbito regional do estado.

Figura 8 - Estrutura de participação social da ATES



Fonte: Autor (2023)

3.5 DIAGNÓSTICO DAS DEMANDAS DE ATER

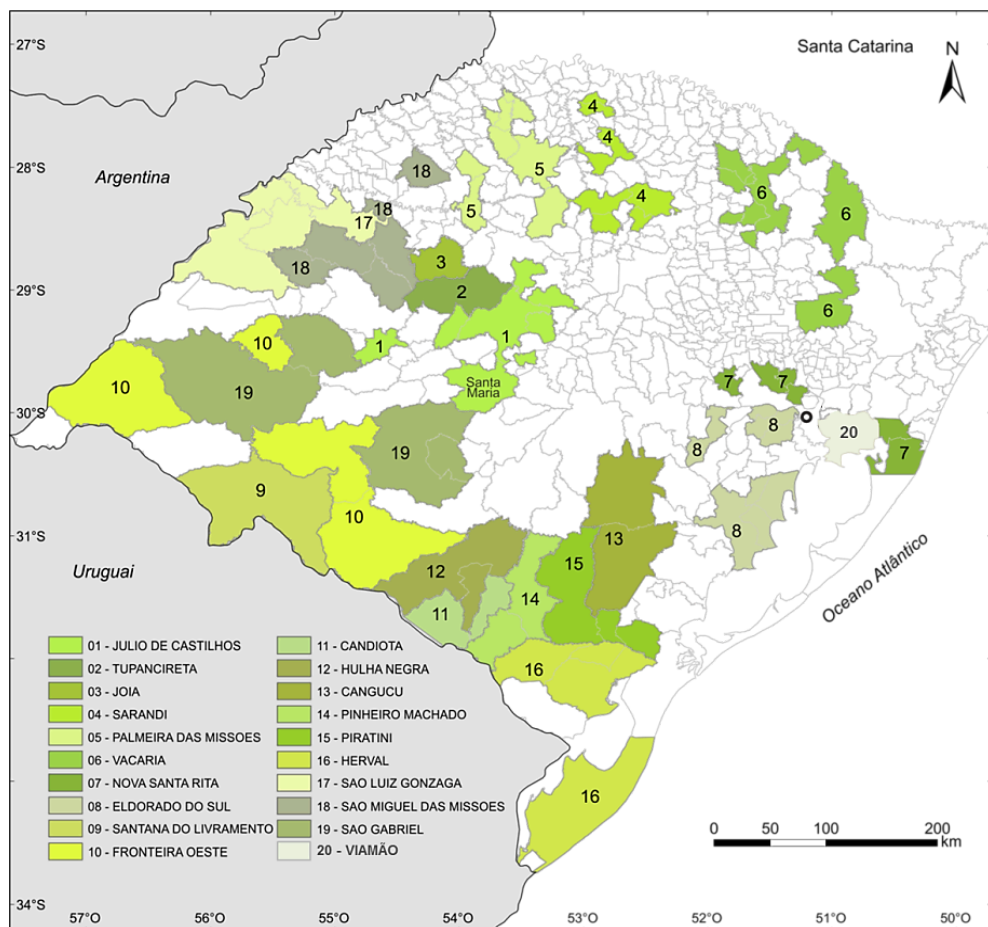
As políticas públicas são todas as ações tomadas por um governo para intervir numa realidade social. A grande questão que se apresenta é: será que as políticas públicas de ATER estão cumprindo com este papel de intervenção benéfica para a respectiva localidade. A política pública de ATER utiliza o modelo de Chamadas Públicas (Contrato) para contratar as empresas que prestam serviços de ATER para o Estado. As Chamadas Públicas que são determinadas pelo Estado, nem sempre se articulam com as demandas locais, e isso pode gerar uma distorção na atuação do Estado em resolver o respectivo problema público.

Buscando a melhoria na eficiência dos serviços oferecidos pelo Estado brasileiro, articular uma política de ATES que organizada 4 elementos como: as Atribuições do Estado; II) Demandas de Estado; III) Demandas locais/assentamento(s) e IV) Demandas complementares, se apresenta como uma alternativa para a construção de uma ATES que leve em consideração vários aspectos para construção de uma política de ATER atendida com a atualidade. A seguir estão expostos os tipos de demandas de ATER que se deve levar em consideração para construção de tal proposta.

3.6 OS ASSENTAMENTOS RURAIS DA REFORMA AGRÁRIA NO RS - SIGRA 2016

Segundo os dados do SIGRA (2016) a população de assentados no estado do Rio Grande do Sul é composta por 32.829 pessoas, os assentamentos rurais estão organizados da seguinte forma: são 11 mil famílias assentadas que se localizam em 304 assentamentos situados em 86 municípios gaúchos. Até 2016 os assentamentos do estado do RS seguiam a divisão por NO. Esta organização dos assentamentos levava em consideração quantidade de família e distância entres os municípios sede. Abaixo na Figura 9 é possível observar como se localiza cada um dos NO.

Figura 9 - Mapa dos Núcleo Operacionais NO do estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Sistema Integrado de Gestão Rural – SIGRA (2016)

Quatro núcleos eram compostos por um único município, por possuírem um expressivo número de famílias assentadas. Os demais núcleos eram compostos por

mais de um município. O NO de Vacaria foi, ao mesmo tempo, aquele que tinha o maior número de municípios e o que apresentava o menor número de famílias, devido, principalmente, aos fatores de distância e número de famílias por assentamento (Dalbianco, 2016). Em geral, os NOs tinham capacidade de atender entre 313 e 957 famílias. Em média os núcleos estavam alocados em um município, porém, existiam alguns que contemplavam até 8 municípios e, por fim, a quantidade de assentamentos dentro de cada núcleo variava entre 8 e 30 dentro do respectivo centro operacional. A seguir estão apresentados cada NO e a suas particularidades (quantidade e nome dos municípios que contempla; número de assentamentos e de famílias atendidas).

Tabela 1 - Divisão de Núcleos Operacionais (NO) estado do Rio Grande Sul

N°	Núcleo Operacional (NO)	N° de municípios*	N° assentamento**	N° de família***
01	Júlio de Castilhos	08	17	611
02	Tupanciretã	01	17	642
03	Joia	01	08	651
04	Sarandi	08	11	313
05	Palmeira das Missões	08	13	352
06	Vacaria	09	11	318
07	Nova Santa Rita	06	09	391
08	Eldorado do Sul	08	15	525
09	Santana do Livramento	01	30	859
10	Fronteira Oeste	06	08	406
11	Candiota	02	30	872
12	Hulha Negra	02	24	827
13	Canguçu	02	22	660
14	Pinheiro Machado	02	12	440
15	Piratini	03	17	544
16	Herval	04	16	578
17	São Luiz Gonzaga	05	15	402
18	São Miguel das Missões	06	16	710

19	São Gabriel	05	12	812
20	Viamão	01	01	375
-	Total	86	304	11.386

*Nº de municípios corresponde ao número de municípios que o Núcleo Operacional atende.

**Nº de assentamentos corresponde ao número de assentamentos que compõem o Núcleo Operacional.

**Nº de famílias corresponde ao número de famílias que compõem aquele Núcleo Operacional .

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Rural – SIGRA (2016)

A distribuição das famílias por lotes e, conseqüentemente, tamanhos dos mesmos é caracterizada abaixo. Como os lotes apresentam variações de tamanho em sua dimensão, a divisão desses se encontra categorizada em 4 grupos: Grupo A são lotes de até 10 hectares; Grupo B são lotes com dimensão de 11 a 15 hectares; Grupo C são lotes de 16 até 25 hectares e o Grupo D são lotes com dimensão acima de 25 hectares (SIGRA, 2016).

Quadro 9 - Famílias e lotes de Núcleos Operacionais - (NO) Estado do Rio Grande Sul

Grupo	Tamanho dos Lotes	% de famílias	Quant. de famílias
Grupo A	até 10 hectares	12 %	1.366
Grupo B	11 a 15 hectares	28%	3.189
Grupo C	16 a 25 hectares	50%	5.693
Grupo D	acima de 25 hectares	10%	1.138
Todos	Total	100%	11.386

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Rural – SIGRA (2016)

Cerca de 1.366 famílias (12%) residem em lotes com extensão de até 10 hectares. Para 3.189 famílias (28%) a proporção dos lotes é de 11 a 15 hectares de medida. A maior proporção de famílias se encontra em lotes com área entre 16 e 25 hectares, o que representa cerca de 5,693, isso equivale à metade (50%) das famílias assentadas no estado gaúcho. Por fim, apenas 1.138 (10%) das famílias assentadas residiam em lotes com extensão acima de 25 hectares.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE E DISCUSSÃO SOBRE O ASSENTAMENTO IBICUI NO NÚCLEO OPERACIONAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO

Este capítulo foi dividido em três subitens que articulam elementos que possibilitam a análise e discussão sobre o assentamento Ibicuí, localizado no Núcleo Operacional de Santana do Livramento. Sua principal característica é articular elementos que possibilitem retratar o Núcleo Operacional, o município e os assentamentos, bem como as particularidades e similaridades das famílias assentadas neste.

A primeira subdivisão foi utilizada para retratar o Núcleo Operacional de Santana do Livramento, que contempla 30 assentamentos rurais. Na segunda e terceira subdivisões do capítulo expõe-se, de forma detalhada, quatro elementos sobre o assentamento Ibicuí: Características das famílias (população; escolaridade; ocupação principal; tempo de trabalho e participação sociocultural); Características de vida (tipo de construção da moradia; moradias com estruturas comprometidas; eletrificação; comunicação; água; saneamento; vias de acesso; transporte); Características do lotes (quadro de áreas; recursos hídricos; benfeitorias; máquinas e equipamentos); Características produtivas (bovinocultura de leite; bovinocultura de corte; suinocultura, piscicultura; apicultura; processamento de alimentos e agroindústria; cultivos agrícolas e estimativa do valor econômico produzido pelo assentamento Ibicuí).

Estes elementos foram importantes para realizar uma análise abrangente sobre o assentamento Ibicuí no ano de 2022, através do banco de dados do Sistema Integrado de Gestão Rural (SIGRA), que pode ser considerado uma importante ferramenta de gestão que colabora para a implementação, fazendo o mapeamento daquela população com relação às políticas públicas existentes na localidade.

Por fim, a seção 4 trabalha com a perspectiva de uma proposta para constituição de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural por demanda, e apresenta como seria organizada uma proposta para constituição de serviços de Assistência. As próximas seções apresentam o diagnóstico das demandas de ATER e abordam os tipos de demandas que compõem uma ATER (demandas de Estado; demandas locais/assentamento(s), demandas complementares) e o diagnóstico das demandas de ATER com base na realidade do assentamento Ibicuí com dados do ano de 2022.

Esta seção contempla os diagnósticos das demandas das seguintes temáticas: escolaridade; participação sociocultural; moradias; vias de acesso; quadro de áreas; benfeitorias; bovinocultura de leite; processamento de alimentos e agroindústria; cultivos agrícolas. Por fim, a seção 5 trata sobre o espaço de discussão e participação social como esfera de validação das demandas levantadas pela população do respectivo assentamento.

4.1 MUNICÍPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO

O presente estudo foi realizado no ano de 2022 no município de Sant'ana do Livramento - RS, mais especificamente no assentamento Ibicuí.

O município de Sant'ana do Livramento está alocado no Bioma Pampa no estado do Rio Grande do Sul e ocupa uma extensão territorial de cerca de 6.941,613 km², sendo que desse total, 6.246,973 km² constituem o território rural e 694,640 km² compõem o território urbano, com uma densidade demográfica de 12,15 habitantes por km² (IBGE, 2022). O município tem uma população de 84.421 pessoas (IBGE, 2022), onde cerca de 75.135 pessoas estão no território urbano e 9.286 na zona rural.

A população rural do município está organizada da seguinte forma: nas unidades de agricultura familiar, o quantitativo é de aproximadamente 4.776 moradores, a população de agricultores patronal é composta por 2.011 pessoas e completando a população rural do município, há cerca de 2.499 pessoas que estão assentadas em unidades da reforma agrária.

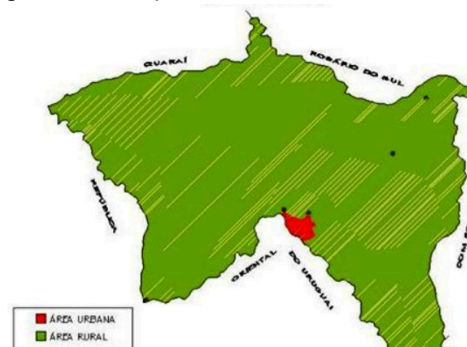
Sant'ana do Livramento se destaca pela quantidade de assentamentos, contando especificamente com 30 unidades da reforma agrária, totalizando cerca de 856 famílias. Dentre os assentamentos alocados no município, é importante destacar o Assentamento Ibicuí, fundado em 2007 e composto por 65 lotes e 62 famílias que totalizam cerca de 118 assentados.

Figura 10 - Rio Grande do Sul - Santana do Livramento



Fonte: IBGE (2020)

Figura 11 - Mapa de Sant'ana do Livramento



Fonte: Câmara dos vereadores de Santana do Livramento (2015)

A localização do município no âmbito do mapa do estado pode ser conferida na Figura 10 e a distribuição das áreas urbanas e rurais pode ser identificada na Figura 11.

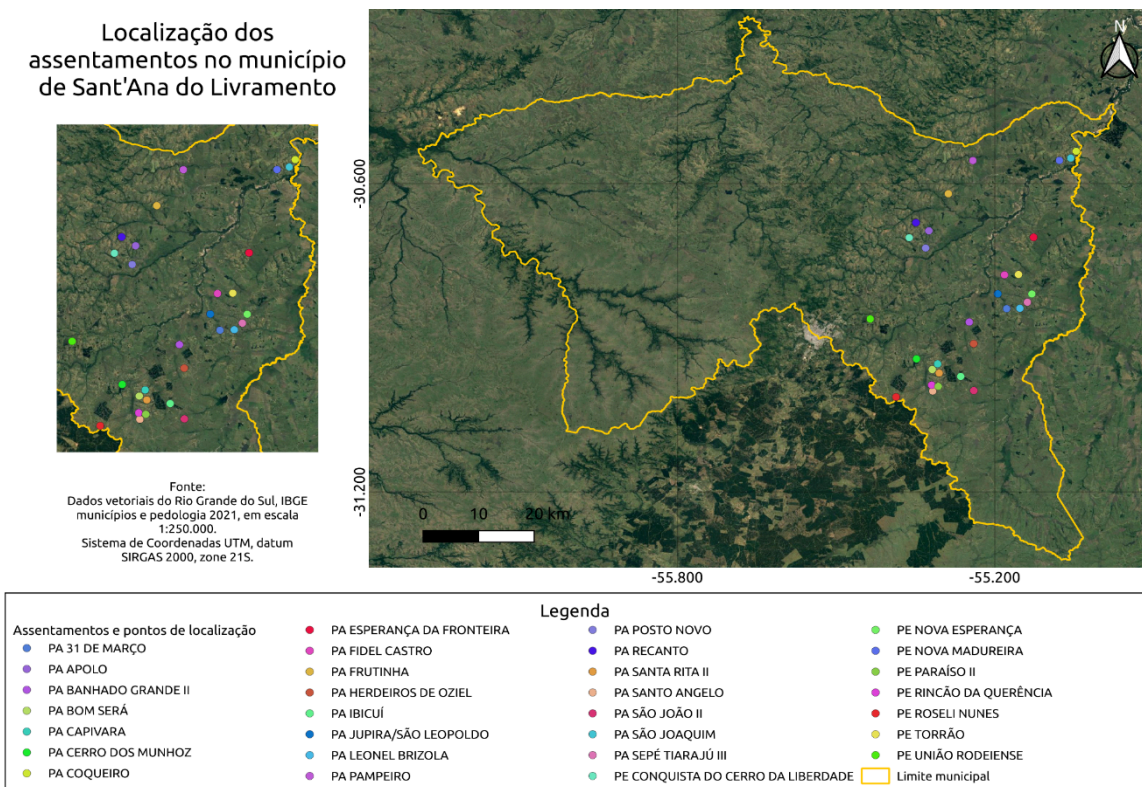
4.2 NÚCLEO OPERACIONAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO

O Núcleo Operacional de Sant'ana do Livramento contava com apenas um município sede que contemplava cerca de 856 famílias dentro desses assentamentos, as quais estavam distribuídas em 30 assentamentos no município. A população do NO contava com uma população que totalizava cerca de 2.499 assentados (SIGRA, 2022). Destes, 22 assentamentos são tutelados pelo Governo Federal (SIGRA, 2016). Complementa-se ainda que o NO possui uma das maiores concentrações de famílias assentadas no estado do Rio Grande do Sul, isto devido a condição favorável da terra na região do Bioma Pampa. Porém, destaca-se que este resultado é fruto de diversas lutas entre assentados e produtores locais pelos direitos à terra, e isso é um problema visível em diversas localidades. Assim como afirma Ploeg (2008), a implantação de assentamentos rurais no Brasil representa as pressões sociais de camponeses que passaram por “descampesinização”, em processos de êxodo rural, e que viveram a “recampesinização”, um retorno e reforço da condição camponesa.

A Figura 12 demonstra os lugares de atuação da ATES no Núcleo Operacional de Sant'ana do Livramento. Este mapa identifica a localização dos assentamentos, facilitando estratégias de implementação de políticas públicas

voltadas aos 30 assentamentos e consequentemente às 856 famílias que integram os 856 lotes do respectivo NO.

Figura 12 - Mapa de localização dos assentamentos do NO de Santana do Livramento



Fonte: DUNKER *et al* (2022)

O NO de Sant'ana do Livramento era composto por crianças e idosos e totalizava 2.499 pessoas, sendo 1.335 do sexo masculino e 1.164 do sexo feminino (SIGRA, 2022).

A Tabela 2 está dividida em 7 categorias que estão divididas da seguinte forma. O Grupo I é formado por crianças de 0 até 4 anos e 11 meses; Grupo II é formado são crianças de 5 anos até adolescentes de 14 anos e 11 meses; Grupo III é formado por adolescentes de 15 anos até a adultos de 24 anos e 11 meses; Grupo IV é formado por adultos de 25 anos até de 39 anos e 11 meses; Grupo V é formado por adultos de 40 anos até 54 anos e 11 meses; Grupo VI é formado por adultos de 55 anos até 60 anos; e o Grupos VII é formado por idosos acima de 60 anos.

Tabela 2 - Faixa etária por sexo

Grupos	Faixa etária	Feminino	Masculino	Total	Total (%)
G-I	Até 4	61	84	145	5,80
G-II	5 a 14	247	256	503	20,13
G-III	15 a 24	215	228	443	17,73
G-IV	25 a 39	251	236	487	19,49
G-V	40 a 54	238	305	543	21,73
G-VI	55 a 60	78	88	166	6,64
G-VII	Acima de 60	74	138	212	8,48
Total	Total	1164	1335	2499	100

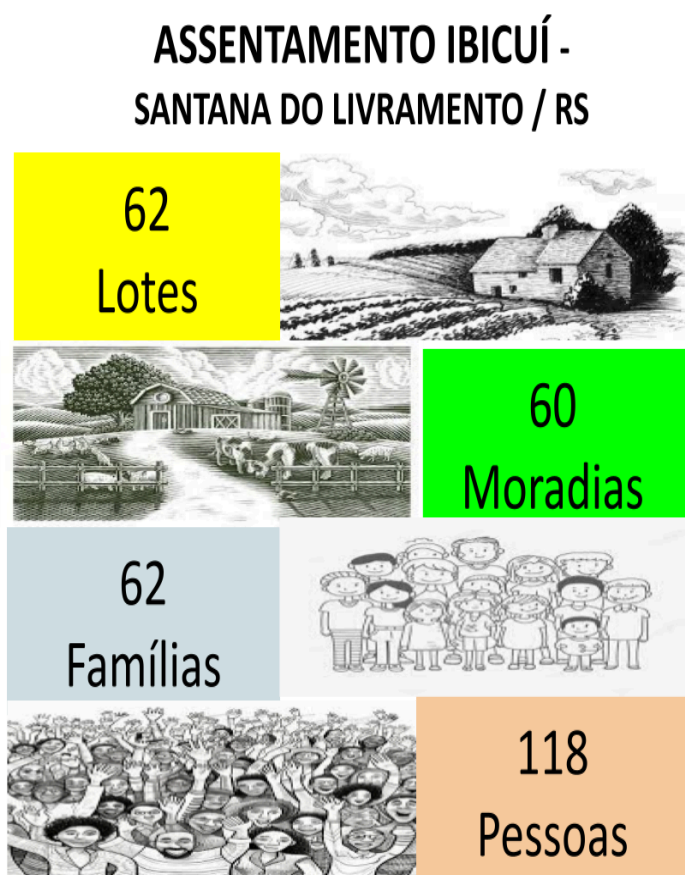
Fonte: Sistema Integrado de Gestão Rural – SIGRA (2022)

A categoria “G-I” é composta por 145 crianças com até 4 anos e 11 meses de idade. As crianças estão divididas da seguinte forma: 61 delas são do sexo feminino e 84 são do sexo masculino. O “G-II” é composto por 503 crianças e pré-adolescentes com idades entre 5 e 14 anos e 11 meses. Os indivíduos estão divididos da seguinte forma: 247 crianças e pré-adolescentes do sexo feminino e 256 crianças e pré-adolescentes do sexo masculino. O “G-III” é composto por 443 indivíduos com idade de 15 anos até 24 anos e 11 meses. Os indivíduos estão divididos da seguinte forma: 215 pessoas do sexo feminino e 228 pessoas do sexo masculino. O “G-IV” é composto por 487 indivíduos com idades entre 25 anos e 39 anos e 11 meses. Os indivíduos estão divididos da seguinte forma: 251 pessoas do sexo feminino e 236 pessoas do sexo masculino. O “G-V” é composto por 543 indivíduos com idades que vão dos 40 anos até 54 anos e 11 meses. Os indivíduos estão divididos da seguinte forma: 238 pessoas do sexo feminino e 305 pessoas do sexo masculino. O “G-VI” é composto por 166 indivíduos com idades entre 55 anos e 60 anos e 11 meses. Os indivíduos estão divididos da seguinte forma: 78 pessoas do sexo feminino e 88 pessoas do sexo masculino. Por fim, o “G-VII” é composto por 212 idosos com idade acima de 60 anos. Este grupo está dividido da seguinte forma: 74 idosas e 138 idosos (SIGRA, 2022).

4.3 RETRATO DO ASSENTAMENTO IBICUÍ DO ANO DE 2022

O assentamento Ibicuí foi implantado no ano 2007 com cerca de 65 lotes e 54 famílias que totalizavam uma população de 119 pessoas, as quais eram oriundas da região da Grande Porto Alegre. No ano de 2022, o assentamento contava com cerca de 198 pessoas, distribuídas em 65 lotes e totalizando 62 famílias. O retrato foi construído utilizando o banco de dados do SIGRA com informações atualizadas do ano de 2022⁴⁶.

Figura 13 - Características do Assentamento

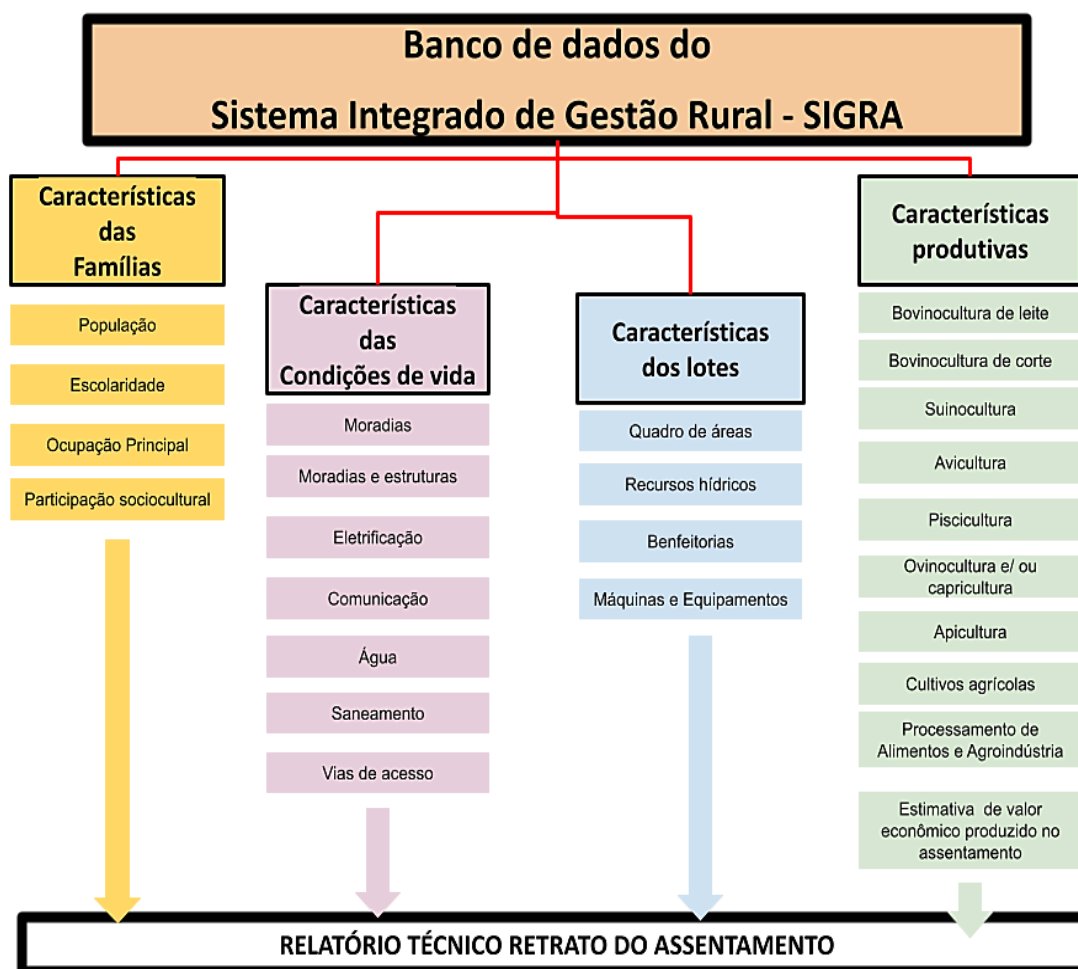


Fonte: (Autor, 2024)

⁴⁶No ano de 2022 foram atualizadas as informações de três assentamentos rurais (São Joaquim, Recanto e Ibicuí) do município de Santana do Livramento. Entre os assentamentos que tiveram as informações atualizadas, destaca-se o Ibicuí. O trabalho de atualização do SIGRA foi realizado pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos em Desenvolvimento Rural - GIEDER. A metodologia da coleta de dados utilizou planilhas com informações das famílias e visitas em cada um dos lotes para a realização de entrevista com os moradores da comunidade. A iniciativa foi financiada pelo projeto "Implementação do SIGRA no programa de ATER para o assentamentos de reforma agrária - Universidade Federal de Santa Maria. Foi usado como base o banco de dados do SIGRA 2016 e a digitalização e análise dos dados foi feita através do Excel.

O “retrato do assentamento Ibicuí” foi estruturado levando em consideração as seguintes variáveis: características das famílias; características das condições de vida; características do lote e características produtivas. Na Figura 14 é apresentada a estrutura do retrato.

Figura 14 - Retrato formado a partir do banco de dados e informações



Fonte: Autor (2023)

Cabe apresentar os dados referentes às características das famílias; características das condições de vida; características dos lotes e por fim as características produtivas, gerando assim um relatório técnico do assentamento.

4.3.1 Características das Famílias

Esta seção busca caracterizar as famílias moradoras do assentamento Ibicuí. Para retratar as características delas, são demonstradas informações sobre:

população; escolaridade; ocupação principal; tempo de trabalho e participação sociocultural.

4.3.1.1 População

Esta seção trata sobre a população do assentamento Ibicuí. Para tanto, são considerados idade e sexo. A população total do assentamento é formada por 118 pessoas, dividida entre 59 pessoas do sexo masculino e 59 pessoas do sexo feminino. A Tabela 2 trata da população do assentamento Ibicuí, onde são organizados 7 grupos distribuídos da seguinte forma:

Tabela 2 - População

Grupos	Faixa etária	Feminino	Masculino	Ambos os sexo	Ambos os sexo(%)
Grupo I	Até 4	10	05	15	12,71%
Grupo II	5 a 14	06	03	09	7,63%
Grupo III	15 a 24	09	08	17	14,40%
Grupo IV	25 a 39	08	10	18	15,26%
Grupo V	40 a 54	15	19	34	28,81%
Grupo VI	55 a 60	03	04	07	5,93%
Grupo VII	Acima de 60	08	10	18	15,26%
-	Total	59	59	118	100 %

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Rural - SIGRA (2022)

Cerca de 28,81% (34 pessoas) da população do Ibicuí tem idade entre 40 e 54 anos (28,81%). Existe também no assentamento uma população de 15,26% de pessoas idosas, o que representa cerca de 18 indivíduos nesta categoria.

4.3.1.2 Escolaridade

A Tabela 3 trata do grau de escolaridade dos assentados do Ibicuí e está organizada nas seguintes categorias: Não alfabetizado; Analfabeto; Ensino Fundamental Incompleto; Ensino Fundamental Completo; Ensino Médio Incompleto; Ensino Médio Completo; Ensino Superior Incompleto; Ensino Superior Completo e Pós Graduação.

Tabela 3 - Escolaridade dos moradores do assentamento Ibicuí

Escolaridade	Faixa etária (anos)						Total
	04 - 14	15 - 24	25 - 39	40 - 54	55 - 60	Acima de 60	
Não Alfabetizado	08	0	0	0	0	0	08
Analfabeto	0	0	0	0	01	04	05
Ens. Fund. Incompleto*	16	09	06	30	03	07	71
Ens. Fund. Completo**	0	02	03	03	03	06	17
Ens. Médio Completo***	0	03	04	0	0	0	07
Ens. Médio Incompleto****	0	03	05	01	0	01	10
Ens. Superior Completo*****	0	0	0	0	0	0	0
Ens. Superior Incompleto*****	0	0	0	0	0	0	0
Pós Graduação	0	0	0	0	0	0	0
Total	24	17	18	34	07	18	118

Ensino Fundamental Incompleto*

Ensino Fundamental Completo**

Ensino Médio Incompleto***

Ensino Médio Completo****

Ensino Superior Incompleto*****

Ensino Superior Completo*****

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Rural – SIGRA (2022)

A escolaridade dos indivíduos se concentra na categoria de Ensino Fundamental Incompleto e Completo, sendo que estas pessoas representam cerca de 88 indivíduos, o que significa que 74,57% da população do assentamento tem este grau de escolaridade. Não foi encontrada nenhuma pessoa que tivesse tido acesso ao Ensino Superior. Além disso, pouco mais de 17 pessoas acessaram ou concluíram o Ensino Médio. O assentamento conta com 05 pessoas analfabetas que tem a idade acima de 55 anos.

4.3.1.3 Ocupação Principal

Esta seção trata sobre a ocupação principal dos trabalhadores do assentamento Ibicuí. Se caracteriza como ocupação principal a atividade a que o assentado dedica maior parte do seu dia e conseqüentemente identifica como profissão. Para traçar o perfil da ocupação principal dos assentados do Ibicuí foi organizada a Tabela 4.

O recurso está organizado em seis atividades: Agricultor; Agricultor e do lar; Aposentado; Estudante; Terceirização serviços e Não possui. A tabela não leva em consideração a população abaixo de 15 anos, então os dados são referentes a 113 pessoas em idade produtiva habitantes do assentamento.

Tabela 4 - Ocupação principal dos moradores do Ibicuí

Ocupação principal	Faixa etária (anos)					Total
	15 a 24	25 a 39	40 a 54	55 a 60	Acima de 60	
Agricultor	12	16	31	06	0	65
Agricultor e do lar	1	0	1	0	0	02
Aposentado	0	1	1	1	18	21
Estudante	13	1	0	0	0	14
Terc. de serviços	0	0	1	0	0	01
Não possui	0	0	0	0	0	0
Total	26	18	34	07	18	103

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Rural – SIGRA (2022)

As categorias agricultor e agricultor e do lar, representam uma prevalência de cerca de 65,05% do total das atividades. A faixa etária mais representativa entre os agricultores é entre 25 e 54 anos, totalizando 27% (47 pessoas) dos assentados que exercem atividade agrícola. Destaca-se que todos os indivíduos que têm mais de 60 anos estão aposentados. Nesta seção foram utilizados dados referentes a população produtiva (103 pessoas) no assentamento Ibicuí.

4.3.1.4 Participação Sociocultural

Esta seção trata sobre a participação social. A Tabela 5 demonstra a dinâmica de participação sociocultural dos moradores do assentamento Ibicuí. São considerados como participação sociocultural: Igreja; Campo de Futebol; Centro Comunitário; Grupo de mulheres; Bar/boliche e Grupo de jovens.

Tabela 5 - Participação sociocultural

Tipos	Quantidade Registro	Dentro Assentamento
Igreja	22	21

Tipos	Quantidade Registro	Dentro Assentamento
Campo de Futebol	09	09
Centro Comunitário	08	08
Grupo de mulheres	03	01
Bar/ Boliche	02	02
Grupo de Jovens	01	01
Total	45	42

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Rural - SIGRA (2022)

A participação sociocultural da população do Ibicuí acontece com grande incidência na igreja (21 pessoas). O campo de futebol também é um local de encontro entre os assentados, pois cerca de 09 pessoas declararam apreciar este tipo de atividade. Segue-se com o centro comunitário, com 08 pessoas que utilizam o espaço com o intuito de socialização.

Observa-se que existe pouca adesão da população com relação a atividade que possibilita o lazer desses moradores. Das 118 pessoas que residem no assentamento, apenas 45 pessoas declararam se relacionar através de lugares que possibilitam a interação dos assentados do Ibicuí.

4.3.2 Características da condição de vida

4.3.2.1 Moradias

Esta seção trata sobre o tipo de construção utilizado para moradia. A Tabela 6 expõe a quantidade de cômodo (s), a média das áreas (m²) e tipo de material: madeira; alvenaria; mistas e outros.

Tabela 6 - Moradias

Cômodo(s)	Família	Média da área (m²)	Madeira	Alvenaria	Mista	Outros
1	02	21,00	02	-	-	-
2	03	30,00	03	-	-	-
3	01	30,00	01	-	-	-
4	40	45,75	01	39	-	-
5	11	48,27	01	08	02	-

6 ou mais	03	66,66	-	03	-	-
Sem Casa	02	-	-	-	-	02
Total	62	-	08	50	02	02

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Rural – SIGRA (2022)

A Tabela 6 demonstra que existem apenas 02 lotes que não possuem a construção de moradia. Cerca de 50 famílias residiam em moradias de alvenaria e 08 famílias moravam em casas de madeira. A maioria das famílias do assentamento habitava em casas com 4 cômodos (39 casas com este tipo de construção).

4.3.2.2 Moradias e estrutura

Esta seção trata sobre as moradias com estruturas comprometidas. A Tabela 7, demonstra os tipos de construção e as categorias de estruturas aptas para morar e aquelas com estrutura comprometida.

Tabela 7 - Moradias e estruturas

Tipo de Construção	Estrutura apta para moradia	Estrutura Comprometida	Total
Madeira	03	05	08
Alvenaria	44	06	50
Mista	01	01	02
Sem casa	-	02	02
Todos os tipos de construção	48	14	62

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Rural - SIGRA (2022)

Os dados demonstram que 14 moradias se encontravam com a estrutura comprometida e existiam dois lotes que nem ao menos possuíam moradias. As moradias com estruturas comprometidas estão divididas da seguinte forma: 05 casas são de construção de madeira; 06 casas são de construção de alvenaria e 01 de construção mista. Cerca de 22,58% da população do assentamento convive com algum tipo de problema em relação à estrutura das moradias (ou não tem casa no lote ou a estrutura está comprometida).

4.3.2.3 Eletrificação

Esta seção trata sobre a eletrificação nas moradias. A Tabela 8 está organizada considerando os tipos de eletrificação: monofásico, bifásico e trifásico. Considera também algum tipo de problema na voltagem (situação que por vezes inutiliza o uso da rede elétrica).

Tabela 8 - Eletrificação

Tipos	Quantidade de Famílias	Com problemas de voltagem
Monofásica	61	09
Bifásica	00	00
Trifásica	01	-
Total	62	09

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Rural – SIGRA (2022)

Vê-se que 09 famílias relataram que convivem com problemas na voltagem (em dias de chuva e vento a rede elétrica sofre interrupção).

4.3.2.4 Comunicação

Esta seção trata sobre a comunicação a que os assentados têm acesso. A Tabela 9 demonstra que a comunicação era realizada com 5 tipos de equipamentos: rádio; televisão; telefone móvel (dados móveis); telefone móvel (Wi-Fi) e computador.

Tabela 9 - Comunicação

Tipo de Comunicação	Quant. de Pessoas
Rádio	56
Televisão	52
Telefone Móvel (Dados móveis)	52
Telefone Móvel (Wi-Fi)	11
Computador	00
Não usa nem um tipo de meio de comunicação	00

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Rural - SIGRA (2022)

É possível analisar que 52 famílias possuíam acesso ao telefone móvel com dados móveis; a variável televisão compreendia 52 famílias do total, sendo o

segundo meio de comunicação mais frequente nos assentamentos. O rádio é o instrumento de comunicação que consegue atingir a maior quantidade de famílias, abarcando cerca de 56 destas, as quais utilizam este canal de comunicação e de informação.

4.3.2.5 Água

Esta seção trata sobre a origem da água para o consumo dos moradores do assentamento Ibicuí. A Tabela 10 traz a distribuição dos locais onde têm água e se esta água é suficiente ou não para as demandas da família.

Tabela 10 - Água

Origem	Quant. Registro	Suficiente
Vertente	01	-
Poço artesiano Coletivo	03	03
Poço Comunitário	05	04
Poço Artesiano Individual	14	12
Cacimba/Fonte Protegida	21	15
Poço Comum	23	20
Arroio	01	01
Sem água no lote	03	-

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Rural – SIGRA (2022)

Destaca-se na tabela acima que uma mesma família pode ter acesso a mais de um tipo de origem de água. As fontes de abastecimento e transporte de água mais presentes no assentamento são o poço comum, cacimba/fonte e poço artesiano individual, conferindo 85,3% da distribuição de água.

4.3.2.6 Saneamento

Esta seção trata sobre o saneamento básico disponível aos moradores do assentamento Ibicuí. A Tabela 11 demonstra como era efetuado o descarte dos resíduos.

Tabela 11 - Destino dos resíduos

Destino/Resíduos	Lixo Seco	Emb. de	Embalagem de	Total
-------------------------	------------------	----------------	---------------------	--------------

		agrotóxicos	medicamento veterinário	
Pontos de recolhimento	01	0	01	02
Coleta	02	07	04	13
Reciclagem	0	0	0	0
Queimado	46	10	34	90
Buraco	11	01	13	25
Céu aberto	01	0	0	01
Armazenagem no lote	02	02	05	09
Total	63	20	57	140

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Rural – SIGRA (2022)

Nos lotes o descarte dos resíduos acontecia da seguinte forma: Em 46 lotes as embalagens de agrotóxicos eram queimadas; em 07 lotes o descarte era feito via coleta; em 02 lotes o armazenamento era feito no próprio lote e em apenas um caso o destino dessas embalagens de agrotóxicos eram levados até pontos de recolhimento ou armazenados em buraco, o restante dos lotes não utiliza ou não possui informações sobre os descartes.

As embalagens de medicamentos veterinários eram descartadas da seguinte forma: cerca de 34 lotes faziam a queima dos resíduos, 09 lotes armazenavam em buracos e 05 e 04 assentados armazenavam no lote e destinavam à coleta, respectivamente.

4.3.2.7 Vias de Acesso

Esta seção trata sobre as vias de acesso para o assentamento Ibicuí. O assentamento está localizado às margens do rio, passando pelas pontes sobre o rio Ibicuí da Cruz, ao leste da sede municipal de Santana do Livramento, região caracterizada por um terreno montanhoso. A Tabela 12 trata sobre as vias de acesso para o assentamento Ibicuí. O assentamento PA Ibicuí está localizado a uma distância média de 35 km da sede do município de Santana do Livramento.

O principal acesso ao PA Ibicuí é feito por vias municipais sem pavimentação, o que é muito difícil para as famílias, pois em algumas partes não é possível se chegar nem mesmo com veículos leves em dias de chuva. Além do mais, os lotes

são bem espalhados e é difícil chegar até essas famílias, sendo necessário pensar em possíveis políticas públicas para viabilizar o deslocamento das famílias assentadas. Em dias de precipitação, as vias ficam totalmente interrompidas.

Tabela 12 - Condições das vias de acesso

Condições da estrada	Apenas veículos leves	Apenas veículos pesados	Quantidade de famílias
Interrompido em algumas épocas	45	8	55
Acesso permanente a estrada	17	2	07
Total	62	10	62

Fonte: SIGRA (2022)

A Tabela 12 demonstra que cerca de 45 famílias têm grande dificuldade com o acesso. Cerca de 08 famílias têm dificuldades com a via de acesso em tempos de chuva no assentamento. Em 2022 foram registradas 55 famílias com algum tipo de problema de acesso. E cerca de 45 famílias tiveram acesso interrompido em alguma época do ano para veículos leves e pesados e 08 famílias declararam dificuldades com acesso interrompido em algumas épocas do ano para veículos leves .

4.3.3 Características dos Lotes

Esta seção busca caracterizar as condições dos lotes das famílias que se encontram no assentamento Ibicuí.

4.3.3.1 Quadro de Áreas

Esta seção trata sobre o quadro de área do assentamento Ibicuí. Para organizar o quadro de área do respectivo assentamento é necessário levar em consideração as seguintes categorias: Plantio próprio; Campo nativo; Parceria familiar no lote; Capoeira; Banhado; Mato nativo; Floresta; Parceria em área de terceiro; Pastagem perene; Arrendada de terceiros; Área degradada e Recursos hídricos.

A Tabela 13 demonstra que a área total do assentamento Ibicuí corresponde a cerca de 1.345,4 hectares que estão divididos ao longo dos 62 lotes do respectivo assentamento.

Tabela 13 - Quadro de área do assentamento Ibicuí

Categoria	Quantidade de Família	Área em ha*	Área em %**
Plantio Próprio	57	357,2	26,54
Campo Nativo	54	615,5	45,74
Parceria Família no Lote	16	181,5	13,49
Capoeira	08	48,5	3,60
Banhado	07	67	4,97
Mato Nativo	05	06	0,44
Floresta	05	3,7	0,27
Parceria em Área de Terceiro	02	38,5	2,86
Pastagem Perene	02	05	0,37
Arrendada de Terceiros	02	21	1,56
Área Degradada	02	01	0,07
Recursos Hídricos	01	0,50	0,03
Total	-	1.345,4	100

*Área em hectares

**Área em porcentagem (%)

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Rural – SIGRA (2022)

Na Tabela 13 é possível observar que cerca de 615,5 hectares estão disponíveis para o campo nativo, quantidade esta que representa cerca de 45,74% da área do assentamento. Destaca-se também a área destinada para o plantio próprio, que corresponde a 357,2 hectares e representa 26,54% da área total do assentamento. A disponibilidade hídrica dentro do assentamento é representada por apenas 0,5 hectare, o que corresponde a cerca de 0,03% da área total deste.

4.3.3.2 Recursos Hídricos

Esta seção trata sobre os recursos hídricos disponíveis nos lotes. Para organizar a Tabela 14, que tem o nome de “Recursos Hídricos dos moradores do assentamento Ibicuí”, foi levado em consideração sete categorias: Riacho/rio; Terras baixas; Nascente; Lote seco; Reserva < 100m²; Reserva 100m² < 1 ha; Reserva 1 ha < 5 ha; Reserva > 5 ha (SIGRA, 2022).

Tabela 14 - Recursos Hídricos dos moradores do assentamento Ibicuí

Tipo de Recursos Hídricos*	Nº de Famílias
Riacho/rio	37
Terras baixas	19
Nascente	17
Lote seco	10
Reserva < 100m ²	05
Reserva 100m ² < 1 ha	07
Reserva 1 ha < 5 ha	01
Reserva > 5 ha	03

*Estas informações levaram em consideração que uma mesma família poderia ter disponíveis diversos tipos de recursos hídricos (SIGRA, 2022)

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Rural – SIGRA (2022)

4.3.3.3 Benfeitorias

Esta seção trata das benfeitorias realizadas nos lotes, as quais podem ser compreendidas como obras de melhoria das condições físicas nas dependências desses lotes. Para a organização da Tabela 15 foram definidas 08 categorias: Galpão de uso geral; Galpão de moradia; Sala de ordenha; Armazém; Brete/Mangueira/ Curral; Galpão aberto; Chiqueiro e Galinheiro .

Tabela 15 - Benfeitorias

Categoria	Madeira	Alvenaria	Misto	Total
Galpão de uso geral	52	0	0	52
Galpão de moradia	07	0	0	07
Sala de ordenha	01	0	01	02
Armazém	01	0	0	01
Brete/Mangueira/Curral	02	0	0	02
Galpão aberto	01	0	0	01
Chiqueiro	02	0	0	02
Galinheiro	02	0	0	02
Total	68	0	01	69

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Rural – SIGRA (2022)

A tabela acima demonstra que houve cerca de 69 benfeitorias nos lotes do assentamento Ibicuí. Houve um maior índice de melhoria na categoria de galpão geral com construção em madeira (52 benfeitorias). Houve também benfeitorias na categoria de galpão de moradia com 7 intervenções nas construções de madeira.

4.3.3.4 Máquinas e Equipamentos

Esta seção trata sobre as máquinas e equipamentos utilizados nos lotes e moradias dos assentados do Ibicuí. A Tabela 16 denominada “Máquinas e Equipamentos”.

Tabela 16 - Máquinas e Equipamentos

Tipo	Quantidade
Carroça	06
Trator	04
Ordenhadeira	03
Pulverizador	01
Semeadura	01
Canga	01
Saraquá	01
Arado	01
Triturador / Moedor de grãos	01
Total	19

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Rural – SIGRA (2022)

Entre as máquinas e equipamentos utilizados, no total das 62 famílias registradas, a carroça é a mais representativa, com 6 unidades, além disso, tem-se 4 tratores e 3 ordenhadeiras. Acrescenta-se ainda os 6 tipos restantes de máquinas e equipamentos, que equivalem a 31,58% do total.

4.3.4 Características Produtivas

Esta seção busca caracterizar as condições produtivas das famílias que se encontram assentadas no assentamento Ibicuí.

4.3.4.1 Bovinocultura de Leite

Esta seção trata sobre a bovinocultura de leite que se traduz na produção de leite dos assentados do Ibicuí. Também conta nessa seção o destino da produção e a quantidade comercializada.

A Tabela 17, denominada “Produção de bovinocultura no assentamento Ibicuí*”, a produção de leite é organizada seguindo 5 categorias para a produção de leite dos bovinos.

Tabela 17 - Produção de bovinocultura*

Categoria. Produção (l)	Famílias	Produção Total (l)	Total de vacas	Produtividade vaca/dia
< 6.000	32	24.630	74	0,91
6.000 - 12.000	7	60.660	56	2,97
12.001 - 20.000	3	30.400	40	2,08
20.001 - 30.000	1	22.700	16	3,89
30.001 - 40.000	2	72.950	26	7,69
Total	45	211.340	212	17,54

*Produção total e produtividade das vacas, conforme a categoria de produção (litros)

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Rural – SIGRA (2022)

A tabela acima indica que a atividade de criação de gado leiteiro estava presente em 73% das famílias do assentamento Ibicuí no ano de 2022.

O maior número de famílias produtoras de leite se enquadra na categoria abaixo de 12.000 L, com um baixo índice de produtividade por vaca/dia quando comparado com a média nacional 6,37 L/dia e estadual 12,62 L/dia. Apenas 2 famílias (30001 - 40000 L) ultrapassam com 7,69 L/dia a média nacional.

A Tabela 18 trata do destino da produção e quantidade comercializada de leite dentro assentamento, onde cerca de 77% do leite produzido é entregue para a cooperativa, ponto primordial para o incentivo à produção de leite no local.

Tabela 18 - Destino da produção e quantidade comercializada de leite

Tipos de destino da produção							
Categoria da Produção (l)	Famílias	Autoconsumo	Processado	Uso no lote	Venda na propriet	Feira Livre	Cooperativa

		ade					
< 12.000	39	29.156	4.500	10.500	1.460	800	41.480
12.001 - 20.000	3	550	0	2.000	0	0	28.000
20.001 - 30.000	1	700	0	0	0	0	22.000
30.001 - 40.000	2	1.450	0	0	0	0	71.500
Total	45	31.856	4.500	12.500	1.460	800	162.980

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Rural – SIGRA (2022)

A tabela acima expõe que o restante da produção, com maior relevância, é destinado para o autoconsumo das famílias (15%), uso no lote (5,9%) para alimentação de terneiros, processamento (2%) de produtos derivados do leite e o restante distribuído entre venda na propriedade e feira livre.

4.3.4.2 Bovinocultura de Corte

Esta seção trata sobre a bovinocultura de corte realizada pelos assentados do Ibicuí, conforme Tabela 19.

Tabela 19 - Rebanho total, quantidade para autoconsumo e comercialização

Rebanho (cabeça)	Autoconsumo (Kg/ano)	Produção comercializada Kg
242	2.781	13.669

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Rural – SIGRA (2022)

A tabela demonstra que do rebanho total produzido, 83% são destinados a comercialização e 17% direcionados ao autoconsumo das famílias do assentamento Ibicuí.

4.3.4.3 Suinocultura

Esta seção trata sobre da suinocultura no assentamento do Ibicuí, descrevendo como o sistema de produção é organizado e qual a quantidade consumida e comercializada no ano de 2022. A Tabela 20 demonstra que a maior parte das famílias tinha em seu rebanho o suíno para a produção voltada principalmente ao autoconsumo e a comercialização.

Tabela 20 - Sistemas de produção suína

Número de famílias	Autoconsumo	Produção comercializada (kg)
44	4.255	3.360

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Rural – SIGRA (2022)

Cerca de 44 famílias estão envolvidas na produção de suínos, sendo que destas, 30 famílias trabalham com o ciclo completo, 10 trabalham com a terminação e o restante são criadores de leitões. Destaca-se que a atividade de produção de suínos pelas famílias é dividida da seguinte forma: 56% das famílias utilizam a produção suína para o autoconsumo e 44% das famílias utilizam esta atividade para a comercialização.

4.3.4.4 Avicultura

Esta seção trata sobre a avicultura no assentamento do Ibicuí e como se organizava a produção de carne e ovos de aves no assentamento Ibicuí no ano de 2022. A Tabela 21 demonstra como é possível observar a representatividade da cadeia produtiva avicultura.

Tabela 21 - Produção de carne e ovos de aves

Produto	Número de Famílias	Autoconsumo	Produção Comercializada
Carne (kg)	37	2.185	30
Ovos (dúzia)	44	2.982	190

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Rural – SIGRA (2022)

A tabela acima demonstra a relevância do ovo para o autoconsumo e para a produção comercializada pelas famílias (SIGRA, 2022).

4.3.4.5 Piscicultura

Esta seção trata sobre a piscicultura no assentamento do Ibicuí e como se organizava a representatividade do consumo pelas famílias. A Tabela 22 demonstra o consumo de peixes no referido assentamento no ano de 2022.

Tabela 22 - Representatividade do consumo pelas famílias no assentamento Ibicuí

Número de Famílias	Autoconsumo (Kg/ano)
03	82

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Rural – SIGRA (2022)

Por meio dos dados, verifica-se que a produção é destinada exclusivamente ao autoconsumo das famílias.

5.3.4.6 Ovinocultura e/ou Capricultura

Esta seção trata sobre a ovinocultura e/ou caprinocultura no assentamento do Ibicuí e como se organizava a representatividade do consumo pelas famílias no assentamento Ibicuí no ano de 2022.

A Tabela 23 demonstra que apenas duas famílias no assentamento Ibicuí trabalhavam exclusivamente com ovinos, sendo que estas duas famílias utilizavam a atividade dos animais tanto para o autoconsumo e comercialização.

Tabela 23 - Produção bovina

Número de Famílias	Rebanho	Autoconsumo (kg/ano)	Produção comercializada (kg)	Produção de Lã (Kg)
02	34	30	700	0

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Rural – SIGRA (2022)

A produção de ovinos envolve duas famílias produtoras, com um rebanho de 34 cabeças, sendo que 92% da produção é destinada à comercialização e o restante ao autoconsumo das famílias.

4.3.4.7 Apicultura

Esta seção trata sobre a apicultura no assentamento do Ibicuí e como se organizava a representatividade do consumo pelas famílias neste em 2022. A Tabela 24 demonstra o contingente de famílias que trabalham com a apicultura.

Tabela 24 - Representatividade da apicultura entre as famílias no assentamento Ibicuí

Famílias	Colmeias (unid.)	Autoconsumo (kg)	Comercialização (kg)	Produção Total (kg)
06	37	77	700	777

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Rural – SIGRA (2022)

Apenas uma família possui uma produção significativa de 20 colmeias. A produção total de mel é de 777 kg com 37 colmeias, sendo que 90% desta produção é destinada para a comercialização e 10% para o autoconsumo.

4.3.4.8 Processamento de Alimento e Agroindústria

Esta seção trata sobre o processamento de alimentos e a possibilidade de agroindústria no assentamento do Ibicuí. A Tabela 25 demonstra a diversidade de produtos artesanais e o processamento de alimentos.

Tabela 25 - Processamento de Alimentos e Agroindústria

Categoria	Autoconsumo	Tipo de Comercialização	Quant. de Famílias
Chimias	320	Na propriedade	19
Massas	90	Na propriedade	03
Panificados	2.615	Na propriedade	43
Processados de leite	867	Na propriedade	24

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Rural - SIGRA (2022)

A maior parte dos produtos processados no assentamento do Ibicuí são utilizados para o autoconsumo das famílias assentadas. Destaque para os panificados que são processados por 43 famílias.

4.3.4.9 Cultivos Agrícolas

Esta seção trata sobre os cultivos agrícolas. A tabela 26 demonstra a diversidade nos cultivares no assentamento. É possível observar as seguintes culturas: abóbora; amendoim; arroz; batata doce; feijão; mandioca; milho; policultivo e soja.

Tabela 26 - Caracterização dos cultivos do assentamento Ibicuí

Tipo de Cultivo	Famílias	Autoconsumo (kg)	Comercialização (kg)	Produção Total (kg)
Abóbora	4	1115	1950	2350
Amendoim	2	65	200	300
Arroz	1	1500	0	1500
Batata doce	6	560	2170	3000
Feijão	7	750	200	1430
Mandioca	9	5.080	3.700	6.850
Milho	41	35.780	77.700	135.000

Policultivo	47	15.370	10.435	31.600
Soja	27	1000	132.940	133.940

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Rural – SIGRA (2022)

Dentre os cultivos mais relevantes, pode-se destacar os grãos como principal representante tanto para o autoconsumo quanto para a produção total. Estes grãos incluem as culturas do milho e da soja, além de arroz e feijão em quantidades menores. É representativa também o policultivo e cultivo de barraços, raízes e tubérculos. Neste ponto destacam-se a cultura da mandioca, batata doce e abóbora.

4.3.4.10 Estimativa do valor econômico produzido pelo assentamento Ibicuí

Esta seção trata sobre a estimativa do valor produzido no assentamento Ibicuí no ano de 2022. Para fazer este levantamento foi levado em consideração a soma de toda a produção bruta das famílias do assentamento e foi utilizado como base o preço de referência para o produtor e também o valor da produção no ano de 2022.

Tabela 27 - Estimativa do valor econômico produzido pelo assentamento Ibicuí

Categoria/produto	Produção	Preço de referência para ao produtor (R\$)*	Valor da produção (R\$)
Leite (l)	211.340	2,5	528.350
Carne Bovina (kg)	16.450	22	361.900
Carne Suína (kg)	7.615	16	121.840
Ovos (dz)	3.172	8,9	28.230,8
Carne de Aves (kg)	2.215	12	26.580
Peixe (kg)	82	15	1.230
Carne ovinos e caprinos (kg)	760	23	17.480
Apicultura (kg)	777	28	21.756
Sucos (l)	-	10	0
Alimentos processados (kg)	-	15	0
Abóbora (kg)	2.350	02	4.700
Amendoim (kg)	300	10	3.000

Arroz (kg)	1.500	02	3.000
Batata (kg)	3.000	04	12.000
Beterraba (kg)	300	04	1.200
Feijão (kg)	1.430	05	7.150
Figo (kg)	-	07	0
Laranja e bergamota (kg)	-	04	0
Mandioca (kg)	6.850	05	34.250
Melancia (kg)	120	02	240
Milho (kg)	135.000	1,15	155.250
Morango (kg)	1.000	25	25.000
Policultura (kg)	31.600	04	126.400
Soja (kg)	133.940	03	401.820
Total (R\$)			1.881.376,80

*Valor de referência conforme levantamento dos preços médios pagos ao produtor no município de Santana do Livramento.
Fonte: Sistema Integrado de Gestão Rural – SIGRA (2022)

A Tabela 27 demonstra que o valor bruto da produção do assentamento Ibicuí no ano de 2022 foi de R\$1.881.376,80. Este valor equivale a cerca de R\$2.528,73 por família por mês. Considerando apenas as áreas utilizadas para produção (campo nativo, plantio próprio, parceria familiar no lote e em área de terceiro, pastagem perene e arrendamento em área de terceiros) o valor da produção por ha equivale a R\$ 1.573,45.

4.4 PROPOSTA PARA CONSTITUIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL POR DEMANDA

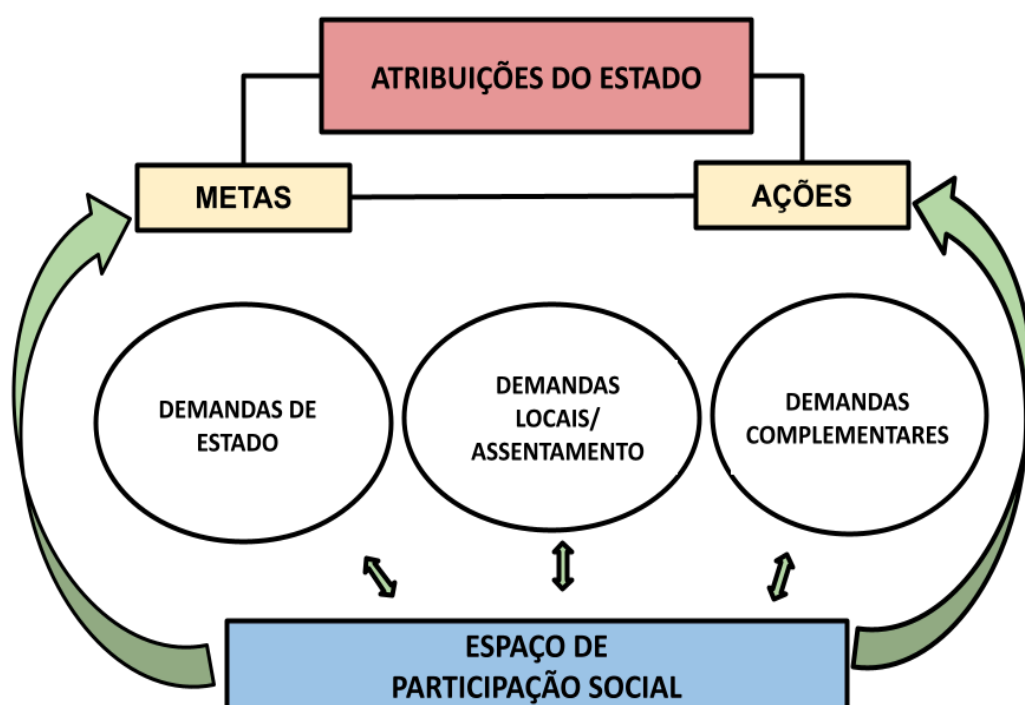
A seção a seguir aborda os tipos de demandas que compõem uma ATER (demandas de Estado; demandas locais/assentamento(s), demandas complementares) e exhibe o diagnóstico das demandas de ATER com base na realidade do assentamento Ibicuí com dados do ano de 2022. Esta seção contempla os diagnósticos das demandas das seguintes temáticas: escolaridade; participação sociocultural; moradias; vias de acesso; quadro de áreas; benfeitorias; bovinocultura de leite; processamento de alimentos e agroindústria; cultivos agrícolas. Por fim, a

seção trata sobre o espaço de discussão e participação social como esfera de validação das demandas levantadas pela população do respectivo assentamento.

4.4.1 Os tipos de demandas da ATER

Esta política de ATER é organizada levando em consideração 4 subdivisões: I) Atribuições do Estado; II) Demandas de Estado; III) Demandas locais/assentamento(s); IV) Demandas complementares.

Figura 15 - Composição da Política de ATER



Fonte: Autor (2024)

As **atribuições do Estado** são definidas independente de estado, região e localidades. São políticas de Estado e independem da vontade desse ou daquele estado, região e localidade em aplicar tal atribuição. Elas são como o “esqueleto” da política pública. As **demandas do Estado** são demandas que foram identificadas a partir do documento de diagnóstico que evidencia esta intervenção do Estado. As **demandas locais/famílias** também são identificadas com base no documento de diagnóstico das demandas de ATER a partir da realidade do local (assentamento) As **demandas complementares** são caracterizadas por serem demandas que são identificadas ao longo da implementação da política de ATER. Este espaço é importante para que seja possível uma intervenção em atividades

emergenciais e que não foram previstas anteriormente. A Figura 16 resume os três tipos de demandas que poderiam compor uma política pública de ATER.

Figura 16 - Os tipos de demandas de ATER



Fonte: Autor (2024)

Neste sentido, é importante compreender como cada uma destas é construída e absorve as demandas tanto do Estado quanto da população atingida pela política pública de ATER.

4.4.2 Demandas de Estado

As demandas propostas pelo Estado são caracterizadas por metas e ações que são definidas pelo próprio Estado e não podem ser negociadas. Mesmo compreendendo a importância da participação social da família, se faz necessário a intervenção do Estado para propor quais demandas que devem ser executadas, mesmo que as famílias não demandem este tipo de atuação do Estado. O exemplo é o meio ambiente, educação, saúde, cadastramento dos lotes e etc.

4.4.3 Demandas Locais/Assentamento(s)

As demandas locais/assentamento(s) são caracterizadas a partir do diagnóstico feito na localidade dos assentados a partir de um diagnóstico proveniente de um retrato e/ou relatório (exemplo do retrato do assentamento Ibicuí). A partir da interpretação dos dados que foram organizados e formam o retrato das respectivas famílias é possível propor ações que colaborem para desenvolver o assentamento e a vida daquelas pessoas. As demandas propostas pela família podem ser organizadas no âmbito estadual, regional e local. É importante ressaltar que dependendo do problema público enfrentado, será necessário utilizar um, dois ou até três níveis de governança para resolver ou mitigar o problema.

Com base no diagnóstico das famílias, serão propostas as ações a serem desenvolvidas nos espaços de participação social, no sentido de formular uma política que esteja atrelada à realidade das famílias, mas também articulada com as demandas que o Estado entende que sejam necessárias para o desenvolvimento do assentamento Ibicuí.

4.4.4 Demandas Complementares

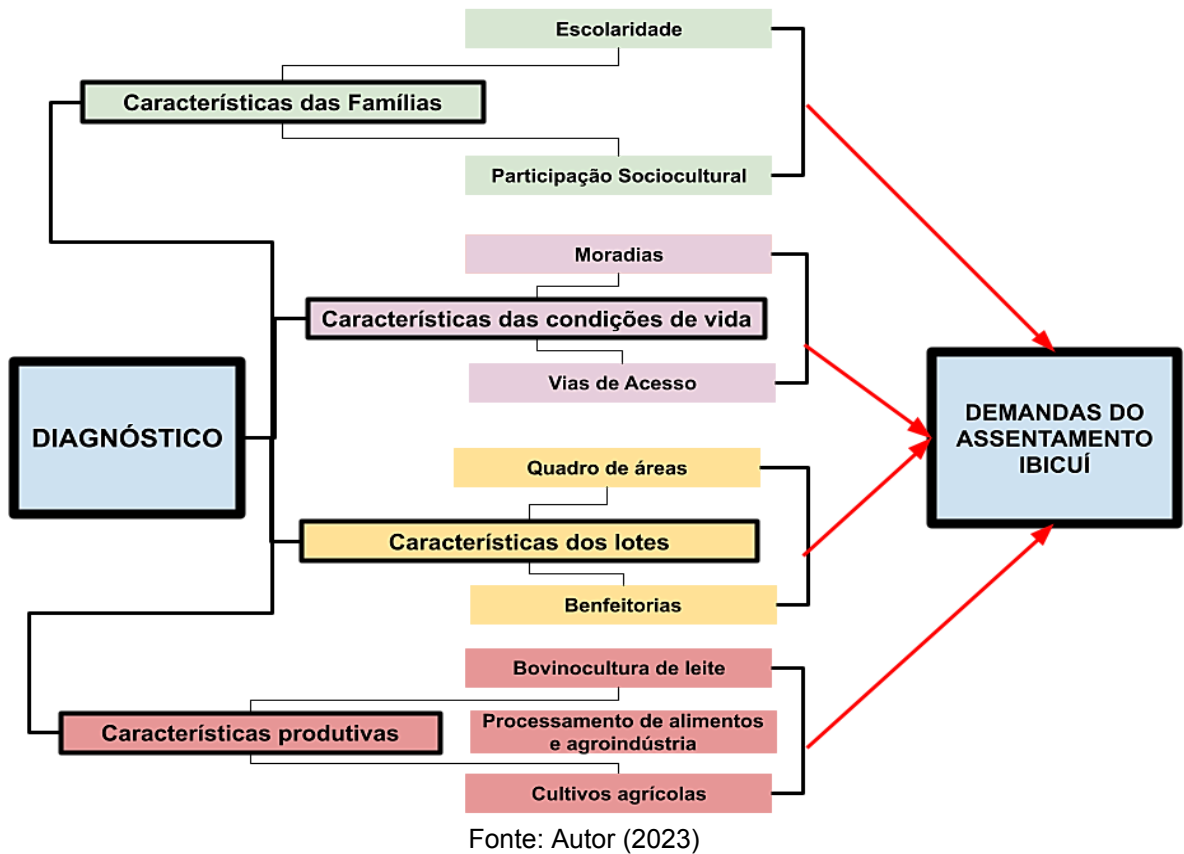
As demandas complementares são caracterizadas como situações “inesperadas” que podem surgir ao longo da atuação da ATER na localidade. Por exemplo, questões climáticas extremas, como seca ou chuvas intensas. As demandas complementares são importantes pois proporcionam que em situações “inesperadas” o Estado esteja preparado para uma atuação rápida e eficiente, sem comprometer a qualidade da implementação da ATER. Estas demandas devem retratar as reivindicações não identificadas ao longo da implementação da política de ATER. Este espaço é importante para que seja possível uma intervenção em atividades emergenciais, e que não foram previstas anteriormente.

4.4.5 Diagnóstico das demandas de ATER com base na realidade do assentamento Ibicuí no ano de 2022

Esta seção contempla um diagnóstico detalhado das demandas de ATER com base em dados do SIGRA que evidenciam como é a realidade do assentamento Ibicuí. Neste tópico, são demonstradas análises de 09 temas que estão ligados a 04 categorias. Os diagnósticos contemplam os seguintes elementos: Categoria de análise; Tema; Diagnóstico; Descrição; Ações; Meta(s).

A Figura 17 mostra como o diagnóstico foi elaborado para chegar às demandas do assentamento Ibicuí.

Figura 17 - Diagnóstico das demandas dos assentamento Ibicuí



A seguir serão apresentados diagnósticos das seguintes demandas, como uma amostra de análise: Escolaridade; Participação sociocultural; Moradias; Vias de Acesso; Quadro de áreas; Benfeitorias; Bovinocultura de leite; Processamento de alimentos e agroindústria; e Cultivos agrícolas.

4.4.5.1 Diagnóstico das demandas - Escolaridade

Categoria de análise: Características das famílias.

Tema: Escolaridade.

Diagnóstico: Baixo índice de escolaridade entre os moradores do assentamento Ibicuí.

Descrição: O anexo 5 “Escolaridade” expõe dados relativos à categoria “características das famílias”. A temática abordada trata do baixo grau de escolaridade das famílias do assentamento Ibicuí, pertencente ao NO Santana do Livramento, localizado no município de Santana do Livramento no estado do Rio Grande do Sul. O assentamento possui uma população de 118 pessoas, onde cerca de 74% (88 pessoas) dos assentados possuem o Ensino Fundamental completo e/ou incompleto. Esta problemática deve ser enfrentada desenvolvendo-se ações que colaborem para o acesso e permanência dessa população nos espaços educacionais.

Ações: Orientar as famílias sobre as Políticas Públicas existentes; Políticas Públicas que colaborem para o acesso e permanência dos indivíduos em ambientes educacionais.

Meta(s): Desenvolver ações que colaborem para o acesso e a permanência dos assentados na Educação Básica. Estimular a população do assentamento Ibicuí a concluir os estudos valorizando as diversas formas de acesso ao conhecimento.

4.4.5.2 Diagnóstico das demandas - Participação Sociocultural

Categoria de análise: Características das famílias.

Tema: Participação Sociocultural.

Diagnóstico: Baixo envolvimento na participação sociocultural em atividades dentro do assentamento Ibicuí.

Descrição: O anexo 6 “Participação Sociocultural” expõe dados relativos à categoria “características das famílias”. A temática abordada trata do baixo índice de engajamento dos moradores nas atividades de participação sociocultural realizadas dentro do assentamento Ibicuí, pertencente ao NO Santana do Livramento, localizado no município de Santana do Livramento no estado do Rio Grande do Sul. O assentamento possui uma população de 118 pessoas, onde cerca de 61,86% (73 pessoas) não participam de nenhuma atividade que envolva o aspecto sociocultural. Apenas 38,14% (45 pessoas) se envolvem em alguma atividade deste tipo. A maior parte da população que se identifica com algum tipo de atividade sociocultural (21 pessoas, das 45 pessoas citadas), o faz frequentando a igreja. Esta problemática deve ser enfrentada propondo-se ações de incentivo ao esporte, grupos de fomento à cultura e de comercialização. As respectivas ações devem colaborar para o envolvimento da comunidade em atividades coletivas

Ações: Garantir a participação da comunidade e a utilização de metodologias participativas nas ações; Encorajar os grupos a melhorarem suas comunicações, atividades e ações conjuntas; Promover a compreensão do propósito de um grupo, introduzindo técnicas de planejamento, execução e monitoramento da evolução das propostas de desenvolvimento comunitário; Apoiar e fortalecer as dinâmicas organizativas locais, atendendo às especificidades de cada região; Promover a compreensão do propósito de um grupo e os contatos com grupos para intercâmbio de experiências; Apoiar às organizações para manutenção e ampliação no número de agricultores, na participação dos canais de comercialização.

Meta(s): Mapear e implementar ambientes coletivos que colaborem para a sociabilização dos assentados. Os espaços socioculturais devem estar articulados com as demandas da população do assentamento, buscando possibilitar diversas formas de participação sociocultural que esteja alinhado com a realidade daqueles moradores.

4.4.5.3 Diagnóstico das demandas - Moradias

Categoria de análise: Características das condições de vida.

Tema: Moradias.

Diagnóstico: Grande quantidade de famílias com moradias com a estrutura comprometidas no assentamento Ibicuí.

Descrição: O anexo 7 “Moradias” expõe dados relativos à categoria “características das condições de vida”. A temática abordada trata do alto índice de moradias com estruturas comprometidas dentro do assentamento Ibicuí, pertencente ao NO Santana do Livramento, localizado no município de Santana do Livramento no estado do Rio Grande do Sul. O assentamento possui uma população de 118 pessoas e cerca de 62 lotes com 60 moradias construídas, ou seja, em 02 lotes as famílias não possuem moradias. Das 60 moradias existentes no assentamento, cerca de 14 (23,33%) se encontram com as estruturas comprometidas. Esta problemática deve ser enfrentada através do acesso a políticas públicas de crédito para construção de habitação nos assentamentos rurais e também de políticas públicas de crédito para reformas e melhorias das moradias nos assentamentos rurais.

Ações: Orientar as famílias sobre as políticas públicas existentes com relação aos créditos e ao acesso financeiro para construção e reforma das moradias dos assentados; Apoiar as ações do INCRA no encaminhamento de certidões para fins de concessão de benefícios e acesso aos créditos de instalação; Elaborar projetos técnicos que viabilizem o acesso dos agricultores às diferentes modalidades de crédito para melhoria das condições das moradias.

Meta(s): Mapear as moradias que se encontram em estado precário. A partir desse mapeamento destinar crédito financeiro para a construção ou reforma dessas moradias.

4.4.5.4 Diagnóstico das demandas - Vias de acesso

Categoria de análise: Características das condições de vida.

Tema: Vias de acesso.

Diagnóstico: Vias de acesso interrompidas parcialmente ou integralmente em alguns períodos do ano (período de chuvas), causando dificuldade de acesso/locomoção em vias internas do assentamento Ibicuí.

Descrição: O anexo 8 “Vias de Acesso” expõe dados relativos à categoria “características das condições de vida”. A temática abordada trata das dificuldades de acesso/locomoção em vias internas do assentamento Ibicuí, pertencente ao NO Santana do Livramento, localizado no município de Santana do Livramento no estado do Rio Grande do Sul. O assentamento possui uma população de 118 pessoas, onde cerca de 72,58% (86 pessoas) convive com a problemática das vias de acesso parcialmente interrompidas por causa das chuvas. A estrada acaba sendo prejudicada com o aparecimento de buracos e com o alagamento da ponte, interrompendo o trânsito da comunidade nessa via. Esta problemática deve ser enfrentada buscando sensibilizar os governantes, para que seja possível a construção de uma ponte dentro do assentamento Ibicuí; manutenção e drenagem das vias de acesso do assentamento Ibicuí.

Ações: Propor ações eficientes de melhoria das vias de acesso ao assentamento, fazendo as intervenções para que a água seja mais bem drenada e realizando a constante manutenção da via para evitar o aparecimento de buracos. Por fim, a construção de uma ponte que seja eficiente e segura para os moradores transitarem indiferentemente da época do ano.

Meta(s): Sensibilizar os governantes para construção, manutenção e melhoria das vias de acesso de assentamentos rurais.

4.4.5.5 Diagnóstico das demandas - Quadro de áreas

Categoria de análise: Características dos lotes.

Tema: Quadro de áreas.

Diagnóstico: O assentamento é composto por 1.345,4 hectares divididos em 62 lotes com média de 21,7 hectares por lote.

Descrição: O anexo 9 “Quadro de áreas” expõe dados relativos à categoria “características dos lotes”. A temática abordada trata da área do assentamento, que é constituída de 1345,4 hectares divididos da seguinte forma: Cerca de 615,5 hectares estão disponíveis para o campo nativo ou seja de 45,74% da área total do assentamento. Destaca-se também que a área destinada para o plantio próprio corresponde a 357,2 hectares e representa 26,54% da área total do assentamento. Apenas 0,5 hectare representa a área disponível para recursos hídricos dentro do assentamento, isso representa cerca de 0,03% da área do assentamento Ibicuí, pertencente ao NO Santana do Livramento, localizado no município de Santana do Livramento no estado do Rio Grande do Sul. Mapear a área do assentamento é uma importante ferramenta para a implementação e avaliação de políticas públicas que estejam alinhadas com a localidade de cada assentamento rural.

Ações: Apoiar as famílias assentadas para a adoção e uso de técnicas adequadas ao manejo sustentável dos solos, levando em consideração os aspectos químicos e físicos de fertilidade, aptidões dos diferentes tipos, degradação e recuperação, diferenciando as abordagens técnicas sustentáveis e o uso de recursos; Potencializar as ações ambientais desenvolvidas pelo Setor Ambiental do INCRA previstas no Programa Integrado de Recuperação e Conservação dos Recursos Naturais em Alimentos; Promover a Educação Ambiental, através da capacitação das famílias assentadas, sobre a importância da preservação e conservação dos recursos naturais visando seu uso racional, minimizando os danos ao meio ambiente.

Meta(s): Mapear as áreas de assentamentos rurais para a implementação de políticas públicas eficientes e articuladas com as realidades locais.

4.4.5.6 Diagnóstico das demandas – Benfeitorias

Categoria de análise: Características dos lotes.

Tema: Benfeitorias

Diagnóstico: Falta de recursos financeiros e planejamento que viabilizasse a realização de benfeitorias dentro dos lotes dos assentamentos Ibicuí.

Descrição: O anexo 10 “Benfeitorias” expõe dados relativos à categoria “características dos lotes”. A temática abordada trata das dificuldades de recursos financeiros e planejamento para realização de benfeitorias dentro dos lotes dos assentamentos Ibicuí, pertencente ao NO Santana do Livramento, localizado no município de Santana do Livramento no estado do Rio Grande do Sul. O assentamento possui uma população de 118 pessoas com cerca de 62 lotes. As benfeitorias nos lotes podem ser compreendidas como obras de melhoria das condições físicas nas dependências desses lotes. Foram organizadas 08 categorias de análise para as benfeitorias: Galpão de uso geral; Galpão de moradia; Sala de ordenha; Armazém; Brete/Mangueira/Curral; Galpão aberto; Chiqueiro e Galinheiro. Houve, entre os anos de 2016 e 2022, cerca de 69 benfeitorias nos lotes do assentamento Ibicuí. O maior índice de melhoria aconteceu no galpão geral com construção em madeira (52 benfeitorias). Também houve benfeitorias na categoria de galpão de moradia com 7 intervenções nas construções de madeira. Esta problemática deve ser enfrentada buscando sensibilizar os governantes, para que seja possível a destinação de recursos financeiros e planejamento de projetos que viabilizem a realização de benfeitorias dentro dos lotes dos assentamentos Ibicuí.

Ações: Propôs ações governamentais que possibilitem que profissionais ou/e instituições (Exemplo: EMATER) realizem projetos para o acesso e implementação de benfeitorias dentro dos lotes dos assentamentos rurais, de forma gratuita para os assentados.

Meta(s): Sensibilizar os governantes para a criação de políticas públicas de crédito para realização de benfeitorias dentro do lote. Propor mecanismos dentro da respectiva política pública que possibilitem que profissionais ou/e instituições (Exemplo: EMATER) realizem projetos para o acesso e implementação de benfeitorias dentro dos lotes dos assentamentos rurais, de forma gratuita para os assentados.

4.4.5.7 Diagnóstico das demandas - Bovinocultura de Leite

Categoria de análise: Características produtivas.

Tema: Bovinocultura de leite.

Diagnóstico: Baixo índice de produção de leite no assentamento Ibicuí, proveniente da baixa produção de leite por vacas.

Descrição: O anexo 11 “Bovinocultura de leite” expõe dados relativos à categoria “características produtivas”. A temática abordada trata dos desafios da produção de leite no assentamento Ibicuí, pertencente ao NO Santana do Livramento, localizado no município de Santana do Livramento no estado do Rio Grande do Sul. O assentamento possui uma população de 118 pessoas e sua principal atividade é a produção de leite, a qual estava presente em 73% dos lotes do assentamento Ibicuí no ano de 2022. O maior número de famílias produtoras de leite se enquadra na categoria abaixo de 12.000 L, com um baixo índice de produtividade por vaca/dia quando comparado com a média nacional 6,37 L/dia e estadual 12,62 L/dia. Cerca de 77% do leite produzido é entregue para a cooperativa, ponto primordial para o incentivo à produção de leite do assentamento. Esta problemática deve ser enfrentada buscando mapear e fortalecer a cadeia produtiva da atividade potencial dentro dos lotes do assentamento Ibicuí.

Ações: Melhoria das condições produtivas como: Esterqueira, pois muitas famílias produtoras de leite não possuem o recurso; Reprodução, pois as famílias não utilizam inseminação artificial, sendo um método mais eficaz para aumentar a taxa de prenhez, evitando alto número de vacas secas (não estão produzindo); Comercialização, demonstrando potencial existente (futuro) aumento dos rebanho (cab) para comercialização.

Meta(s): Mapear e fortalecer a cadeia produtiva da atividade potencial dentro dos lotes do assentamento Ibicuí.

4.4.5.8 Diagnóstico das demandas - Processamento de alimentos e agroindústria

Categoria de análise: Características produtivas.

Tema: Processamento de alimentos e agroindústria.

Diagnóstico: A maior parte dos produtos processados pelas famílias são utilizados para o autoconsumo da população do assentamento Ibicuí.

Descrição: O anexo 12 “Processamento de alimentos e agroindústria” expõe dados relativos à categoria “características produtivas”. A temática abordada trata do fato de que a maior parte dos produtos processados é utilizada para o autoconsumo dentro dos lotes do assentamento Ibicuí, pertencente ao NO Santana do Livramento, localizado no município de Santana do Livramento no estado do Rio Grande do Sul. O assentamento possui uma população de 118 pessoas. Destaca-se que a diversidade de produtos artesanais e o processamento de alimentos, refletem em uma grande parte de produtos processados que são utilizados principalmente para o autoconsumo das famílias do assentamento Ibicuí. Destaca-se o fato de que os panificados são processados por cerca de 69,35% das famílias (43 famílias). A problemática exposta nessa situação demonstra que os produtos não são comercializados, sendo utilizados apenas para autoconsumo dos moradores assentamento Ibicuí.

Ações: Políticas Públicas de crédito para investimentos em agroindústrias familiares e capacitação das famílias para o processamento de alimentos.

Meta(s): Fortalecer ações governamentais que colaborem para a realização de processamento dos alimentos pelas famílias e investimentos em agroindústrias familiares dentro do assentamento Ibicuí.

4.4.5.9 Diagnóstico das demandas - Cultivos agrícolas

Categoria de análise: Características produtivas.

Tema: Cultivos agrícolas.

Diagnóstico: Baixo índice de produção de cultivos agrícolas, para autoconsumo no assentamento Ibicuí.

Descrição: O anexo 13 “Cultivos agrícolas” expõe dados relativos à categoria “características produtivas”. A temática abordada trata sobre os desafios da produção de cultivos agrícolas e diversidades dos cultivares para autoconsumo dos moradores no assentamento Ibicuí, pertencente ao NO Santana do Livramento, localizado no município de Santana do Livramento no estado do Rio Grande do Sul. O assentamento possui uma população de 118 pessoas. Há uma baixa produção e baixa diversidade produtiva, onde destacam-se os cultivos de grãos como principais representantes em autoconsumo e produção total, sendo compostos pelas culturas do milho e soja, além de arroz e feijão em menores quantidades. Existe também a representatividade do policultivo e cultivo de barraços, raízes e tubérculos. Neste ponto destacam-se a cultura da mandioca, batata doce e abóbora. Entretanto, a baixa produtividade desses cultivares faz com que esta produção não cumpra com a função de autoconsumo dos moradores do assentamento Ibicuí. Esta problemática deve ser enfrentada buscando articular ações governamentais que colaborem para a diversidade na produção de alimentos nos lotes, assim como quantidade suficiente para alimentar os moradores do assentamento Ibicuí.

Ações: Políticas Públicas de crédito para compra de mudas; Entrega de cultivares que possam ser plantados nos lotes; Capacitação sobre a importância da diversificação de cultivares que colaboram para a melhoria na qualidade da alimentação das famílias.

Meta(s): Propôs ações governamentais que colaborem para a diversidade na produção de alimentos nos lotes, assim como quantidade suficiente para alimentar os moradores do assentamento Ibicuí.

4.4.5.10 Espaço de discussão e participação social

O espaço de discussão e participação social é necessário para validar as demandas que foram levadas dentro do assentamento. A estrutura do programa de ATER previa ao menos 4 âmbitos de discussão para validação das demandas. O SIGRA foi utilizado como uma ferramenta que através do seu banco de dados, foi possível organizar um retrato do assentamento Ibicuí.

Os relatórios de diagnósticos foram elaborados para demonstrar as potencialidades de políticas públicas que sejam alinhadas com a realidade local, entretanto, é importante enfatizar que existem demandas que devem ser propostas pelo Estado, pois este tipo de demanda pode não ser mapeado pelos moradores daquela localidade.

Esta proposta de ATER busca articular as atribuições do Estado com a comunidade civil na promoção de alternativas para resolver ou/e mitigar um problema público. Através do documento de diagnóstico se torna viável legitimar as demandas que são validadas pelos espaços de participação social (fóruns, conselhos regionais, conselhos locais e conselhos estaduais).

A política de ATER se organizou combinando os modelos *top-down* (de cima para baixo) e *bottom-up* (de baixo para cima) em sua estruturação. A estrutura flexível dessa política possibilita articular metas, ações e demandas propostas pelo Estado em paralelo com a participação e controle social. Esta pode ser considerada uma estratégia eficiente entre os atores na formulação de estratégias de melhoria, ampliação e/ou manutenção de políticas públicas de ATER que visam colaborar para diminuição da desigualdade econômica e social nos espaços rural.

CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formulação de uma política pública é extremamente complexa, pois pode envolver diversos elementos que devem ser considerados em uma localidade determinada. No desenvolvimento do estudo ficou evidente que a partir do diagnóstico das demandas de ATER, foi possível sintetizar uma proposta de política pública de ATER que contemplasse os seguintes elementos: Atribuições do Estado; Demandas de Estado; Demandas locais/assentamento; Demandas complementares. Destaca-se também nesse estudo o pioneirismo do Estado do Rio Grande do Sul durante o Governo de Olívio Dutra, que propôs a organização da Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) que operou até o ano de 2016. Com o passar dos anos a nomenclatura sofreu alterações, passando a ser denominada de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para os assentamentos da Reforma Agrária.

Para a implementação, gestão e avaliação do programa de ATES, foi incrementada a participação social, onde os assentados e técnicos trabalham no planejamento regional das atividades, flexibilizando metas e no controle social, por meio de conselhos estaduais e regionais da política (Flech, 2015). Segundo Neumann; Dalbianco; Zarnott (2018), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) teve o papel de substituir os instrumentos que regulavam as relações com prestadoras de serviços de ATES (de convênios para contratos). Com isso a instituição ampliou o controle burocrático sobre os trabalhos prestados. Isso fez com que houvesse um novo desenho organizacional e esta função passasse a ser centralizada na Divisão de Desenvolvimento do INCRA - RS.

A presente dissertação evidenciou a extrema importância de uma Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) sob demanda, que considere também as ações e metas propostas pela sociedade e pelo Estado. Assim, é essencial que estas ações sejam organizadas e executadas tanto pela sociedade civil quanto pelo Estado.

Exemplificando a construção de uma ATER que seja flexível em suas metas, ações e governança, ressaltamos que é necessário valorizar a participação social alinhada com o controle social, que pode ser considerada uma estratégia eficiente para promoção do envolvimento dos atores na busca por resolver problemáticas e demandas da realidade dessa população. Importante ressaltar que as atribuições

do Estado não são negociadas nesse espaço de participação social, pois existem ações que o Estado necessita fazer, mesmo que aquela população não observe isso como uma demanda. Por isso, demonstrou-se que além das atribuições do Estado, esta política de ATER, deve conter as demandas de Estado, as demandas locais/assentamento(s) e as demandas complementares.

O caso do assentamento Ibicuí, demonstra diversas intervenções que podem ser propostas pelo Estado, na melhoria das condições de vida dessa população, onde o diagnóstico se torna uma ferramenta de mapeamento de parte da realidade dos habitantes. O diagnóstico é um recurso que pode ser utilizado para compor dados para formulação de políticas públicas com elementos suficientes para construir programas, ações e até metas que visam atacar as problemáticas existentes na localidade.

Desde 1988, o Estado brasileiro vem evoluindo com relação a melhoria das estruturas burocráticas e organizacionais, buscando atender à sua grande missão de promover mecanismos de proteção e assistência social para toda a população brasileira. Por fim, este estudo pode ser utilizado como instrumento de consulta para criação de futuras políticas não só de ATER, mas também como subsídio para reflexão sobre as formas com que se estruturam as políticas públicas no Brasil.

Bordenave (1994) afirma que a “participação social é processo que diversas camadas sociais têm parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada”, ou seja, a participação não corresponde a um ativismo superficial, mas está localizada e compõe as estruturas sociais e políticas econômicas. Neste sentido, é necessário compreender que para que este diagnóstico tenha validade é importante que os governantes, além de ter consciência sobre o envolvimento e a participação social, levem em consideração as demandas para que seja possível o desenvolvimento dos assentamentos rurais através dos serviços de ATER. Assim, é de grande valia um banco de dados com informações dos atores para tomadas de decisões e que estes estejam articulados com a realidade local.

A partir deste estudo é possível compreender parte da realidade dos assentados do Assentamento Ibicuí em Santana do Livramento – RS. Isso, com base no banco de dados do Sistema Integrado de Gestão Rural, que traça um raio X com relação às demandas identificadas com o perfil das famílias.

6 REFERÊNCIAS

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. 3 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BARROS, Tauanna Faleiro. **Assistência técnica e extensão rural pública no Distrito Federal frente à proposta da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. 2016. 143 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_b58e39487d7497d089bd85671b768887. Acesso em: 22 mar. 2024.

BORDENAVE, Juan Díaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 fev. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER**. Brasília: MDA/ SAF, 2010.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **III Relatório do Estado Brasileiro ao Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/atuacao-internacional/relatorios-internacionais-1/IIIRelatriodoEstadoBrasileiroaoPactoInternacionalsobreDireitosEconomicosSociaseCulturais.pdf>. Acesso em 22 mar. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **O Incra**. 28 jan. 2020. Brasília. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/o-incra>. Acesso em: 22 mar. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra. **Assessoria Técnica, Social e Ambiental - Manual Operacional 2008**. Brasília: MDA/SAF, 2018.

BRASIL. ABC - Agência Brasileira de Cooperação. **EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária**. Disponível em: <https://www.abc.gov.br/treinamentos/informacoes/InstituicaoEmbrapa.aspx#:~:text=A%20Embrapa%20foi%20criada%20em,em%20benef%C3%ADcio%20da%20sociedade%20brasileira>. Acesso em: jul. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Grupo de Trabalho ATER. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: versão final**. Brasília: MDA, 2004.

BRASIL. Senado Federal. **Constituições Brasileiras**. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/constituicoes-brasileiras>. Acesso em: 22 mar. 2024.

CAMARGO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: Panorama dos últimos 50 anos. Texto para discussão n° 621. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2651/1/td_0621.pdf. Acesso em 22 mar. 2024.

CAPORAL, Francisco Roberto. Política Nacional de ATER: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. In: TAVARES, J. R.; RAMOS, L. (Org.). **Assistência técnica e extensão rural**: construindo o conhecimento agroecológico. Manaus: IDAM, 2006. p. 09-52.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Bases para uma Política Nacional de Formação de Extensionistas Rurais**. Brasília, 2009. Disponível em: <https://www.bibliotecaagptea.org.br/administracao/extensao/livros/BASES%20PARA%20UMA%20POLITICA%20NACIONAL%20DE%20EXTENSIONISTAS%20RURAIIS.pdf>. Acesso em 22 mar. 2024.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Segurança alimentar e agricultura sustentável: uma perspectiva agroecológica. In: CAPORAL, Francisco Roberto (Coord.). **Extensão Rural e Agroecologia**: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Brasília, 2009. p. 278-92.

CASARIN, Helen de Castro Silva; CASARIN, Samuel José. **Pesquisa Científica da teoria à prática**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

CRESTANI, Dinamir Antônio; OLIVEIRA, Celmar Corrêa de. Que tipo de estado de bem-estar social é este? **Revista Eletrônica Científica da UERGS**, Rio Grande do Sul, v. 4, n. 2, p. 299-319, 30 abr. 2018. Disponível em: <https://revista.uergs.edu.br/index.php/revuergs/article/view/984>. Acesso em: 22 mar. 2024.

DALBIANCO, Vinicius Piccin. **A construção de uma extensão rural diferenciada para as famílias assentadas**: O programa da assessoria técnica, social e ambiental (ATES) no RS. Dissertação (Mestrado) – Curso de Extensão Rural. Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/8858/DALBIANCO%2c%20VINICIUS%20PICCIN.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 22 mar. 2024.

DALLARI, Dalmo. **Elementos de teoria geral do Estado**. 32 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DA ROS, César Augusto. PICCIN, Marcos Botton. Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 15, n. 20, p. 131-155, jan./jul. 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1853/1753>. Acesso em 22 mar. 2024.

DELGADO, Guilherme Costa. **A questão agrária brasileira no pós-guerra e sua configuração contemporânea**. Brasília, 2004. (versão não publicada).

DIAS, Reinaldo. **Ciência Política**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

DIESEL, Vivien; NEUMANN, Pedro Selvino; GARCIA, Janisse Viero. **Por que a “nova ater” não sai do papel? Uma análise da visão dos alunos do projeto residência agrária**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIEDADE RURAL-SOBER, 45., 2007, Londrina, PR. **Anais...** Londrina: Sociedade Internacional de Sociologia Rural, 2007. CD-ROM.

DIESEL, Vivien; DIAS, Marcelo Miná; NEUMANN, Pedro Selvino. Pnater (2004-2014): da concepção à materialização. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 107-28.

DIESEL, Vivien. et al. Privatização dos serviços de Extensão Rural: uma discussão (des)necessária? **RESR**, Piracicaba, v. 46, n. 04, p. 1155-1188, out./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/VxXn4syRn3WXRcxjbmNpQxJ/>. Acesso em 22 mar. 2024.

DUNKER, L. S; DALBIANCO, V. P; GOMES, P. S; MIRANDA, L. B; GASS, S, L. D; **Condicionamento de sistemas de produção em assentamentos rurais de acordo com tipos de solo**.

ECHENIQUE, O. S. **Perspectivas de evolução dos serviços de assistência técnica agrícola no Brasil**: análise do projeto Lumiar e das Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília: FAO-INCRA, 1998.

EMATER. **Criação da Agência Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural e recriação da EMBRATER**. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, 31 out. 2007. Disponível em: https://www.emater.mg.gov.br/portal.do/site-noticias/criacao-da-agencia-brasileira-de-assistencia-tecnica-e-extensao-rural-e-recriacao-da-embrater/?flagweb=novosite_pagina_interna&id=1019. Acesso em: 22 mar. 2024.

FERREIRA, Jurandy Pires (Coord.) **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. V. XXXIII, 31 de Janeiro de 1959. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/livros/liv27295_33.pdf. Acesso em 22 mar. 2024.

FLECH, Eduardo Miotto. **O planejamento no programa de ATES no Rio Grande do Sul**: reflexões a partir do caso do CETAP. 2015. 134 f. Dissertação (Mestrado) -

Curso de Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/8921>. Acesso em: 22 mar. 2024.

GIL, Antônio. Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M; PERL, Anthony. **Políticas Públicas seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). IBGE Cidades. **Sant'ana do Livramento – História**. Disponível em : <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santana-do-livramento/historico>. Acesso em: 22 mar. 2024.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Organizações das Nações Unidas - ONU**. Página Principal. Disponível em : <https://brasil.un.org/pt-br>. Acesso em: 22 mar. 2024.

NEUMANN, Pedro. S; DALBIANCO, Vinicius. P; ZARNOTT, Alisson. V. A política pública de extensão rural em assentamentos da reforma agrária: a construção de um sistema pluralista descentralizado. In: SCHNEIDER, S; GRISA, C. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. p. 401-428.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. São Paulo: SP. Revista Estudos Avançados, São Paulo, v.15, n. 43, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/H7WMxZswgv6zR6MZJx5DHCm/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 22 mar. 2024.

PESCAROLO, Carina; MARCHI, Soraia Paulino. O Estado de Bem-Estar Social no Brasil. In: Congresso Brasileiro De Direito Empresarial e Cidadania, VIII., 2019, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Unicuritiba, 2019. p. 286-303. Disponível em: <https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/percurso/article/viewFile/3430/371371860>. Acesso em: 22 mar. 2024.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 40, n. 3, p. 412-424, set. 2009. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/367/315>. Acesso em: 22 mar. 2024.

PRADO JR., Caio. **A questão agrária**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRADO JR., Caio. **A revolução brasileira: a questão agrária no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3 ed. São Paulo: Global, 2015.

SANDES, Lorena Carvalho de Moraes; TENÓRIO, Pedro Pereira. A Pnater: reflexões sobre os seus princípios e objetivos a partir da percepção de extensionistas rurais do município de Paulo Afonso, Bahia. **Interações**, Campo Grande, v. 21, n. 4, p. 915-925, dez. 2020. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/2157>. Acesso em: 22 mar. 2022.

SANT'ANA DO LIVRAMENTO. Prefeitura Municipal. **Quem Somos**. Disponível em: <https://www.sdolivramento.com.br/cidade/>. Acesso em: 22 mar. 2024.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In. SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (Orgs.). **Políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2006, p. 21-42. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf. Acesso em 22 mar. 2024.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2 ed. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2013.

WINTER, Soren. C. Implementation Perspectives: Status and Reconsideration. In. PETERS, Guy; PIERRE, Jon. **Handbook of Public Administration**. Nova Iorque: Sage Publications, 2012.

ZARNOTT, Alisson Vicente. **Participação social e políticas públicas de extensão rural em assentamentos de reforma agrária**. 2016. 193 f. Tese (Doutorado) - Curso de Agronomia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/3832?show=full>. Acesso em: 22 mar. 2024.

ANEXOS

ANEXO 1 - AÇÕES DO EIXO PRODUTIVO

Eixo Produtivo	O eixo produtivo é utilizado para dar conta de elementos que colaborem para a melhor eficiência dos assentados. Neste eixo encontram-se 20 ações que devem ser desenvolvidas, as ações estão descritas abaixo.
Nº Ação	Descrição da Ação
Ação 1	Consolidar a rede de unidades de observação e referência pedagógica, representativa dos principais sistemas de produção presentes nos assentamentos, utilizando-a como ferramenta pedagógica na reflexão dos limites, condicionantes e potencialidades dos sistemas de produção adotados pelos assentados e geração de referenciais técnicos e econômicos para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos em bases locais e/ou regionais.
Ação 2	Considerar sempre o enfoque teórico e metodológico da Agroecologia nas ações da ATES, a fim de apoiar o processo de transição sustentável das atividades produtivas no assentamento. Disponibilizar, aos agricultores assentados, informações sobre técnicas produtivas adequadas às características regionais, de forma a qualificar os resultados e a ampliar a produtividade de seu trabalho, valendo-se de demonstração de práticas de produção conservacionistas, manejo sustentável dos recursos naturais do assentamento, planejamento e outros temas pertinentes à realidade local.
Ação 3	Promover intercâmbios e trocas de conhecimentos envolvendo agricultores, agricultoras e técnicos/as de assentamentos, municípios e/ou regiões distintas, como estratégia de capacitação das famílias assentadas, proporcionando a apropriação do conhecimento pelo resgate e sistematização coletiva das experiências visitadas.
Ação 4	Apoiar as famílias assentadas para a adoção e uso de técnicas adequadas ao manejo sustentável dos solos, levando em consideração os aspectos químicos e físicos de fertilidade, aptidões dos diferentes tipos, degradação e recuperação, diferenciando as abordagens técnicas sustentáveis e uso de recursos.
Ação 5	Difundir conhecimentos sobre o processo de produção de alimentos para o autossustento e comercialização, focando a importância do manejo e nutrição das plantas como promotoras de sanidade vegetal e segurança alimentar.
Ação 6	Discutir junto às famílias sobre a importância da diversidade de sementes, utilização de sementes crioulas e a armazenagem de sementes próprias dentro dos princípios da soberania alimentar.
Ação 7	Tratar da sustentabilidade ambiental e econômica, caracteriza as produções agroecológicas, com ênfase na compreensão dos processos de ciclagem envolvidos e na identificação dos diversos recursos que podem ser utilizados dentro desse processo.
Ação 8	Estimular a estruturação de Sistemas Agroflorestais, através de capacitação e compreensão dos benefícios das interações ambientais, englobando a produção de árvores para obtenção de frutas, dirigidas ao mercado ou ao autossustento.
Ação 9	Introduzir técnicas de produção vegetal das diversas espécies adaptadas à região, relacionando-as ao mercado, ao tipo de agroecossistema e ao manejo adequado

Ação 10	Disponibilizar informações técnicas sobre produção de animais de diversos portes, caracterizando as vantagens e cuidados inerentes aos diferentes sistemas digestivos, impacto do manejo e modos de consumo possíveis, considerando os recursos das unidades produtivas, tipo de agroecossistema e possibilidades de mercado.
Ação 11	Estimular o desenvolvimento de técnicas de adubação orgânica utilizando os dejetos gerados na produção animal em substituição aos insumos externos.
Ação 12	Introduzir técnicas de manejo em saúde animal, diferenciando-as entre homeopáticas, fitoterápicas e alopáticas de prevenção e cura de doenças infectocontagiosas e parasitárias.
Ação 13	Desenvolver ações de educação em economia e administração rural para diagnóstico da eficiência econômica e ecológica da propriedade.
Ação 14	Proporcionar a capacitação em técnicas de gestão da propriedade rural, desenvolvendo metodologias de planejamento, execução e monitoramento da evolução temporal da produção, com vistas à sustentabilidade econômica do empreendimento
Ação 15	Orientar sobre o monitoramento das barragens do assentamento.
Ação 16	Disponibilizar recomendações técnicas de produção de arroz orgânico, aos/as agricultores/as com projetos de lavouras aprovados.
Ação 17	Atualizar as famílias sobre métodos e técnicas de produção de arroz orgânico e assessorá-las na elaboração de projetos.
Ação 18	Estimular as famílias a diversificação da produção orgânica e apoiar nos procedimentos para a certificação da produção.
Ação 19	Acompanhar e prestar assessoria técnica e capacitação para as famílias beneficiadas pelo projeto Quintais Sustentáveis executado pelo Governo do Estado em parceria com o INCRA e MDS, como por outros projetos de estruturação produtiva.
Ação 20	Estimular as famílias a se inserirem no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, orientando -as sobre os mesmos e elaborando os projetos necessários.

ANEXO 2 - AÇÕES DO EIXO SOCIAL

Eixo Social O eixo social é utilizado para dar conta de ações relacionadas a indicadores sociais, como: moradia, saúde, escolaridade, lazer entre outros. Neste eixo encontram-se 18 ações que devem ser desenvolvidas, as ações estão descritas abaixo

Nº Ação	Descrição da Ação
Ação 1	Desenvolver ações de conscientização da importância da documentação pessoal e dos contratos firmados entre os/as beneficiários/as e o INCRA, com vistas à manutenção da situação de regularidade junto aos órgãos da administração pública.
Ação 2	Trabalhar a redução da pobreza rural fortalecendo a noção de Cidadania e suas implicações nos direitos e responsabilidades sociais, incluindo ações de valorização da documentação do indivíduo, da família e da unidade produtiva como instrumentos de inclusão social.
Ação 3	Trabalhar questões relativas à sucessão familiar e juventude, bem como as questões de gênero nos assentamentos.
Ação 4	Estimular a compreensão dos direitos especiais de crianças, jovens e idosos, com focos de atenção à saúde, à segurança e ao lazer, buscando a consolidação da unidade familiar
Ação 5	Conscientizar quanto à importância de uma boa alimentação para a manutenção da saúde, através de estímulo à instalação de horta caseira agroecológica e ao consumo de seus produtos, compostos por plantas medicinais, condimentares e olerícolas.
Ação 6	Encorajar mudanças nos hábitos e na compreensão das atitudes diárias como mecanismos de promoção do saneamento básico a baixo custo, manutenção da segurança dos alimentos consumidos, provimento de água potável segura através do acesso a fontes de água limpa, redução da incidência de doenças e infecções, em especial as zoonoses, através de educação sobre os mecanismos de disseminação de doenças e seu controle.
Ação 7	Estimular nas famílias a prática da coleta seletiva do lixo, o correto encaminhamento dos resíduos orgânicos através da compostagem, o destino adequado dos materiais não degradáveis e cumulativos (plásticos, metais, entre outros).
Ação 8	Trabalhar a gestão da unidade produtiva, conscientizando sobre a necessidade de manutenção de registros e anotações com instrumentos de monitoramento e avaliação das diversas atividades produtivas.
Ação 9	Garantir a participação da comunidade e a utilização de metodologias participativas nas ações a serem desenvolvidas.
Ação 10	Encorajar os grupos a melhorarem suas comunicações e atividades, tornando-os eficazes no trabalho e na ação conjunta
Ação 11	Incentivar os membros da comunidade a compartilhem seus conhecimentos e experiências, aprendendo e ensinando mutuamente.
Ação 12	Estimular o desenvolvimento de microempreendimentos como forma de ocupação rural, geração de renda e agregação de valor à produção, fortalecendo iniciativas de associação, cooperativismo e negociação coletivas.

-
- Ação 13** Promover a compreensão do propósito de um grupo, introduzindo técnicas de planejamento, execução e monitoramento da evolução das propostas de desenvolvimento comunitário.
-
- Ação 14** Promover contato com grupos para intercâmbio de experiências, potencializando a formação de redes de cooperação entre as famílias assentadas, para inserção em cadeias produtivas.
-
- Ação 15** Utilizar a Articulação Territorial de ATER como instrumento de inclusão social e regional, pela integração com as ações de outras entidades públicas ou privadas afins aos temas propostos nos objetivos da ATER.
-
- Ação 16** Integração com as Escolas e também com o Programa Saúde da Família.
-
- Ação 17** Orientar as famílias sobre as Políticas Públicas existentes e articular as famílias para que as mesmas possam buscar a efetivação destas políticas para o Assentamento.
-
- Ação 18** Estimular ações de associativismo, bem como a inserção das famílias em processos/cadeias cooperativistas, interna e externamente ao assentamento.
-

ANEXO 3 - AÇÕES DO EIXO AMBIENTAL

Eixo Ambiental O eixo ambiental é utilizado para que aspectos produtivos e sociais se articulem com parâmetros ambientais. Neste eixo encontram-se 08 ações que devem ser desenvolvidas, as ações estão descritas abaixo:

Nº Ação	Descrição da Ação
Ação 1	Designar o/a Agrônomo/a da equipe como responsável pela área ambiental (orientação da Resolução CONAMA Nº 387/06) do Núcleo Operacional de ATES, para que possa ser capacitado/a pelo INCRA para desenvolver e orientar ações de capacitação ambiental junto às famílias beneficiadas e demais profissionais do Núcleo Operacional.
Ação 2	Potencializar as ações ambientais desenvolvidas pelo Setor Ambiental do INCRA, previstas no Programa Integrado de Recuperação e Conservação dos Recursos Naturais em Alimentos.
Ação 3	Viabilizar o licenciamento ambiental de atividades produtivas voltadas aos lotes, como agricultura irrigada (Licença de Operação, outorga de uso de água e assessoria a associações de irrigantes), silvicultura, em especial quanto a distanciamentos das instalações em relação a cursos hídricos, lindeiros, habitações e construções rurais.
Ação 4	Viabilizar o licenciamento do manejo de recursos florestais nativos de acordo com a legislação ambiental, com as normas e orientações do órgão ambiental competente, bem como assessorar as associações de gestão de espaços e recursos naturais coletivos.
Ação 5	Encaminhar para avaliação os projetos a serem licenciados a fim de obter a anuência do INCRA.
Ação 6	Promover a Educação Ambiental, através da capacitação das famílias assentadas, sobre a importância da preservação e conservação dos recursos naturais visando seu uso racional, minimizando os danos ao meio ambiente. Informar e esclarecer a comunidade assentada sobre a Legislação Ambiental e as condições e restrições presentes na Licença de Instalação e Operação (LIO) dos assentamentos. Também, esclarecer a comunidade assentada sobre a responsabilização administrativa e civil de danos causados ao meio ambiente por atividades produtivas e manejos irregulares.
Ação 7	Estimular e promover o monitoramento solidário de barragens, açudes e cursos d'água, com vistas ao gerenciamento dos impactos ambientais que o uso inadequado desses recursos pode provocar, junto aos órgãos ambientais de licenciamento.
Ação 8	Orientar sobre o funcionamento/monitoramento do Distrito de Irrigação e gestão dos demais recursos hídricos do assentamento de modo que gradativamente as famílias possam ter autonomia para gerenciar estas atividades.

ANEXO 4 - AÇÕES DO EIXO INTEGRALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS INSTITUCIONAIS

Integração das políticas públicas e programas institucionais O eixo integração das políticas públicas e programas institucionais articula todos os eixos (ambiental, social e produtivo). Neste eixo encontram-se 08 ações que devem ser desenvolvidas, as ações estão descritas abaixo:

Nº Ação	Função/Proposta
Ação 1	Apoiar e fortalecer as dinâmicas organizativas locais, atendendo às especificidades de cada Núcleo Operacional. Deve-se levar em conta especialmente o histórico de organização presente na região de abrangência do Núcleo Operacional de modo a fortalecer as iniciativas positivas já existentes para que haja um processo contínuo de trabalho com os agricultores;
Ação 2	Apoio às organizações para a manutenção e ampliação no número de agricultores, na participação através dos canais de comercialização institucional (PAA, PNAE, Compras Institucionais, etc).
Ação 3	Assessoria técnica e capacitação para as famílias beneficiadas pelo Projeto Quintais Sustentáveis - Inclusão e estruturação produtiva agroecológica, de modo que a aplicação deste projeto resulta não somente na estruturação produtiva das mesmas, mas sobretudo na inclusão sócio produtiva junto às diversas dinâmicas organizativas das regiões onde estão inseridas.
Ação 4	Trabalhar para a inclusão social das famílias em situação de vulnerabilidade, desenvolvendo capacidades individuais e coletivas, viabilizando o acesso das famílias as inúmeras políticas sociais e demais ações governamentais de transferência de renda, acesso a bens de serviços essenciais e sobretudo, relacionando e integrando as políticas sociais e estratégias de desenvolvimentos sustentáveis.
Ação 5	Apoiar as ações do INCRA na resolução das pendências da documentação necessária à atualização cadastral dos beneficiários e candidatos da reforma agrária.
Ação 6	Apoiar as ações do INCRA na identificação de alterações das relações familiares como óbito, separação, inclusão de cônjuge, abandono, transferência de titularidade, entre outras.
Ação 7	Apoiar as ações do INCRA no encaminhamento de certidões para fins de concessão de benefícios do INSS (aposentadoria, auxílio-maternidade e etc) e acesso aos créditos de instalação.
Ação 8	Apoiar as ações do INCRA de identificação e atualização da Relação Operacional lote/beneficiário, possibilitando a constante atualização do Sistema de Informação dos Projetos de Reforma Agrária (SIPRA).
Ação 9	Apoiar as ações do INCRA na divulgação de edital de seleção de candidatos/às, lotes vagos no assentamento ou em outros assentamentos aos quais os/as filhos/as de assentados/as poderão se candidatar.
Ação 10	Executar a estratégia de organização prévia, divulgação e internalização das atividades de campo do INCRA, junto aos beneficiários, com vistas ao entendimento, sintonia e participação destes atores para o perfeito funcionamento de ações.
Ação 11	Elaborar os projetos técnicos que viabilizem o acesso dos agricultores as diferentes modalidades de crédito produtivo (custeio e investimento do PRONAF), bem como orientar e acompanhar a aplicação dos recursos e produzir relatórios técnicos a serem encaminhados ao INCRA/RS ou Banco, conforme preceitua o Manual de Crédito Rural e demais orientações do INCRA.
Ação 12	Sensibilizar os assentados para as vantagens da agroindustrialização na agricultura, capacitando-os em processos de transformação e comercialização da produção agropecuária, potencializando principalmente o Programa da Ação de Fomento à Agroindustrialização e a Comercialização e Atividades Pluriativas Solidárias (Programa Terra Sol, Programa Terra Forte e Programas do Governo Estadual)

ANEXO 5 - FICHA DIAGNÓSTICO DAS DEMANDAS - ESCOLARIDADE

Ficha de diagnóstico das demandas - Escolaridade

CARACTERÍSTICA DA DEMANDA	
Categoria	Características das famílias
Tema	Escolaridade
Estado	Rio Grande do Sul
Região - Núcleo Operacional	Santana do Livramento
Cidade	Santana do Livramento
Assentamento	Ibicuí
População do assentamento	118 pessoas
Tipo de informação	Grau de escolaridade
DIAGNÓSTICO DA DEMANDA	
Tipo de demanda	– Local Regional
Território da demanda	Assentamento Ibicuí
Público-alvo	Moradores do assentamento Ibicuí
Problemática	Baixo grau de escolaridade da população do assentamento
Nível da demanda	Local
Eixo de atuação da ATEs	SOCIAL INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PRODUTIVO AMBIENTAL
Diagnóstico	Baixo índice de escolaridade entre os moradores do assentamento Ibicuí. Cerca de 74,57% (88 pessoas) dos assentados do Ibicuí possuem apenas o ensino fundamental completo e/ou incompleto.
Proposta de meta para ATEs	Desenvolver ações que colaborem para o acesso e a permanência dos assentados na educação básica. Estimular a população do assentamento Ibicuí a concluir os estudos valorizando as diversas formas de acesso ao conhecimento..
Possíveis soluções	Políticas Públicas que colaborem para o acesso e permanência dos indivíduos em ambientes educacionais.

ANEXO 6 - FICHA DIAGNÓSTICO DAS DEMANDAS - PARTICIPAÇÃO SOCIOCULTURAL

Ficha de diagnóstico das demandas - Participação Sociocultural

CARACTERÍSTICA DA DEMANDA

Categoria	Características das famílias
Tema	Participação Sociocultural
Estado	Rio Grande do Sul
Região - Núcleo Operacional	Santana do Livramento
Cidade	Santana do Livramento
Assentamento	Ibicuí
População do assentamento	118 pessoas
Tipo de informação	Nível de participação sociocultural dos moradores dentro do assentamento

DIAGNÓSTICO DA DEMANDA

Tipo de demanda	- Local Regional
Território da demanda	Assentamento Ibicuí
Público-alvo	Moradores do assentamento Ibicuí
Problemática	Baixo engajamento dos moradores do assentamento nas atividades de participação sociocultural dentro do assentamento Ibicuí.
Nível da demanda	Local
Eixo de atuação da ATEs	SOCIAL INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - -
Diagnóstico	Baixo envolvimento de participação sociocultural em atividades dentro do assentamento Ibicuí. Cerca de 61,86% (73 pessoas) não participam de nenhuma atividade que envolva a participação sociocultural. Apenas 38,14% (45 pessoas) se envolve em alguma atividade de participação sócio cultural. A maior parte da população que se identifica com algum tipo de atividade sociocultural (21 pessoas, das 45 pessoas citadas)frequentam a igreja como ambiente de participação sociocultural.
Proposta de meta para ATEs	Mapear e implementar ambientes coletivos que são propostos pela demanda da população do assentamento, buscando possibilitar diversas possibilidades de participação sociocultural que esteja alinhado com a realidade daqueles moradores.
Possíveis soluções	Políticas Públicas de lazer e de bem estar.

ANEXO 7 - FICHA DIAGNÓSTICO DAS DEMANDAS - MORADIAS

Ficha Diagnóstico das demandas - Moradias e estruturas

CARACTERÍSTICA DA DEMANDA	
Categoria	Características das condições de vida
Tema	Moradias e estruturas
Estado	Rio Grande do Sul
Região - Núcleo Operacional	Santana do Livramento
Cidade	Santana do Livramento
Assentamento	Ibicuí
População do assentamento	118 pessoas
Tipo de informação	Estruturas comprometidas
DIAGNÓSTICO DA DEMANDA	
Tipo de demanda	Local
	Regional
	Estadual
Território da demanda	Assentamento Ibicuí
Público-alvo	Moradores do assentamento Ibicuí
Problemática	Alto índice de moradias com estruturas comprometidas no assentamento
Nível da demanda	Local
Eixo de atuação da ATEs	SOCIAL
	INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
	AMBIENTAL
	PRODUTIVO
Diagnóstico	Grande quantidade de famílias com moradias com a estrutura comprometida. Cerca de 22,58% da população do assentamento convive com algum tipo de problema com relação à estrutura das moradias (ou não tem casa no lote ou está com estrutura comprometida).
Proposta de meta para ATEs	Aumentar o acesso a políticas de habitação que contemplem os lotes que não tem casas construídas para os moradores e políticas de habitação para melhoria e reforma das moradias que se encontram com as estruturas comprometidas.
Possíveis soluções	Políticas Públicas de crédito para construção de habitação nos assentamentos rurais; Políticas Públicas de crédito para reforma e melhoria de habitação nos assentamentos rurais.

ANEXO 8 - FICHA DIAGNÓSTICO DAS DEMANDAS - VIAS DE ACESSO

Ficha Diagnóstico das demandas - Vias de acesso

CARACTERÍSTICA DA DEMANDA

Categoria	Características das condições de vida
Tema	Vias de acesso
Estado	Rio Grande do Sul
Região - Núcleo Operacional	Santana do Livramento
Cidade	Santana do Livramento
Assentamento	Ibicuí
População do assentamento	118 pessoas
Tipo de informação	Vias de acesso interrompidas

DIAGNÓSTICO DA DEMANDA

Tipo de demanda	Local
	Regional
	Estadual
Território da demanda	Assentamento Ibicuí
Público-alvo	Moradores do assentamento Ibicuí
Problemática	Vias de acesso interrompidas parcialmente ou integralmente em alguns períodos do ano (período de chuvas).
Nível da demanda	Local
Eixo de atuação da ATES	SOCIAL
	INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
	AMBIENTAL
	PRODUTIVO
Diagnóstico	<p>O assentamento convive com a problemática das vias de acesso parcialmente e totalmente interrompidas em períodos de chuva.</p> <p>Cerca de 72,58% da população do assentamento convive com a problemática de vias de acesso parcialmente interrompidas por causa das chuvas. As vias de acesso para o assentamento são prejudicadas com a época de chuva, onde a estrada acaba sendo prejudicada com o aparecimento de buracos e também provoca o alagamento da ponte que possibilita o acesso ao assentamento.</p>
Proposta de meta para ATES	Propor ações eficientes de melhoria das vias de acesso ao assentamento, fazendo as intervenções para que a água seja mais bem drenada e a constante manutenção da via para evitar o aparecimento de buracos. Por fim a construção de uma ponte que seja eficiente e segura para os moradores transitarem indiferente a época do ano.
Possíveis soluções	Construção de uma ponte dentro do assentamento Ibicuí; Manutenção das vias de acesso do assentamento; Melhoria da drenagem da via de acesso do assentamento Ibicuí.

ANEXO 9 - FICHA DIAGNÓSTICO DAS DEMANDAS - QUADRO DE ÁREAS

Ficha Diagnóstico das demandas - Quadro de áreas

CARACTERÍSTICA DA DEMANDA	
Categoria	Características dos lotes
Tema	Quadro de áreas
Estado	Rio Grande do Sul
Região - Núcleo Operacional	Santana do Livramento
Cidade	Santana do Livramento
Assentamento	Ibicuí
População do assentamento	118 pessoas
Tipo de informação	Área destinada ao assentamento Ibicuí
DIAGNÓSTICO DA DEMANDA	
Tipo de demanda	Local
	Regional
	Estadual
Território da demanda	Assentamento Ibicuí
Público-alvo	Moradores do assentamento Ibicuí
Problemática	Assentamento é composto por 1.345,4 hectares divididos em 62 lotes com média de 21,7 hectares por lote.
Nível da demanda	Local
Eixo de atuação da ATES	SOCIAL
	INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
	AMBIENTAL
PRODUTIVO	
Diagnóstico	O assentamento possui 1.345,4 hectares (média de 21,7 hectares por lote) em 62 lotes. Cerca de 615,5 hectares estão disponíveis para o campo nativo ou seja de 45,74% da área total do assentamento. Destaca-se também que a área destinada para o plantio próprio corresponde a 357,2 hectares e representa 26,54% da área total do assentamento. Apenas 0,5 hectare representa a área disponível para recursos hídricos dentro do assentamento, isso representa cerca de 0,03% da área do respectivo assentamento.
Proposta de meta para ATES	Mapear as áreas para a implementação de políticas públicas eficientes e articuladas com as realidades locais.
Possíveis soluções	Mapear as áreas de assentamentos rurais para a implementação de políticas públicas eficientes e articuladas com as realidades locais.

ANEXO 10 - FICHA DIAGNÓSTICO DAS DEMANDAS - BENFEITORIAS

Ficha Diagnóstico das demandas - Benfeitorias

CARACTERÍSTICA DA DEMANDA	
Categoria	Características dos lotes
Tema	Benfeitorias
Estado	Rio Grande do Sul
Região - Núcleo Operacional	Santana do Livramento
Cidade	Santana do Livramento
Assentamento	Ibicuí
População do assentamento	118 pessoas
Tipo de informação	Benfeitorias
DIAGNÓSTICO DA DEMANDA	
Tipo de demanda	Local
	Regional
	Estadual
Território da demanda	Assentamento Ibicuí
Público-alvo	Moradores do assentamento Ibicuí
Problemática	Falta de recursos e planejamento para realização de benfeitorias dentro dos lotes dos assentamentos Ibicuí.
Nível da demanda	Local
Eixo de atuação da ATES	SOCIAL
	INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
	AMBIENTAL
	PRODUTIVO
Diagnóstico	<p>Falta de recursos e planejamento para realização de benfeitorias dentro dos lotes dos assentamentos Ibicuí.</p> <p>As benfeitorias podem ser compreendidas como obras de melhoria das condições físicas nas dependências desses lotes. Foram organizadas 08 categorias de análise para as benfeitorias: Galpão de uso geral; Galpão de moradia; Sala de ordenha; Armazém; Brete / Mangueira / Curral; Galpão aberto; Chiqueiro; e Galinheiro .</p> <p>Houve entre os anos de 2016 e 2022 cerca de 69 benfeitorias nos lotes do assentamento Ibicuí. O maior índice de melhoria aconteceu nos galpão geral com construção em madeira (52 benfeitorias). Houve também benfeitorias na categoria de galpão de moradia com 7 intervenções nas construções de madeira.</p>
Proposta de meta para ATES	Propôs ações governamentais que possibilitam que profissionais ou/e instituições (Exemplo: EMATER) realizem projetos para o acesso, implementação de benfeitorias dentro dos lotes dos assentamentos rurais, de forma gratuita para os assentados.
Possíveis soluções	<p>Políticas Públicas de crédito para realização de benfeitorias dentro do lote.</p> <p>Ações governamentais que possibilitam que profissionais ou/e instituições (Exemplo: EMATER) realizem projetos para o acesso, implementação de benfeitorias dentro dos lotes dos assentamentos rurais, de forma gratuita para os assentados.</p>

ANEXO 11 - FICHA DIAGNÓSTICO DAS DEMANDAS - BOVINOCULTURA DE LEITE

Ficha Diagnóstico das demandas - Bovinocultura de leite

CARACTERÍSTICA DA DEMANDA	
Categoria	Características Produtivas
Tema	Bovinocultura de leite
Estado	Rio Grande do Sul
Região - Núcleo Operacional	Santana do Livramento
Cidade	Santana do Livramento
Assentamento	Ibicuí
População do assentamento	118 pessoas
Tipo de informação	Bovinocultura de leite
DIAGNÓSTICO DA DEMANDA	
Tipo de demanda	Local
	Regional
	Estadual
Território da demanda	Assentamento Ibicuí
Público-alvo	Moradores do assentamento Ibicuí
Problemática	Baixo índice de produção de leite no assentamento ,proveniente da baixa produção de leite por vacas dentro do assentamento Ibicuí.
Nível da demanda	Local
	Regional
Eixo de atuação da ATEs	SOCIAL
	INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
	AMBIENTAL
PRODUTIVO	
Diagnóstico	Baixo índice de produção na atividade de bovinocultura de leite. A principal atividade no assentamento é a produção de leite que está presente em 73% dos lotes do assentamento Ibicuí no ano de 2022. O maior número de famílias produtoras de leite se enquadra na categoria abaixo de 12.000 L, com um baixo índice de produtividade por vaca/dia quando comparado com a média nacional 6,37 L/dia e estadual 12,62 L/dia. Cerca de 77% do leite produzido é entregue para a cooperativa, ponto primordial para o incentivo à produção de leite do assentamento.
Proposta de meta para ATEs	Mapear e fortalecer a cadeia produtiva da atividade potencial no respectivo assentamento
Possíveis soluções	Melhoria das condições produtivas como: Esterqueira, pois muitas famílias produtoras de leite não possuem esterqueiras; Reprodução, pois as famílias não utilizam inseminação artificial, sendo um método mais eficaz para aumentar a taxa de prenhez. Evitando alto número de vacas secas (não estão produzindo); Comercialização, demonstrando potencial existente (futuro) aumento dos rebanho (cab) para comercialização.

ANEXO 12 - FICHA DIAGNÓSTICO DAS DEMANDAS - PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS E AGROINDÚSTRIA

Ficha Diagnóstico das demandas - Processamento de alimentos e agroindústria

CARACTERÍSTICA DA DEMANDA

Categoria	Características Produtivas
Tema	Processamento de alimentos e agroindústria
Estado	Rio Grande do Sul
Região - Núcleo Operacional	Santana do Livramento
Cidade	Santana do Livramento
Assentamento	Ibicuí
População do assentamento	118 pessoas
Tipo de informação	Processamento de alimentos e agroindústria

DIAGNÓSTICO DA DEMANDA

Tipo de demanda	Local
	Regional
	Estadual
Território da demanda	Assentamento Ibicuí
Público-alvo	Moradores do assentamento Ibicuí
Problemática	A maior parte dos produtos processados pela famílias são utilizados para o autoconsumo consumo da população do assentamento Ibicuí.
Nível da demanda	Local
	Regional
	Estadual
Eixo de atuação da ATES	SOCIAL
	INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
	PRODUTIVO
	-
Diagnóstico	A maior parte dos produtos processados são utilizados para o autoconsumo consumo dentro dos lotes do assentamento Ibicuí. A diversidade de produtos artesanais e os processamentos de alimentos, reflete em uma grande parte de produtos processados que são utilizados principalmente para o autoconsumo das famílias do assentamento Ibicuí. Destaca-se o fato de que os panificados são processados por cerca de 69,35% das famílias (43 famílias).
Proposta de meta para ATES	Fortalecer ações governamentais que colaborem para a realização de processamento dos alimentos pelas famílias e investimentos em agroindústrias familiares.
Possíveis soluções	Políticas Públicas de crédito para e investimentos em agroindústrias familiares. Capacitação das famílias para o processamento de alimentos.

ANEXO 13 - FICHA DIAGNÓSTICO DAS DEMANDAS - CULTIVOS AGRÍCOLAS

Ficha Diagnóstico das demandas - Cultivos agrícolas

CARACTERÍSTICA DA DEMANDA	
Categoria	Características Produtivas
Tema	Cultivos agrícolas
Estado	Rio Grande do Sul
Região - Núcleo Operacional	Santana do Livramento
Cidade	Santana do Livramento
Assentamento	Ibicuí
População do assentamento	118 pessoas
Tipo de informação	Cultivos agrícolas
DIAGNÓSTICO DA DEMANDA	
Tipo de demanda	Local
	Regional
	Estadual
Território da demanda	Assentamento Ibicuí
Público-alvo	Moradores do assentamento Ibicuí
Problemática	Baixo índice de produção de cultivos agrícolas, para autoconsumo no assentamento Ibicuí.
Nível da demanda	Local
Eixo de atuação da ATES	SOCIAL
	INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
	AMBIENTAL
	PRODUTIVO
Diagnóstico	Pouca produção de cultivos agrícolas, para autoconsumo no assentamento Ibicuí. Existe uma grande diversidade de cultivos agrícolas (abóbora; amendoim; arroz; batata doce; feijão; mandioca; milho; policultivo; e soja) no assentamento. Entretanto, índices de produção para o autoconsumo representa que o assentamento produz pouco alimento para o consumo dos seus moradores do assentamento Ibicuí.
Proposta de meta para ATES	Propôs ações governamentais que colaborem para a diversidade na produção de alimentos nos lotes, assim como quantidade suficiente para alimentar os moradores do assentamento Ibicuí.
Possíveis soluções	Políticas Públicas de crédito para compra de mudas. Entrega de cultivares que possam ser plantados nos lotes. Capacitação sobre a importância da diversificação de cultivares que colaboram para a melhoria na qualidade da alimentação das famílias.